

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO
PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GUSTAVO DE ANDRADE

**A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 E DE SEUS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO PLANEJAMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE/MG**

Belo Horizonte

2024

GUSTAVO DE ANDRADE

**A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 E DE SEUS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO PLANEJAMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE/MG**

Dissertação apresentada ao
Programa de Mestrado em
Administração Pública, da Escola de
Governos Professor Paulo Neves de
Carvalho, da Fundação João Pinheiro,
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Administração
Pública.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de
Paula Duque Brasil

Belo Horizonte 2024

A554d Andrade, Gustavo de.
A adoção da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento das políticas públicas em Belo Horizonte/MG / Gustavo de Andrade. - Belo Horizonte, 2024.
165 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia de Paula Duque Brasil

Bibliografia: f. 146-161


1. Desenvolvimento sustentável - Belo Horizonte (MG). 2. Agenda 2030. 3. Políticas Públicas - Planejamento - Belo Horizonte (MG). I. Brasil, Flávia de Paula Duque. III. Título.

CDU 504.033 (815.11)


ATA DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTADO, INSTITUIÇÕES E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
TURMA M-2022/2024

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a defesa pública da dissertação intitulada “A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 E DE SEUS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE/MG”, elaborada por GUSTAVO DE ANDRADE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Mestrado em Administração Pública, Área de Concentração: Estado, Instituições e Gestão de Políticas Públicas, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho-EG, da Fundação João Pinheiro – FJP. Após a apresentação do trabalho, o mestrando foi arguido pelos membros da Comissão Examinadora composta pelos professores: Doutora Flávia de Paula Duque Brasil (FJP) - Orientadora, Doutor Ricardo Carneiro (FJP) – Avaliador, Doutora Maria Carolina Martinez Andion (Udesc/Esag) – Avaliadora. A Comissão Examinadora reuniu-se para deliberar e considerando que a dissertação atende aos requisitos técnicos e acadêmicos previstos na legislação do Programa, decidiu por unanimidade pela sua **APROVAÇÃO**.


Documento assinado digitalmente
 FLAVIA DE PAULA DUQUE BRASIL
Data: 15/04/2024 09:21:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Doutora Flávia de Paula Duque Brasil (FJP) - Orientadora

Documento assinado digitalmente
 RICARDO CARNEIRO
Data: 11/04/2024 13:58:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Doutor Ricardo Carneiro (FJP) – Avaliador

Doutora Maria Carolina Martinez Andion (Udesc/Esag) – Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 MARIA CAROLINA MARTINEZ ANDION
Data: 14/08/2024 19:26:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Fundação João Pinheiro por possibilitar a conclusão deste trabalho, ofertando estrutura necessária e meios para tal empreitada.

À Prefeitura de Belo Horizonte e a seus servidores públicos pelo auxílio em chegar até aqui, disponibilizando as informações necessárias à conclusão da pesquisa.

Aos colegas do mestrado pela convivência, troca de experiências e pelo rico debate dentro e fora de sala de aula.

Aos professores do mestrado que se esmeraram em nos transmitir conhecimentos para que sejamos melhores pesquisadores.

A todos os entrevistados pela sinceridade e pelas valiosas contribuições ao trabalho.

À professora e orientadora Flávia Brasil por suas reflexões, debates, ensinamentos e paciência, sempre uma boa ouvinte e me motivando a seguir em frente.

Aos professores Carolina Andion e Ricardo Carneiro pelas imprescindíveis recomendações na busca pela melhoria da qualidade do trabalho.

À Dani pela compreensão, parceria, pelas conversas nos momentos desafiadores e pelo apoio incondicional aos projetos que levei adiante.

Aos meus filhos Giulia, Luisa e Gabriel, razão de minhas orações e de tentar me tornar uma pessoa melhor.

Aos meus pais Dagma e Paulo (*in memoriam*) pelo caminho que me foi proporcionado para trilhar esta trajetória.

*O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem*

Guimarães Rosa

RESUMO

O trabalho apresenta como tema a adoção da agenda 2030 e de seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no planejamento das políticas públicas municipais. Na revisão de literatura realizada, parte-se da evolução do conceito de desenvolvimento ao longo do tempo, destacando sua inicial associação adstrita ao crescimento econômico e posterior expansão para incluir preocupações ambientais e sociais, associando-se à ideia de sustentabilidade. Questões atinentes aos dilemas do planejamento público e a experiência dos observatórios, entendidos como fonte de dados e informações, também foram trazidas para discussão. A investigação realizada se justificou pelo caráter universal dos ODS, sendo que os 17 objetivos definidos foram resultado de uma ampla discussão em uma arena altamente qualificada, com diversos Estados-membros da Organização das Nações Unidas – ONU. À luz do tema recente e tendo em vista que a agenda 2030 se encontra na metade de sua execução, percebeu-se uma ausência de pesquisas e publicações que examinem uma experiência concreta de utilização dos ODS alinhados aos instrumentos de planejamento de um município. O trabalho desenvolvido visou a preencher esta lacuna, ao tempo em que pode se constituir em um referencial de aplicação a outros entes que por ventura pretendam utilizar os ODS como balizador para programas e ações estratégicas. A experiência da Prefeitura de Belo Horizonte no âmbito do planejamento, aliada à sua trajetória de monitoramento por meio de um observatório local, forneceram os dados e as informações que possibilitaram a consecução do trabalho. O procedimento metodológico definido foi a pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de caso selecionado. Adotaram-se como técnicas o levantamento documental, a observação direta e a realização de 8 entrevistas semiestruturadas. Realizou-se uma análise de conteúdo, de modo a estruturar a discussão em torno de dimensões de análise e categorias. Os principais achados da pesquisa revelam a existência de uma experiência singular, longeva, reconhecida interna e externamente, especialmente do ponto de vista de produção e disponibilização de dados, informações e instituição de uma rede colaborativa. A partir de um compromisso formal com a ONU-Habitat foi possível verificar que a agenda ODS foi institucionalizada no planejamento do município, gerando repercussões positivas. Pontos a serem aprimorados na experiência residem na ampliação da participação social e apropriação mais sistematizada das informações geradas para o cerne das políticas públicas municipais. Recomenda-se a realização de estudos que versem sobre a efetiva mensuração do desempenho de um ou mais ODS em determinado ente, como forma de verificar avanços, conquistas e estagnação.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; agenda 2030; Belo Horizonte; planejamento; observatórios; políticas públicas.

ABSTRACT

The theme of this paper is the adoption of the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals (SDGs) in municipal public policy planning. The literature review starts with the evolution of the concept of development over time, highlighting its initial association with economic growth and subsequent expansion to include environmental and social concerns, becoming associated with the idea of sustainability. Issues relating to the dilemmas of public planning and the experience of observatories, seen as a source of data and information, were also discussed. The research carried out was justified by the universal nature of the SDGs, since the 17 goals defined were the result of a wide-ranging discussion in a highly qualified arena, with several member states of the United Nations. In light of the recent topic and bearing in mind that the 2030 agenda is halfway through its implementation, there has been a lack of research and publications examining a concrete experience of using the SDGs aligned with a municipality's planning instruments. The work carried out aims to fill this gap, while at the same time providing a benchmark for other entities that may wish to use the SDGs as a guide for strategic programs and actions. The experience of Belo Horizonte City Hall in the field of planning, together with its history of monitoring through a local observatory, provided the data and information that made this work possible. The methodological procedure was qualitative research, using a selected case study. The techniques used were a document survey, direct observation and 8 semi-structured interviews. A content analysis was carried out in order to structure the discussion around dimensions of analysis and categories. The main findings of the research reveal the existence of a unique, long-standing experience, recognized internally and externally, especially from the point of view of producing and making available data and information and establishing a collaborative network. From a formal commitment to UN-Habitat, it was possible to see that the SDG agenda was institutionalized in the municipality's planning, generating positive repercussions. The points to be improved in the experience lie in broadening social participation and more systematized appropriation of the information generated for the core of municipal public policies. It is recommended that studies be carried out on the effective measurement of the performance of one or more SDGs in a given entity, as a way of verifying progress, achievements and stagnation.

Keywords: sustainable development; 2030 agenda; Belo Horizonte; planning; observatories; public policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	19
Figura 2: Composição da Comissão Nacional ODS	42
Figura 3: Os 5 P's da agenda 2030	45
Figura 4: Iniciativas sobre estratégia pública, planejamento governamental e cenários de longo prazo no Brasil – 1998-2018	52
Figura 5: Imagem de tela do evento online de apresentação do Relatório de 2022	70
Figura 6: Imagem do evento comemorativo de 15 anos do Observatório do Milênio	71
Figura 7: Representação hipotética de uma cadeia de referências (<i>snowball sampling</i>) ou “Bola de Neve”	72
Figura 8: Localização de Belo Horizonte	78
Figura 9: Planta da “Cidade de Minas”, apresentada ao Estado em 23 de março de 1895	79
Figura 10: Fórum do Orçamento Participativo – 1996	82
Figura 11: Os 8 Objetivos de desenvolvimento do milênio – ODM	84
Figura 12: Linha do tempo – antecedentes e agenda ODM	87
Figura 13: Linha do tempo – agenda ODS	87
Figura 14: Indicadores do Objetivo do Milênio 1	89
Figura 15: Proporção da população que tem renda domiciliar per capita abaixo de 1/2 salário mínimo e abaixo de 1/4 do salário mínimo - Belo Horizonte (1991 a 2000)	90
Figura 16: Bolsa família – Beneficiários – Distribuição por setor censitário	90
Figura 17: Razão entre mulheres e homens nos níveis de ensino médio e superior – Belo Horizonte 1991 e 2000	92
Figura 18: Programas e ações para o atingimento do Objetivo 2	93
Figura 19: Proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza	95
Figura 20: Evolução da taxa de mortalidade infantil por componente, Belo Horizonte, 1993 a 2013	97
Figura 21: Quantitativo de indicadores pré-selecionados por ODS	100
Figura 22: Detalhamento do indicador de imóveis residenciais com acesso adequado (comércio e serviços)	101
Figura 23: Detalhamento do indicador de imóveis residenciais com acesso adequado (equipamentos urbanos e comunitários)	102
Figura 24: Quantitativo de indicadores pré-selecionados por ODS	104
Figura 25: Número de indicadores por ano da última atualização	104

Figura 26: Indicadores de cobertura populacional estimada dos serviços de coleta, interceptação e tratamento de esgotos sanitários por regional. Belo Horizonte, 2012/2014/2016/2018/2020	106
Figura 27 – Orçamento temático ODS, valor orçado, despesa empenhada e taxa de execução por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, 2019	108
Figura 28: Número de indicadores por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável	110
Figura 29: Organograma da Prefeitura de Belo Horizonte	112
Figura 30: Painel de indicadores ODS	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais marcos da sustentabilidade na ONU	32
Quadro 2: Síntese do desenho da pesquisa	63
Quadro 3: Documentos coletados	67
Quadro 4: Relação das entrevistas realizadas	73
Quadro 5: <i>Framework</i> metodológico para Análise de Conteúdo	75
Quadro 6: Dimensões e categorias de análise definidas	76
Quadro 7– Critérios de seleção dos indicadores para o relatório ODM	91
Quadro 8: Papel dos parceiros no Relatório de Acompanhamento ODM Belo Horizonte – 2008	94
Quadro 9: Novas metas incorporadas ao Relatório ODM 2010 Belo Horizonte	94
Quadro 10: Indicadores ODM presentes no Planejamento Estratégico Belo Horizonte 2030	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BTDT - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cedeplar/UFMG - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

CEFET/MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CMD – Contrato de Metas e Desempenho

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conforças - Comissões Regionais de Fiscalização do Orçamento Participativo

ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ESG - Environmental, Social and Governance

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FJP - Fundação João Pinheiro

FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura

FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FJP – Fundação João Pinheiro

FNP – Frente Nacional de Prefeitos

IBEU – Índice de Bem-Estar Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCTs – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IQNas - Índice de Qualidade das Nascentes em Belo Horizonte

IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

Nepem/UFMG Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais

OBISF - Observatório De Inovação Social De Florianópolis

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

OSUBH/UFMG – Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte da Universidade Federal de Minas Gerais

PAD/MG – Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PIB – Produto Interno Bruto

PLAC - Plano Local de Ação Climática

PMGIRS - Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual

PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental

PREGEE - Plano de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa

PUC/MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEPLAG – Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

SMPOG - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

SPELL - Scientific Periodicals Eletronic Library

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UN – United Nations

UN HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change

UNA - União de Negócios e Administração

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB AS ÓTICAS DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DOS OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	25
2.1 A TEMÁTICA E OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE	25
2.1.1 O contexto de transição das agendas ODM e ODS no Brasil e em Minas Gerais	37
2.1.2 A agenda 2030	43
2.2 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	48
2.3 OS OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	55
3 METODOLOGIA	61
3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	64
3.2 LEVANTAMENTOS DOCUMENTAIS E FONTES UTILIZADAS	66
3.3 OBSERVAÇÃO DIRETA PELO PESQUISADOR	69
3.4 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	71
3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO E MODELO ANALÍTICO	75
4 A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 APLICADA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO LOCAL	78
4.1 O CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE BELO HORIZONTE	78
4.2 ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO	80
4.3 APONTAMENTOS COM BASE NOS DOCUMENTOS	81
4.3.1 Antecedentes e implantação do Observatório do Milênio	82
4.3.2 Relatórios de Acompanhamento dos ODM em Belo Horizonte	88
4.3.3 Relatórios de Acompanhamento dos ODS em Belo Horizonte	98
4.3.4 Estrutura administrativa vigente para institucionalização dos ODS	111
4.4 APONTAMENTOS A PARTIR DAS IMPRESSÕES DE ATORES ENVOLVIDOS	115
4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	130
4.5.1 Dimensão institucional	130
4.5.2 Dimensão técnica	134
4.5.3 Dimensão substantiva (principiológica)	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	162
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	165

1 INTRODUÇÃO

Historicamente o termo “desenvolvimento” encontrava guarida notadamente no jargão da ciência econômica, sendo comumente associado à capacidade de crescimento de uma determinada nação. O fato de se balizar somente em ganhos de produtividade, não considerando aspectos como o meio ambiente e a capacidade de transformação social, tornava a ideia de desenvolvimento bastante adstrita ao potencial desempenho econômico observável em números.

No decorrer do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento se apresenta intrinsecamente ligada ao crescimento econômico. Desta forma, o progresso era medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo aumento do consumo. Nesse contexto, o desenvolvimento era sinônimo de modernização, industrialização e aumento do padrão de vida.

Contudo, o processo produtivo tem o condão de transferir à sociedade certo ônus, intitulado pela ciência econômica de externalidades. Os impactos hídricos e a poluição atmosférica são alguns dos exemplos em que o empreendedor “socializa” os prejuízos com a coletividade, sem abandonar o objetivo precípua de obtenção de lucros.

A partir do último quartel do século XX, no bojo da tematização crescente da questão ambiental a ideia de desenvolvimento sustentável emerge nos debates e passa a balizar práticas. Essa noção tem se mostrado relevante, ganhando contornos mais amplos numa sociedade plural e multifacetada. Não mais se pode ignorar que a atividade econômica a ser desenvolvida apresentará maior viabilidade caso considere os aspectos da natureza, recursos energéticos, materiais envolvidos e seu efetivo compromisso social. Afinal, a vida em si é em última análise o valor indelével dos seres humanos.

Comumente se associa a ausência de crescimento econômico e a manutenção da pobreza de nações menos desenvolvidas à incapacidade de liderança de seus governantes, à corrupção generalizada ou mesmo à existência de aspectos socioculturais ultrapassados. A rigor, como o sistema econômico de uma dada sociedade não é linear, mas sim mutável, Sachs (2005) elencou alguns problemas capazes de gerar declínio ou estagnação da economia. O

primeiro deles diz respeito ao conceito de “armadilha da pobreza”, no qual a própria pobreza, a falta de infraestrutura, o baixo nível de capital humano e o esgotamento do capital natural afetam a capacidade das nações de gerar poupança futura. E em não conseguindo poupar, determinados países se limitam a sobreviver, em detrimento a outras nações que conseguem realizar investimentos necessários. Na visão do autor

[...] estão encurralados por doença, isolamento físico, estresse climático, degradação ambiental e pela própria miséria. [...] Os pobres do mundo sabem a respeito da escada do desenvolvimento: eles são atormentados pelas imagens de riqueza do resto do mundo. Mas não conseguem pôr um pé na escada, e assim não podem nem começar a sair da pobreza. (SACHS, 2005, p. 34)

As eventuais falhas de aspectos relacionados à governança (manutenção da paz, direito à propriedade, financiamento de projetos prioritários e ambiente de negócios), as barreiras culturais (manifestas pela intolerância ética, religiosa ou de gênero), a existência de barreiras comerciais e a ausência de inovação são outros aspectos considerados como óbices muito relevantes para se atingir níveis de prosperidade mais elevados. (SACHS, 2005, pp. 69-72). Adicionalmente, o autor considera as armadilhas fiscal (gestão da dívida, provisão de bens e serviços públicos essenciais) e demográfica (taxa de fertilidade e crescimento populacional rápido) como fatores que podem criar obstáculos e desafios adicionais para que uma nação seja bem-sucedida.

O processo em curso de transformação da sociedade industrial para a sociedade da informação, vivenciado a partir dos anos finais do século XX, marcado por contradições pelo crescimento populacional expressivo e do consumo de recursos naturais trouxe à tona a dimensão de que o ser humano consiste em uma força preponderante na transformação do planeta. Essa característica vem sendo chamada de “antropoceno” (CRUTZEN; STOERMER, 2000), termo utilizado para reforçar que a humanidade assumiu o papel de força geológica sobre o planeta e, desde então, essa dinâmica tem sido objeto de discussões, pesquisas e contestações.

Sobre os desafios do antropoceno e a realidade da geopolítica, destaca-se que a mudança incremental no clima tem o potencial de ocasionar eventos que no curto prazo podem se constituir em ameaça, sobretudo à população mais vulnerável em algumas partes do planeta. Já a longo prazo podem reduzir a

previsibilidade e possivelmente aumentar os custos de sistemas de transporte, telecomunicações e energéticos. (VIOLA; BASSO 2016).

Recentemente têm ganhado corpo as discussões sobre as mudanças climáticas, especialmente no que diz respeito a existência de ocorrências distintas em diversas partes do mundo. O *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), que é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas, tem indicado por meio de relatórios mudanças do bioma, secas intensas, dificuldade no acesso a água, incêndios severos, aumento do nível do mar, inundações, derretimento do gelo polar, tempestades catastróficas e declínio da biodiversidade (IPCC, 2023).

Na mesma linha, a ação humana e as concentrações de gases de efeito estufa estão em seus níveis mais altos em 2 milhões de anos e, como resultado, o planeta está cerca de 1,1 °C mais quente do que no final do século XIX, sendo que a última década (2011-2020) foi a mais quente já registrada.

Há que se destacar que o próprio termo “sustentável” tem sofrido com a banalização de seu uso, sem levar em consideração de que se trata de um novo valor, como posto por Veiga (2010), que apresenta uma abordagem crítica no sentido de que não se vislumbra uma alteração efetiva de parâmetros para compreender os determinantes do progresso, da prosperidade ou do desenvolvimento.

A procura por critérios alternativos ou complementares de desenvolvimento tem ocasionado o surgimento de novos referenciais de aferição. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual passou a ser utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) desde a década de 1990 é um desses exemplos. Percebe-se uma avaliação do desenvolvimento das sociedades calcados em critérios mais amplos, englobando a educação, a expectativa de vida e o PIB *per capita*, não mais considerando apenas uma visão estritamente econômica.

Destaque-se ainda a existência do Índice de Bem-Estar Humano (IBEU), instituído pelo programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tal iniciativa possui o fito de considerar os indicadores urbanos como habitação,

mobilidade, prestação de serviços para a coletividade, infraestrutura, lazer e meio ambiente, como no caso das metrópoles brasileiras (RIBEIRO, 2013).

Também são percebidas iniciativas de aprimoramento das medidas de desempenho econômico comumente utilizadas (PIB e Produto Nacional Bruto – PNB). Nessa direção, merecem destaque as recomendações contidas no *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

O referido documento destaca que uma coisa é medir desempenho econômico, algo que não se deve confundir com a medição da qualidade de vida ou bem-estar. Mais ainda, apresenta dinâmica própria a medição da sustentabilidade do desenvolvimento. Nessa perspectiva, o relatório em linhas gerais recomenda: a substituição do PIB (ou PNB) por uma medida precisa que considere a renda domiciliar disponível (e não produto); a existência e um índice composto (e mais sofisticado) para medir a qualidade de vida na ótica das famílias; a identificação de indicadores relevantes para o bem-estar e para os aspectos ambientais da sustentabilidade.

De outro modo, a Comissão responsável pelo relatório optou por tratar de modo muito mais amplo o que comumente se conhece como “sustentável”. Propõe que a mera contabilidade da produção foi superada, de forma a que se abram mais possibilidades de consideração da qualidade de vida, aliada a um maior pragmatismo com a noção de sustentabilidade.

Nessa toada, um número crescente de entes públicos e empresas privadas têm constituído áreas específicas em sua estrutura organizacional para cuidar de temas que abarquem e encampem premissas de sustentabilidade. Novas terminologias são cunhadas, a exemplo da ESG, que se constitui na sigla em inglês para *environmental, social and governance* (ambiental, social e governança, em português), geralmente utilizada para mensurar práticas com esse viés em uma organização.

Sob uma perspectiva mais crítica, autores como Nascimento (2012) atentam para o fato de que as três dimensões (ambiental, social e governança) por si só não são suficientes para a melhor compreensão do desafio a ser enfrentado. Mesmo sendo essas as mais recorrentes, elegê-las como tal pode contribuir para deixar em segundo plano a dimensão do poder.

Na mesma linha, Freitas (2019) defende que a sustentabilidade somente pode ser visualizada como um processo contínuo e integrativo, de modo que suas múltiplas dimensões são interligadas, sob pena de defini-la de modo reducionista ou distorcido.

A expressão “desenvolvimento sustentável”, a despeito de ter recebido muitas formulações de definição, requer, como sustenta Veiga (2015) uma ênfase na equidade intergeracional. Em um espectro ainda mais amplo, Freitas (2019) entende que o desenvolvimento, para ser intitulado de sustentável, deve apontar para a inserção dos seres humanos em um futuro comum, desapegando-se, inclusive, de padrões de vida estabelecidos.

Com essa característica de tentar modificar estruturas postas, Nascimento (2012) assinala que as formas de exploração violenta e a possível construção de condições de mais equidade social não se solucionarão a partir de diálogos triviais e consensuais entre órgãos governamentais, sociedade e classe empresarial. Alerta que a questão da sustentabilidade, ao colocar no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles de grupos específicos, pode na verdade encobrir a assimetria de poder entre os atores sociais envolvidos.

Complementarmente, o autor reconhece que aspectos como a cultura internacional popular, os avanços tecnológicos e as mudanças sociais vivenciadas merecem especial atenção para que não haja tentativas tornar invisível a esfera da política. (NASCIMENTO 2012, p. 57). Nessa linha, admite a complexidade do tema, sobretudo quando se questiona até que ponto os seres humanos estão fadados a destruir os ecossistemas, face à dificuldade de elaborar sistemas de gestão de recursos mais conciliadores.

Considerando esse contexto mais amplo de debates em torno da sustentabilidade, a decisão de se lançar um processo para a definição de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi tomada pelos estados-membros das Nações Unidas por ocasião da Conferência de Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012 (PNUD, 2018). A Rio-1992 constituiu um marco de mobilização social e de tematização da questão socioambiental e da sustentabilidade e a Rio +20 avançou em proposições nessa direção.

Os ODS - apresentados na figura 1 - são o resultado de um acordo sem precedentes em torno das prioridades de desenvolvimento sustentável entre os 193 Estados-membros da ONU. Eles têm recebido apoio global de sociedade civil, setor privado, parlamentares e outros atores.

Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2015.

Transpondo a agenda da sustentabilidade para a esfera de formulação estatal, vislumbra-se que o planejamento público no Brasil, ao longo do tempo comumente se mostrou associado a uma agenda de curto prazo e com horizonte nos mandatos eletivos. O Plano Plurianual (PPA), criado na legislação brasileira como eixo sustentador das prioridades das políticas públicas, na prática acabou se tornando um instrumento tecnicista, legalista, estanque e dissociado das demandas sociais.

Dado o contexto atual do desenvolvimento econômico em abranger um maior contingente de demandas relacionadas aos impactos sociais e ambientais, houve mais recentemente, no âmbito do planejamento público, a incorporação de novas variáveis em seu processo de elaboração e monitoramento. Ainda que timidamente, despontam iniciativas de entes subnacionais em tratar os ODS como macrodiretrizes para a construção de uma agenda de atuação estatal calcada no médio e longo prazos.

Nessa esteira, o município de Belo Horizonte realiza o monitoramento de indicadores propostos pelas Nações Unidas desde 2005, período em que

assumiu o compromisso pelo monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Com base nas recomendações das Nações Unidas, tal processo de monitoramento e avaliação das metas deu-se a partir de uma conjugação de esforços que envolveu o poder público e instituições acadêmicas e de pesquisa que, mediante celebração de um Termo de Cooperação, empenharam-se em disponibilizar e qualificar informações alusivas às metas de desenvolvimento da Capital.

Em consequência desse processo, em 2008 foi instituído o Observatório do Milênio de Belo Horizonte, produzindo, estruturando e disseminando informações sobre a cidade, com o fim de democratizar o seu acesso aos cidadãos, bem como subsidiar a formulação de políticas públicas.

A Agenda 2030, criada na Assembleia Geral das Nações Unidas de Nova York, em setembro de 2015 e para o período 2015-2030, culminou no reforço do compromisso de Belo Horizonte com a continuidade das ações de monitoramento das metas, valendo-se da experiência e do lastro do Observatório do Milênio já constituído. A gestão municipal tratou de alinhar o monitoramento da Agenda ODS aos seus instrumentos de planejamento e orçamento.

A partir de tais macrodiretrizes há o desdobramento em ações e metas finalísticas, que são monitoradas por indicadores contidos no próprio Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e, mais além, nos contratos de metas e desempenho (CMD), que são instrumentos de pactuação de resultados, celebrados entre os titulares dos órgãos e entidades e o Chefe do Executivo Municipal, criados pela Lei Municipal 11.065, de 1º de agosto de 2017.

Diante da necessidade de políticas públicas para assegurar aos munícipes da capital mineira os seus direitos sociais básicos e uma qualidade de vida minimamente adequada e, considerando o caráter da função de planejamento sofrer com uma natural seletividade na implementação das políticas públicas (REZENDE, 2011), depara-se, para fins do estudo a ser realizado, com o seguinte problema: a adoção de instrumentos de planejamento e orçamento alinhados à Agenda 2030 e seus ODS tem provocado alguma mudança efetiva no contexto das políticas públicas no Município de Belo Horizonte?

Para responder ao problema da pesquisa, o estudo se propõe a compreender e analisar o modelo implantado no Município de Belo Horizonte, estabelecido no PPAG 2018-2021, que criou o vínculo dos programas e respectivas ações com os ODS, cujo ciclo de execução se encerrou, mantendo-se a sistemática no novo ciclo (PPAG 2022-2025), que se encontra em execução. Ao se dispor de pelo menos um ciclo completo das políticas públicas municipais, pode-se examinar a efetiva contribuição da Agenda 2030 para o processo de planejamento no município de Belo Horizonte.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar os alcances e limites da incorporação da Agenda 2030 e de seus ODS no modelo de planejamento adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Por sua vez, os objetivos específicos delineados pela pesquisa consistem em:

- a) compreender o panorama da instituição da Agenda 2030, especialmente no que se refere à sua incorporação na administração pública brasileira;
- b) sistematizar a trajetória de institucionalização das agendas de desenvolvimento (ODM – ODS) em Belo Horizonte, contextualizando sua experiência e transição;
- c) descrever e analisar os mecanismos de planejamento utilizados município de Belo Horizonte, identificando seus objetivos, características, atores envolvidos e particularidades;
- d) investigar as convergências entre as diretrizes contidas na Agenda 2030 e a sistemática local dos ODS no município analisado;
- e) identificar e analisar as virtudes e fragilidades decorrentes da vinculação dos programas e ações aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na experiência de planejamento da Prefeitura de Belo Horizonte.

O trabalho se justifica, inicialmente, pelo caráter universal dos ODS, na medida em que os 17 objetivos definidos foram resultado de uma ampla e transparente discussão em uma arena de debate altamente qualificada, com representantes de diversos estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em diálogo com representantes societário. Dada a

contemporaneidade do tema, a Agenda 2030 representa um compromisso assumido pelos países, de modo a que os programas e as ações sejam executados durante 15 anos (2015-2030), realizado por todas as esferas de governo, de cada país.

Recentemente pode ser observada a presença dos ODS em instrumentos de planejamento e controle nos portais eletrônicos de cidades (como Paris e São Paulo), estados brasileiros (Pará, Ceará e Paraná) e ainda em outros Poderes e órgãos auxiliares (Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça e Tribunais de Contas).

A experiência significativa da Prefeitura de Belo Horizonte no âmbito do planejamento, aliada à trajetória de monitoramento dos objetivos de desenvolvimento por meio de observatório próprio, desde os ODM até os ODS, fornecem um instrumental de dados e informações que auxiliam na consecução do objeto da pesquisa proposta.

A partir de um convite em 2006 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) foi celebrado um protocolo de intenções para a criação do observatório urbano de Belo Horizonte. Foram signatários do documento firmado em 18 de setembro de 2006, além da própria Prefeitura de Belo Horizonte e UN-Habitat, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, a Fundação João Pinheiro – FJP e a Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC.

No documento celebrado à época, o Observatório Urbano de Belo Horizonte se dedicava a 3 (três) propósitos básicos, a saber: fomentar o diálogo entre a Administração Municipal e as Organizações da Sociedade Civil; coletar e produzir informações sobre temas e problemas locais; propor políticas públicas adequadas às necessidades e prioridades experimentadas localmente (BELO HORIZONTE, 2006). Como estratégia preponderante, a noção inicial era organizar uma rede capaz de dar suporte ao monitoramento dos ODM na capital mineira. Para tanto, uma das ações para assegurar confiabilidade e continuidade seria a constituição de um observatório, com atuação conjunta dos partícipes em um processo de mútua e ampla cooperação.

Cabe assinalar que Belo Horizonte/MG, juntamente com Nova Iguaçu/RJ foram as 2 (duas) únicas cidades escolhidas no Brasil pela UN-Habitat à época (de um total de 8 municípios na América Latina) para a implementação dessa

iniciativa piloto de valer-se da criação de Observatórios Urbanos Locais para a elaboração de um sistema de indicadores e avaliação do atingimento dos Objetivos do Milênio – ODM.

A despeito de mudanças de governo vivenciadas e mesmo com a transição em 2015 dos objetivos do milênio para a Agenda 2030 e seus ODS, a parceria entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a academia, assim como a própria existência e funcionalidade do Observatório, resistem até os dias atuais, sendo ainda promovidas ações de aperfeiçoamento e realinhamentos ao longo de sua trajetória.

Bem assim, recentemente a experiência de Belo Horizonte tem servido de inspiração para a criação de experiências similares, a exemplo da Prefeitura de São Paulo e do Governo de Alagoas, que por indicação da UN-Habitat puderam conhecer a experiência desenvolvida no município mineiro. Tal cenário justifica a relevância da realização da pesquisa, de modo a retratar os alcances e limitações de modelo adotado.

Considerando que no atual momento a Agenda 2030 ainda se encontra na metade de sua execução, percebe-se uma ausência de pesquisas e publicações que examinem uma experiência concreta de utilização dos ODS alinhados aos instrumentos de planejamento de um município. Nessa toada, o trabalho a ser desenvolvido visa a preencher esta lacuna, ao tempo em que pode se constituir em um referencial de aplicação a outros entes que por ventura pretendam utilizar os ODS como balizador dos programas e das ações estratégicas definidas.

A perspectiva do orçamento e dos instrumentos de planejamento como meras “peças de ficção” não merece mais prosperar, sobretudo numa dinâmica que consagre instrumentos de melhoria da qualidade do gasto público, efetividade das políticas públicas e ampliação do controle social. Espera-se, assim, que a pesquisa a ser desenvolvida contribua no sentido de demonstrar a pertinência e relevância da articulação das premissas de desenvolvimento sustentável ao planejamento e orçamento municipais.

De modo a dar consecução aos objetivos propostos, a dissertação se estrutura em torno de 5 (cinco) capítulos, sendo este primeiro dedicado à presente introdução, abrangendo contextualização e problemática da pesquisa, objetivos e justificativa. O capítulo 2 contém uma breve fundamentação teórica

da pesquisa, trazendo um referencial da literatura que contempla e tenta integrar a atuação estatal a partir dos seguintes temas: desenvolvimento sustentável, planejamento governamental e observatórios de políticas públicas. O terceiro capítulo retrata a metodologia utilizada na pesquisa, de modo a conferir sua confiabilidade. Por sua vez, o capítulo 4 trata do estudo de caso propriamente dito, abordando a experiência do Município de Belo Horizonte na implantação da Agenda 2030, as informações e os relatos prospectados a partir dos documentos e das pessoas entrevistadas, assim como apresenta a discussão dos resultados. Já o quinto e último capítulo oferta as considerações finais, apontando as conclusões obtidas, as sugestões para realização de outros trabalhos e as limitações da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB AS ÓTICAS DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DOS OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo se dedica a situar o desenvolvimento sustentável como um imperativo global, desafiando governos, organizações e cidadãos a adotarem abordagens mais holísticas e equilibradas em relação ao crescimento econômico, à justiça social e à preservação ambiental. Ao analisar a complexidade dos desafios contemporâneos, é fundamental compreender como os governos formulam e implementam políticas que visam a promover a sustentabilidade em suas diversas dimensões.

Além disso, explora-se a interseção entre os observatórios de políticas públicas e o planejamento governamental no contexto do desenvolvimento sustentável. Nessa linha, examina-se o papel crucial desempenhado pelos observatórios de políticas públicas, que atuam como catalisadores de transparência, monitoramento e avaliação das ações governamentais, contribuindo para uma gestão mais eficaz e responsável dos recursos públicos.

Espera-se que este capítulo possa oferecer uma visão específica sobre como o planejamento governamental e os observatórios de políticas públicas podem se unir em prol do desenvolvimento sustentável, promovendo uma governança mais participativa, inclusiva e orientada para resultados em benefício das gerações presentes e futuras.

2.1 A TEMÁTICA E OS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

Os problemas ambientais caracterizam-se por sua multidimensionalidade e complexidade, além de sua magnitude crescente. Rodrigues (2005) aponta que o meio ambiente e seus problemas constituem objeto de debates desde o século XVIII, mas são mais difundidos e ganham visibilidade a partir da segunda metade do século XX. Conforme a autora,

[...]os problemas de esgotamento de riquezas naturais, a poluição, o “medo” de destruição, o receio de perda de qualidade de vida etc. são debatidos desde o início do processo de industrialização, mas a preocupação se torna mais explícita após a segunda metade do século XX, tornando-se, assim, o tema mais importante no século XXI (RODRIGUES, 2005, p. 4).

No início do século XX, a humanidade pôde acompanhar e perceber as ocorrências de um sistema pautado em valorização de crescimento econômico, principalmente remanescente da Revolução Industrial que, por pensar apenas na prestação de serviços e vendas de bens, num viés capitalista de lucratividade, o ser humano ficou num segundo plano e não buscava o entendimento sobre a finitude dos recursos naturais.

Neste sentido, ressalta-se que a natureza começou a dar sinais do comprometimento do planeta pela exploração abusiva dos recursos naturais nessa lógica. Governantes, cientistas de forma global, começaram a entender a importância dos recursos extraídos de forma natural e como encontrar formas de remediação ou prevenção das catástrofes acontecidas, e também, para que não se repetissem tais desastres. Mesmo assim, como aponta Hogan (2007) ocorreram diversas e extensas perdas a partir de desastres causados pelo homem.¹

Mais além, já no século XXI, a mudança climática constitui objeto de discussão, configurando-se como uma pauta emergencial que em alguma medida mobiliza a sociedade, governantes e instituições internacionais. A percepção de que os recursos da natureza estão cada dia mais escassos e que a ação humana cada vez mais tem levado o planeta ao extremo, as discussões prioridades de curto e longo prazo para a resolução de conflitos, relacionados à redução de desigualdades e ao controle dos efeitos das mudanças climáticas (UN, 2015).

A tematização crescente da questão ambiental a partir da segunda metade do século anterior, com a emergência e atuação de movimentos ecológicos ou ambientalistas a partir dos anos 1960, em paralelo com as dinâmicas da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente por meio

¹ Hogan (2007, p. 65) cita alguns eventos de poluição atmosférica, a exemplo do que ocorrera no Vale do Meuse, na Bélgica, em 1930, provocando a morte de 60 pessoas. Já em 1952, o *smog* em Londres, comumente chamado de “A Névoa Matadora”, ocasionou mais de 4.000 mortes. Esse episódio, de forma inicial, gerou a movimentação das autoridades de saúde e a atenção quanto à qualidade para respirar. O mesmo autor ainda comenta sobre alguns casos de contaminação de água, como o da baía de Minamata, no Japão, em 1956, que até dezembro de 1974 registrou 107 mortes oficiais e quase 3.000 mil casos em verificações sobre a Poluição Ambiental. Mesmo sem nenhuma atitude significativa, local ou global ser tomada, a partir desse evento, foi um marco importante à época no debate dessas questões. Todos esses problemas ambientais geraram novas formulações com o intuito de transformar a situação atual.

de realização de conferências temáticas globais, impulsionam essas questões na agenda pública nos países do norte e do sul.

As discussões e os projetos do chamado Clube de Roma², a partir dos anos 1960, constituem um marco da tematização da questão ambiental que remete aos limites do crescimento econômico, enfatizando seus impactos negativos. A ideia de capacidade de suporte do meio ambiente e de possibilidade de esgotamento de recursos, engendra a proposta de crescimento zero do Clube de Roma. Suas propostas impulsionaram a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, que se apoia em estudos patrocinados pelo grupo e em documentos anteriores da ONU (RODRIGUES, 2005).

A referida Conferência evidencia a preocupação internacional com o desenvolvimento e o esgotamento de recursos, problematizados em uma perspectiva global, resultando na Declaração de Estocolmo, que prevê o emprego de instrumentos de gestão ambiental. Mais além, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente subsidiou a criação da primeira Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1983 (MOTA, 2008).

No contexto desses debates relativos aos limites do crescimento e capacidade de suporte do meio ambiente, vão se esboçando os contornos da ideia de sustentabilidade. A noção de sustentabilidade de início fundamenta-se no conceito da biologia e, adiante, da ecologia, em que a competência de recuperação ou reprodução do meio ambiente acontece na resiliência e capacidade do meio degradado em se recuperar e se reestabelecer, enquanto biodiversidade e espécies.

Rodrigues (2005, p. 4) destaca que o ideário da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável é uma espécie de resposta ao que era tido nos anos 1960 como limite do “desenvolvimento” - entendido como crescimento econômico - considerando o meio ambiente no sentido de seus recursos

² O Clube de Roma constitui uma organização societária informal, a partir de iniciativa do então presidente honorário da Fiat, em 1968, em uma pequena de Roma, foi organizada uma primeira reunião com cientistas, empresários para avaliar questões de ordem política, econômica e social com relação ao meio ambiente futuro das condições humanas no planeta. (MOTA, 2008) Um dos desdobramentos foi a elaboração um projeto que resultou no relatório intitulado “Os Limites do Crescimento, de 1972, (MEADOWS et al.,1972) elaborado por uma equipe do Instituto de Tecnologia de Massachusetts Technology Institute (MIT).

naturais. Conforme a autora, o termo “sustentabilidade” foi empregado inicialmente como mediador, para lançar uma ponte entre os desenvolvimentistas e os ambientalistas.³

Cabe observar que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são conceitos polissêmicos, encampando inúmeros significados, ambivalências e contradições (MITCHAM, 1995; COSTA, 2000; MOTA, 2008), que se apresentam na trajetória e fluxo dos debates. Em relação à própria gênese da noção de desenvolvimento sustentável, a partir de Rodrigues (2008) assinala-se que a despeito da difusão crescente do termo nas últimas décadas, a sua primeira utilização resta indeterminada.

Contudo, a partir desse cenário, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável vão se desenhando como chaves centrais para a abordagem das questões socioambientais. Além disso, podem ser observadas inflexões e um alargamento dessas concepções.

A despeito de problematizar a imprecisão e as contradições do conceito de desenvolvimento sustentável, Costa (2000) também destaca sua abrangência, encampando

[...] uma variada gama de propostas/abordagens inovadoras, progressistas, ou que, pelo menos, caminhem na direção de maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, ambientes mais dignos e saudáveis, compromisso com o futuro.” É relevante mencionar que autora aponta para incorporação de valores associados à perspectiva de desenvolvimento sustentável na política urbana formulada e implementada nos anos 1990 em Belo Horizonte.

Um marco nos debates em torno do meio e sustentabilidade consiste no documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como relatório Brundtland⁴, datado de 1987 e produzido pela CMMAD ao longo da década. O

³ No caso brasileiro, o historiador e brasilianista Warren Dean (1996) aponta que a percepção sobre a preocupação ambiental ocorreu primeiramente pela ocupação do território pelos portugueses e, também, pela força do “desenvolvimento” industrial e a apropriação da Mata Atlântica para a agricultura e pecuária, focando-se tão somente em resultados econômicos, cujo indicador pensado era o Produto Interno Bruto (PIB). Já na Amazônia, no período da ditadura, por meio do programa Integrar para não entregar, deixa suas marcas na ocupação no bojo de um discurso nacionalista, com os militares pregando a unificação do país. Pregam a proteção da floresta contra a “internacionalização”, sendo o então presidente Castelo Branco um expoente dessa estratégia (SELUCHINESK, 2008).

⁴ O nome é uma referência à Primeira Ministra da Noruega à época, Gro Harlem Brundtland, que coordenou a CMMDA.

relatório traz a noção de desenvolvimento sustentável, remetendo à procura pelas gerações atuais pela satisfação de suas necessidades sem o comprometimento dos recursos ambientais, garantindo que as gerações futuras também possam satisfazer as suas próprias necessidades. Para além da proteção ao meio ambiente, recursos naturais e biodiversidade, o documento aponta diferentes dimensões do desenvolvimento, não restritas à dimensão econômica, mas abarcando o desenvolvimento social, humano e cultural. (CMMAD, 1991). Santos (2005, p.17) considera que nos termos do Relatório Brundtland o conceito de sustentabilidade aporta novas questões referentes à problemática socioambiental:

[...]Em primeiro lugar, ele se reporta não apenas aos limites impostos em relação ao caráter finito da natureza, mas à noção de necessidade básica, particularmente às necessidades essenciais dos pobres do mundo. Assim formulado, o conceito de sustentabilidade passa a ter uma dimensão social peculiar. Preocupa-se com a capacidade de reprodução do sistema e também com as "externalidades" geradas (como a pobreza), pensa-se não apenas no futuro da humanidade, mas no presente e suas mazelas. Assim, o "desenvolvimento supõe uma transformação progressiva da economia e da sociedade[...]

Essa visão lança luz à emersão da sustentabilidade, na medida em que pressupõe a necessidade de reduzir a disparidade entre a capacidade de produção do planeta e o uso dos recursos naturais de maneira infinita. Priorizar a coletividade e a distribuição de suas riquezas de forma mais igualitária se torna uma pauta inevitável de ser abordada (SACHS, 2012).

A união entre homem e natureza começa a se apresentar por meio da melhoria da competitividade dos setores produtivos, sustentados pela segurança dos seres humanos e dos ecossistemas. Os debates resultantes dos conflitos não são apenas sobre o funcionamento dos sistemas humanos, são também de ordem política e econômica, uma vez que envolvem valores, convicções, ideologias, suposições diferentes a respeito do futuro, resultando em diferentes julgamentos em face do inesperado (PRONK, 1992).

A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, chamada de Rio-92, constitui a primeira de um ciclo de conferências da ONU nos anos 1990. Nesse sentido, a Conferência contribuiu para disseminação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, que têm importância como princípios centrais na Agenda 21 e são incorporados às demais agendas

temáticas das Nações Unidas, bem como aos debates associados aos processos preparatórios e às dinâmicas desses eventos (ONU, 2015).

A Rio-92 envolveu a participação de 114 chefes de Estado, além de cerca de 3.200 ONGs e 40 mil ativistas. Em face dessa expressiva participação da sociedade civil brasileira e internacional, Viola e Leis (1995) consideram a conferência como um marco para o ambientalismo no país e no âmbito global.

Nesse contexto, para além da dinâmica oficial da Rio-92 - Cúpula da Terra, o evento dos governos e instituições multilaterais ligadas à ONU, outros processos e eventos paralelos de grande repercussão ocorreram: o Fórum Global, que reuniu os representantes das ONGs brasileiras e internacionais e a Conferência Mundial dos Povos Indígenas. Assim, como posto por Mota *et al* (2008, p. 14),

[...] a relevância apresentada por tal conferência pode ser observada de dois ângulos: o da representatividade institucional (governos, sociedade civil e grupos sociais autóctones da Terra) e o dos significados econômico, social e ecológico.

De conteúdo abrangente, a Agenda 21, resultante da Rio-92, constitui um plano global, em seus 40 capítulos, evocando uma perspectiva multidimensional de sustentabilidade, trazendo recomendações para além da problemática ambiental, relativas ao combate à pobreza, equidade, fortalecimento da sociedade civil, dentre outros aspectos.

Outros documentos foram produzidos no contexto da Rio-92, como a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; Convenção sobre Diversidade Biológica; Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática; e Declaração de Princípios sobre Uso de Florestas. Contudo, o mais importante documento foi construído a partir da sociedade civil, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a Carta da Terra, com 27 princípios, inclusive relativos a uma perspectiva ampla de desenvolvimento sustentável. Para Mota *et al* (2008, p.14), a Carta da Terra constitui o “amparo filosófico para a ação de política pública dos governos”.

Um pequeno trecho da Carta da Terra (Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais, 1992) permite vislumbrar seu teor:

[...] Nós somos a Terra, o povo, plantas e animais, chuvas e oceanos, o ar da floresta e as ondas do mar... Nós admitimos uma responsabilidade compartilhada para proteger e restaurar a Terra e permitir o criterioso e equilibrado uso dos recursos, como

também para conquistar uma harmonia ecológica e de novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em toda nossa diversidade somos um.

Nos termos de Viola e Leis (1993, p.79-80), “a ecologia exige que a Terra seja considerada como um bem comum. Não obstante, a convergência entre ecologia e economia não é tarefa fácil”. Os autores destacam que a Cúpula do Rio de Janeiro evidenciou que o atual modelo de desenvolvimento econômico, sem uma aproximação entre critérios ecológicos e processos econômicos, tende a levar a espécie humana a correr sérios riscos de sobrevivência a médio prazo.

Dentre outros eventos e convenções da ONU que se desdobram da Rio-92 destacam-se as Conferências das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica, que resultaram, por exemplo, no Protocolo de Quioto, originado de longas discussões.

Passados 20 anos da Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável ocorreu no Rio em 2012. Na Declaração Final da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), sob o título “O Futuro que queremos” (ONU, 2012), a erradicação da pobreza é posta como o maior desafio global da atualidade e como requisito fundamental do desenvolvimento sustentável, entendido nas dimensões social, ambiental e econômica. O documento reitera princípios e planos da Rio+20 e outras Cúpulas anteriores, reafirmando compromissos com o desenvolvimento sustentável e a participação da sociedade, dentre outros aspectos.

O documento resultante da Rio+20 também reitera os Objetivos do Milênio, estabelecidos na Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000 e converge para o lançamento posterior dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adiante abordados.

De forma esquemática, os debates e marcos relevantes (não exaustivos) em torno da sustentabilidade no âmbito da ONU podem ser visualizados no Quadro 1:

Quadro 1: Principais marcos da sustentabilidade na ONU

ANO	EVENTO	SUMÁRIO
1972	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio	Também chamada de Conferência de Estocolmo, foi o primeiro encontro internacional da ONU dedicado à discussão, em escala global, de questões ambientais. O evento destacou as diversas maneiras como as ações humanas afetam o meio ambiente, tanto

	Ambiente Humano (Estocolmo, Suécia)	nos países desenvolvidos (com industrialização mais avançada) quanto nos em desenvolvimento. Um dos resultados da Conferência de Estocolmo foi a fundação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1974	Declaração de Cocoyoc (México)	Organizado pelo PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Na reunião, realizou-se a conexão entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas, devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição e a necessidade e a urgência da mudança dos padrões de produção e consumo dos países industrializados. A Declaração de Cocoyoc, é incorporou a ideia de que existem limites ambientais e sociais para o desenvolvimento que deveriam ser respeitados, falando em “nova ordem econômica mundial” e “consumo sustentável”.
1985	Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio	A convenção adotada durante a conferência realizada em Viena, Áustria, em 1985, estabelece princípios para os países signatários preservarem a camada de ozônio na atmosfera. Em 1987, foi lançado o Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, que propõe medidas específicas a serem tomadas pelos países como parte do compromisso de proteção da camada.
1987	Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”)	O relatório “Nosso Futuro Comum” (“Our Common Future”), também conhecido como Relatório Brundtland marca a apresentação do conceito de desenvolvimento sustentável à comunidade internacional, definindo-o como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Brasil)	Comumente denominada de Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, a conferência contou com representantes de 179 países. O evento aprofundou as discussões sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, destacando suas três dimensões: econômica, social e ambiental. Um dos principais resultados da Rio-92 foi o lançamento da Agenda 21, documento que propõe um conjunto de objetivos e ações de relevância internacional para a preservação do meio ambiente. Outro resultado tangível da Rio-92 foi a negociação de tratados internacionais importantes na área ambiental, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (que estabelece o compromisso entre os países de reduzir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera), a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.
1996	II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos	A Conferência de Istambul reuniu os países integrantes da ONU para endossar as metas universais de garantir moradia adequada a todos e tornar os assentamentos humanos mais seguros, saudáveis, habitáveis, sustentáveis e produtivos. Ao final das discussões, foi redigida a Declaração de Istambul, focando em dois grandes temas: moradia adequada para todos e desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis.

1997	Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas	O Protocolo de Quioto, assinado em dezembro de 1997 no contexto da Conferência, entrou em vigor apenas em 2005, quando atingiu o número mínimo de ratificações. O acordo define metas e prazos para que os países reduzam suas emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a minimização dos efeitos do aquecimento global. A Conferência associa-se à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática que é um desdobramento da Rio-92.
2000	Cúpula do Milênio das Nações Unidas (Nova York, Estados Unidos)	O marco central da cúpula foi o lançamento dos Objetivos do Milênio, uma série de ações divididas em 8 grandes objetivos, destinados especialmente aos países em desenvolvimento, que se comprometeram a alcançar as metas até 2015. O sétimo objetivo ("Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente") estabeleceu metas ambientais como proteção da biodiversidade e significativa ampliação do acesso à água potável e saneamento básico.
2010	Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10)	Lançado na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), na cidade de Nagoia, no Japão, o Protocolo de Nagoia estabelece diretrizes para uma divisão equitativa dos benefícios relacionados ao acesso a recursos genéticos de biodiversidade. O Brasil ratificou o tratado em agosto de 2020, oficializando sua participação no protocolo.
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro, Brasil)	Também conhecida como Rio+20, a Conferência definiu passos importantes para o fortalecimento das metas de desenvolvimento sustentável na agenda internacional. O evento abordou, sobretudo, o compromisso de erradicação da pobreza como um dos componentes centrais para o desenvolvimento sustentável. Na conferência, decidiu-se também pelo lançamento posterior dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sucedendo os Objetivos do Milênio.
2015	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (Paris, França)	A conferência, também conhecida como COP 21, tem como um de seus principais resultados o Acordo de Paris, tratado internacional que destaca o compromisso global de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas por meio da redução da emissão de gases de efeito estufa. Com a diminuição das emissões, o objetivo é manter o aumento da temperatura média do planeta abaixo de 2 °C em relação aos níveis do período pré-industrial (segunda metade do século XIX).
2015	Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	O ano de 2015 também foi marcado pelo lançamento, como parte da Agenda 2030 da ONU, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de 169 metas, divididas em 17 objetivos e 5 pilares (pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias), a serem alcançadas pelos países até o ano de 2030. No âmbito da proteção ambiental, a Agenda 2030 estabelece medidas de preservação dos recursos naturais (como a proteção da vida marinha, o uso de energia limpa e o desenvolvimento de cidades sustentáveis), além de ações voltadas ao controle das mudanças climáticas, especificadas no ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima).

Fonte: elaboração própria, com informações de UN, 2020.

Esses marcos não apenas sinalizam avanços significativos na conscientização global, mas também destacam a necessidade de cooperação internacional e ação coordenada para enfrentar os desafios ambientais e sociais em todo o mundo.

No que diz respeito à arquitetura internacional para o meio ambiente, a avaliação se torna ainda mais crítica ao considerarmos os progressos reais em relação aos principais desafios enfrentados. Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017) destacam a falta de eficácia dos mecanismos internacionais do meio ambiente para lidar com os desafios do antropoceno e manter as atividades humanas dentro de limites seguros. Na visão de tais autores, apesar dos consensos globais alcançados, tanto o sistema de conferências ambientais quanto os regimes ambientais em áreas específicas não estão à altura da urgência e da magnitude da tarefa, visto que a pressão humana sobre o planeta acelerou a ponto de ameaçar a estabilidade do sistema caso ultrapassemos os limites planetários (FRANCHINI; VIOLA; BARROS-PLATIAU, 2017).

Assim, o percurso das discussões em torno da agenda ambiental demonstra que não é apenas o planeta que chegou ao extremo, a própria humanidade vive uma situação alarmante, com níveis de desigualdade social e situações de privação gravíssimas que seguem persistindo e são agravadas com a degradação ambiental (CAFFARO; CÂNDIDO; HUGHES; YAMANAKA, 2020). Nessa linha, a dificuldade reside em unir conceitos que incentivem o avanço econômico, o compromisso social e a preservação ambiental, conforme enfatizado na Rio+20.

Nesse contexto, entra em pauta a discussão sobre economia sustentável, que não suplanta a abordagem de desenvolvimento sustentável, o qual, engloba uma gama com amplitude de políticas, mas vem ganhando reconhecimento, como fator fundamental, para alcançar os objetivos de sustentabilidade de maneira abrangente (ROMEIRO, 2000).

A economia sustentável não gera substituição de recursos por si só, mas favorece a contribuição à complementação, oferecendo um modelo de produção que converge para ajudar a alcançar os objetivos amplos de sustentabilidade. (VEIGA, 2010). Muito embora seja uma tarefa nobre, alcançá-la não é missão das mais simples, tendo em vista que o aumento de riqueza ao longo dos anos

se baseou na exploração de combustíveis fósseis, negligenciando os impactos sociais e ambientais dessa atividade. (SACHS, 2012).

Bem assim, o cenário mercadológico passou a evoluir para priorizar as economias escalares e um aumento constante na produtividade, levando a reestruturações corporativas que resultaram na concentração do poder econômico e no aumento do endividamento e dos ativos intangíveis (FARIAS; REI, 2018).

Uma nova abordagem econômica, pautada pela redução das emissões de carbono e da consideração de questões como as disparidades geopolíticas e a justiça social, implica em assegurar um crescimento econômico adequado para os países subdesenvolvidos, moderado para os países em desenvolvimento e sustentável, ou seja, minimamente impactante, para os países mais ricos (UNEP, 2016).

A partir de uma abordagem interdisciplinar, o conceito organizador de resiliência (BERKES; FOLKE, 1998) caracteriza tais pontos a partir da capacidade de um sistema de absorver distúrbios para preencher a tradicional divisão entre a pesquisa social, que se concentra especialmente em instituições, organizações e práticas sociais e a pesquisa ecológica, pautada pela conexão entre os ecossistemas. Nessa perspectiva, são princípios orientadores as práticas de manejo que promovam uma auto-organização e aprendizado institucional, além de desenvolver valores consistentes com sistemas socioecológicos resilientes e sustentáveis.

A noção de sustentabilidade “forte” e “fraca” também ganha corpo nessa discussão. Observa-se que os serviços ecossistêmicos guardam uma associação com o conceito de sustentabilidade “forte”, que destaca a obrigatoriedade de manter constantes ao menos os serviços do “capital natural”⁵. Por sua vez, tal abordagem se opõe ao conceito de sustentabilidade “fraca”, que toma como premissa a noção de que cada geração deixe como legado à seguinte o capital propriamente dito, o natural-ecológico e o humano-social (VEIGA, 2010).

⁵ Pode-se entender o conceito de capital natural como o estoque ou reserva provida pela natureza que produz valor para as pessoas (economia e bem-estar), incluindo ecossistemas, espécies, água doce, minerais, ar, oceanos e processos naturais. Esse valor pode estar sendo produzido no presente ou constituir uma reserva para o futuro (DE GROOT, 2010)

A partir da compreensão das correntes teóricas e de seus limites de aplicabilidade, os paradigmas de sustentabilidade com base em uma escala (muito fraca, fraca, forte e muito forte) são objeto de estudo de Feil (2022) em uma revisão sistemática da literatura sobre o tema. Nesse recente estudo, o autor revela que o nível de sustentabilidade muito fraca se refere aos casos onde se nota a substituição integral dos recursos naturais – a exemplo da água, ar, terra e vegetação – pelos recursos humanos (aqui entendidos como as edificações, maquinário, tecnologia e afins). Mais adiante, entende o nível de sustentabilidade fraca como sendo aquela caracterizada pela substituição ou compensação parcial dos recursos naturais pelos humanos, tendo como limite os recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana. Já o nível da sustentabilidade forte é atingido, na visão do autor, quando se complementam e se desenvolvem mutuamente os diversos tipos de capitais, aliado a um processo gestão ambiental. Finalmente, o nível de sustentabilidade muito forte exige a preservação integral dos recursos naturais, juntamente com uma redução dos demais capitais, algo de difícil atingimento. Nessa visão, pontua que podem ser considerados como insustentáveis as situações de nível fraco e muito fraco de sustentabilidade, enquanto os níveis forte e muito forte podem ser reconhecidos como sustentáveis (FEIL, 2022, p. 89).

Em outra perspectiva, as rápidas mudanças tecnológicas e ambientais que testemunhamos atualmente demandam adequações políticas e jurídicas equivalentes, uma vez que o monitoramento e os mecanismos de financiamento se tornam cruciais para promover o "desenvolvimento, teste e aprimoramento" (VINUALES, 2018) de inovações tecnológicas e processuais. Tais regimes socioambientais flexíveis baseiam-se fortemente em políticas de incentivo ao investimento. Portanto, é essencial fornecer estímulos, particularmente para acelerar o processo de inclusão de comunidades sem acesso a serviços básicos como energia, água e saneamento, por meio da adoção direta das tecnologias mais avançadas e sustentáveis (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009).

A rigor, o desafio central reside na integração de diferentes ideologias para encontrar um equilíbrio, conforme estabelecido pela abordagem da economia verde na Rio+20. Essa busca visa a contribuir para a geração do crescimento econômico em consonância com a responsabilidade social e a preservação ambiental. Este novo modelo da economia vai além da mera

diminuição das emissões de carbono. Ele também enfrenta desafios como as limitações geopolíticas e o princípio constitucional que prioriza pela igualdade, que propõe um crescimento diferenciado entre países, com os respectivos estágios de desenvolvimento (UNEP, 2016).

2.1.1 O contexto de transição das agendas ODM e ODS no Brasil e em Minas Gerais

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) representaram oito grandes compromissos globais acordados pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Tais objetivos foram expressos na resolução n.º 55/2 em uma Assembleia Geral da ONU.

Cada um dos 8 ODM abrangia iniciativas diversas para o enfrentamento da fome e da pobreza, a promoção da saúde, o saneamento, a educação, a igualdade de gênero, a habitação e a preservação ambiental, bem como estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento sustentável. Cada objetivo tinha suas próprias metas globais e boa parte dessas metas tinha como referência o período de 1990 a 2015 para avaliar o progresso, utilizando como linha de base os dados de 1990.

No cenário brasileiro, mais especificamente em relação ao Governo Federal, houve a constituição de um grupo de trabalho em 2003 com a finalidade de acompanhar as metas e objetivos de desenvolvimento do milênio. Por meio de decreto presidencial, foram definidas as ações do referido grupo⁶.

⁶ [...] Art. 2º - Caberá ao Grupo Técnico subsidiar a elaboração de plano de ação do governo brasileiro para o alcance das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e monitorar o progresso do Brasil em relação às referidas Metas e Objetivos, por meio de levantamento de dados e informações pertinentes junto aos órgãos setoriais nos três níveis de governo, compreendendo as seguintes atividades:

I - mapeamento dos órgãos e entidades governamentais cujas ações tenham impacto sobre cada uma das metas e objetivos;

II - identificação das bases de dados nas esferas federal, estadual e municipal a serem utilizadas no acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

III - elaboração de diagnóstico da situação do Brasil em relação às Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

IV - adaptação das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e do conjunto de indicadores a elas associados à realidade brasileira; e

V - proposição de estratégia para monitoramento da evolução das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio [...] (BRASIL, 2003)

Formado por representantes de órgãos e entidades do Governo Federal, o grupo de trabalho, nos termos do decreto, reunia-se mensalmente para delinear as ações a ele incumbidas. Como as metas e os indicadores globais foram definidas para um conjunto de nações, cada qual com realidades específicas, algumas delas foram adaptadas no caso brasileiro, sendo que o grupo estabeleceu metas e indicadores nacionais mais ambiciosos do que o que foi definido pela ONU.

Do ponto de vista prático, os resultados obtidos no monitoramento dos ODM para o Brasil foram consolidados em 5 relatórios nacionais de acompanhamento, elaborados em regime de colaboração com órgãos do governo e agências da ONU, coordenados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (ROMA, 2019).

Como estratégia de envolvimento dos demais entes federativos, foi estimulada a criação de núcleos estaduais. O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade se consolidou como a iniciativa adotada, sendo capitaneado à época pelo Instituto Ethos, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip. O propósito preponderante se traduziu em mobilizar o País em prol do alcance dos ODM.

Ao longo da vigência da agenda, foram elaboradas revistas, folders, guias, livretos, boletins informativos, bem como se instituiu um prêmio com vistas a reconhecer boas práticas adotadas. Tudo isso com o fito de mobilizar e municipalizar a execução de ações aderentes à implantação dos ODM.

Também foi instituída a agenda de compromissos, como forma de tentar organizar o conjunto de ações e programas executados no âmbito dos municípios, sejam em parceria com a União ou o estado em que se circunscreve, seja de própria execução. A intenção era que o município inicialmente conhecesse sua própria realidade e ao mesmo tempo começasse a utilizar as informações disponíveis como base para a tomada de decisão.

A coordenação nacional entendia que os indicadores sociais fornecidos pelo Governo Federal contribuía para o planejamento e o monitoramento dos programas no município. Esses indicadores, alinhados às políticas sociais federativas e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, permitiriam traçar um diagnóstico local e estabelecer metas anuais factíveis para os quatro anos

de mandato. Com a disponibilização de informações à sociedade, a agenda de compromissos também cumpre o papel de constituir em um instrumento de transparência e coesão social (BRASIL, 2013).

Em Minas Gerais houve a estruturação do núcleo estadual e foram desenvolvidas ações com participação da administração estadual e diferentes prefeituras. A exemplo do que fora realizado na União, houve a criação do Prêmio ODM de Minas, como forma de reconhecer boas práticas de organizações da sociedade civil e de prefeituras (MINAS GERAIS, 2013). Técnicos e servidores da PBH participaram ativamente dos debates, de modo que uma servidora do quadro funcional era responsável por coordenar as ações do núcleo ODM no estado.

Sem entrar no mérito dos resultados alcançados pormenorizados pela nação brasileira de Minas Gerais no monitoramento dos ODM, notadamente por não se constituir objeto deste estudo, pode-se avaliar que o Brasil apresentou avanços consideráveis e cumpriu boa parte das metas estabelecidas no período de vigência do pacto global (2000-2015).

Todavia, no âmbito federal, a vivência dos ODM revela que não houve convergências e sinergias com instrumentos de planejamento, tais como o Plano Plurianual – PPA (ROMA, 2019).

Há que se ressaltar que os ODM foram concebidos com a proposta de se criar uma abordagem global e uma estratégia coordenada de enfrentamento de mazelas comuns tais como pobreza, fome, doenças, analfabetismo, degradação ambiental e discriminação contra as mulheres (PNUD, 2017).

Nesse sentido se caracterizou como um empreendimento singular, na medida em que conseguiu mobilizar governos, academia, agências da ONU, sociedade civil e empresas privadas em torno de uma grande causa global.

Ao mesmo tempo em houve esse aparente sucesso de mobilização e ação coletiva para o cumprimento das metas, uma das críticas reside no fato de que esse “entusiasmo” gerado pelo poder persuasivo dos ODMs terminaram por motivar excessos na concepção dos ODS, a exemplo do total de indicadores (na casa da centena) para monitorar os ODS (VEIGA, 2016). Sobretudo no contexto de pequenas localidades, províncias e nações sem uma equipe técnica mais robusta, torna-se uma tarefa hercúlea seu monitoramento.

Outras críticas à agenda residem na ausência de consideração das diferenças entre nações, na pouca atenção às desigualdades internas dos países, na pouca ambição das conquistas sociais (por exemplo, educação somente básica), na ausência da abordagem dos “meios” para o alcance das metas, na supressão de aspectos qualitativos ao prestigiar metas quantitativas e no foco excessivo em alcançar as metas ODM, abandonando outras iniciativas (KARVER; KENNY; SUMNER, 2012; LANCET AND LONDON INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTRE COMMISSION, 2010).

A despeito de tais críticas, aparece como pano de fundo o próprio conceito de desenvolvimento que está no âmago dos ODM, podendo ser enxergado como uma visão de viés ocidental como um modelo universal (HARVEY, 2016).

No decorrer da execução da agenda ODM e dos resultados obtidos, passou-se a se questionar se o mundo necessitava de uma nova agenda global. É sabido que a declaração do milênio pactuou com os países a redução dos problemas mais relevantes da época – no caso do Brasil com algumas metas adaptadas à realidade nacional.

Diante disso, a definição dos ODS baseou-se em um processo de consultas abertas e de pesquisa global, capitaneado pela ONU, contando com a participação de mais de 1,4 milhão de pessoas de mais de 190 países. Governos, setor privado, sociedade civil, academia e instituições de pesquisa fizeram contribuições individuais ou por meio da plataforma online *My world*, com a nova agenda global de desenvolvimento (PNUD, 2017).

Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) acabaram se tornando mais amplos e inclusivos, englobando as dimensões econômica, social e ambiental. A proposta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi chancelada em setembro de 2015, na ONU, por 193 países, exigindo um compromisso global ainda maior e o desenvolvimento de ações e políticas nacionais mais fortes e focadas no alcance dos 17 objetivos e 169 metas.

Com a transição para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o foco expandiu-se para incluir desafios mais abrangentes e interconectados, refletindo uma compreensão mais profunda das complexidades do desenvolvimento sustentável. Os ODS visam não apenas continuar os esforços iniciados pelos ODM, mas também abordar lacunas remanescentes e

emergir com um plano mais ambicioso para alcançar um futuro sustentável para todos (UN,2015a).

A adoção de objetivos com relação à educação de qualidade, água limpa e saneamento, energia acessível e limpa, trabalho que favoreça a dignidade da pessoa humana e crescimento econômico, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, com ações contrárias a transformação global do clima, vida na água e vida terrestre, entre outras, destaca a abordagem holística da Agenda 2030 (um, 2015a). Essa abordagem reflete o entendimento de que o desenvolvimento sustentável requer ações integradas e universais, envolvendo de forma global os atores da sociedade.

Em solo pátrio, o Brasil deu um passo tido como crucial na jornada rumo ao desenvolvimento sustentável com a criação da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Composta por representantes do governo, da sociedade civil e do setor privado, a Comissão Nacional para os ODS atua como um fórum multissetorial. Essa diversidade garante uma visão abrangente dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Para converter em políticas públicas nacionais e introjetar no sistema jurídico brasileiro o acordado na Agenda 2030, foi criada a Comissão Nacional para os ODS (BRASIL, 2016), cuja posse se deu em 29 de junho de 2017. Esse órgão federal se tornou responsável por internalizar no ordenamento jurídico brasileiro todas as questões relacionadas aos ODS, transformando-as em diretrizes de políticas públicas no direito interno, difundindo e dando transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil.

Formada por 32 representantes, entre titulares e suplentes, constitui-se como comissão paritária, com igual número de membros da sociedade civil e dos governos e com competência consultiva para identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para se alcançar os ODS. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística prestam assessoria técnica contínua à Comissão, para o “desenvolvimento, implementação e promoção de iniciativas que apoiem os ODS, com ações voltadas para as dimensões econômica, social, ambiental e institucional” (IPEA, 2017).

Esses institutos contam com pesquisadores que já estudam as temáticas relacionadas a todos os ODS e atuam nas quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica, ambiental e institucional. O repositório estatístico e bibliográfico dessas instituições tem ainda a capacidade de fundamentar decisões e promover a articulação de interesses divergentes da iniciativa privada e da sociedade civil, com os diversos órgãos e entidades públicas para a disseminação e implementação dos objetivos em níveis federal, estadual, distrital e municipal.

Figura 2 - Composição da Comissão Nacional ODS



Fonte: BRASIL, 2017

A iniciativa de congregar esforços, mesmo que bem estruturada, perdeu força nos últimos anos, dado o contexto político desafiador e a pandemia de Covid-19.

Somente recentemente, em 19 de dezembro de 2023, o Governo Federal deu um passo importante na concretização da Agenda 2030 no Brasil com a oficialização da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Reativada com o apoio do PNUD, a Comissão reúne 88 membros de diversos setores da sociedade para impulsionar o desenvolvimento

sustentável do país. Composta por representantes do governo, da sociedade civil e de governos locais e estaduais, a Comissão tem como objetivos principais:

[...] promover a implementação da Agenda 2030 e seus 17 ODS no Brasil: a Comissão atuará como um catalisador, articulando ações e mobilizando recursos para o alcance das metas; estimular a aplicação dos ODS em todas as esferas do governo e na sociedade: A Comissão buscará garantir a integração dos ODS nas políticas públicas e na atuação dos diferentes setores da sociedade; acompanhar, divulgar e garantir a transparência das medidas adotadas para alcançar as metas propostas: A Comissão manterá um diálogo aberto com a sociedade civil e monitorará o progresso do país em direção aos ODS [...] (PNUD, 2023).

A reativação da Comissão Nacional para os ODS demonstrou o interesse do Governo Federal em retomar o protagonismo com a Agenda 2030. Por meio da colaboração entre os diferentes setores da sociedade, a Comissão tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento sustentável do Brasil e construir um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos (PNUD, 2023).

Este exemplo do Governo Federal, todavia, ilustra bem o caráter ainda incipiente nos governos em formar uma agenda perene para implementar objetivos e metas de longo prazo, sejam provenientes de discussões multilaterais ou mesmo de cunho nacional. Sofrem, assim, com a descontinuidade administrativa, a exemplo dos desvios de rotas constantes com o qual convivem os estados e municípios.

2.1.2 A agenda 2030

A agenda 2030 é um plano de ação criado em setembro de 2015. Dirigentes de diversos governos e Estados, se reuniram em Nova York, afim de discutir a importância de equacionar os problemas ambientais e sociais. Segundo a ONU, o objetivo da Agenda 2030 é construir uma trajetória diferente da que vivemos hoje, ancorada em um modelo predatório e desumano. A ideia central da agenda é contribuir por meio dos 17 objetivos definidos pelos dirigentes mundiais, para “libertar a raça humana da opressão da pobreza e da proteção e a proteção do meio ambiente como um bem finito para ser administrado, protegido e restaurado” (UN, 2015a).

Essas ações devem acontecer de maneira pacífica e capaz de entender as condições necessárias para o avanço do desenvolvimento sustentável. A partir de estudos realizados no âmbito da ONU, a agenda 2030 propõe iniciativas e condições de desenvolvimento inclusivo e sustentável, capaz de proporcionar proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Tais condições são pensadas também na urgência do trabalho decente para todos, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidade nacionais (VEIGA, 2010).

Além disso, a agenda 2030 prevê novos instrumentos institucionais, capazes para contribuir para um processo transformador em relação a superação de uma produção voltada ao modelo predatório e ao mesmo tempo, fornece oportunidade para que as empresas compreendam a importância de novos processos relacionados para a produção mais limpa (CAFFARO; CÂNDIDO; HUGHES; YAMANAKA, 2020).

Esses processos estão relacionados às condições de produção, a partir da reutilização da matéria-prima. Pode-se entender que a agenda é um plano de atuação, que possibilita a diminuição da vulnerabilidade humana, perpassando a ideia de que a prosperidade só pode ser alcançada a partir do fortalecimento da paz universal com maior acesso à dignidade e liberdade de escolhas. Para isso, os dirigentes dos países signatários, por meio da Agenda 2030, entendem que ações são necessárias, por exemplo a erradicação da pobreza, em todas as formas e dimensões, inclusive a pobreza extrema. Nessa lógica, o desenvolvimento sustentável aparece como um importante objetivo global que requer uma série de acordos globais. A concretização dos objetivos em questão é influenciada por uma gama de fatores interligados, que se manifestam em diferentes níveis e escalas. No âmbito nacional, regional e local, legislações, normas, procedimentos e padrões, implementados por entidades governamentais e privadas, assumem um papel crucial (CNM, 2016).

Essas diretrizes, embora não vinculativas legalmente, aspiram a promover uma colaboração complexa e multinível, interdisciplinar e interdependente entre os diferentes *stakeholders* ou partes interessadas. Essa estrutura legal reconhece a escassez dos recursos da natureza e o desafio que representa distribuí-los de forma, que contribua para a erradicação da pobreza e assegure

vida plena a todos, com condições que prevaleça a dignidade da pessoa humana (PINHO, 2017).

A eficácia da agenda 2030 é afetada por uma série de fatores, como regulamentações, procedimentos e padrões em níveis variados (FARIAS; REI, 2018). Estas diretrizes, embora não juridicamente obrigatórias, buscam promover uma cooperação complexa e multinível entre governos, empresas, academia, sociedade civil e indivíduos, visando à gestão eficaz dos recursos naturais limitados para erradicar a pobreza e assegurar uma vida digna para todos (PINHO, 2017).

Em prol de um futuro sustentável e equitativo, urge a intensificação da colaboração entre o setor público, privado e a sociedade civil. Por meio da implementação de uma nova abordagem multilateral esforços para erradicar a pobreza, combater as desigualdades e enfrentar os desafios das mudanças climáticas até o ano de 2030 terão maior chance de obter êxito (GAJEVIC, 2016).

Como já posto, a Agenda 2030 é fruto de um longo processo de negociação e debate internacional. Estrutura-se em torno de 17 ODS, que se sustentam em cinco grandes pilares (PNUD, 2015) de importância para humanidade e o planeta: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e planeta.

Figura 3 – Os 5 P's da agenda 2030



Fonte: PNUD, 2015

A agenda 2030, endossada por todos os membros da ONU em 2015, representa um marco histórico na busca por um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos. Apesar de não ser um tratado juridicamente vinculativo, o documento assume um papel fundamental como "*soft law*", orientando e inspirando ações em diversos níveis.

O conceito de *soft law* compreende, em síntese, conforme Nasser (2006): I- normas (sejam elas jurídicas ou não), com linguagem genérica, conteúdo variável ou aberto, com um caráter mais amplo ou principiológico, sem regras expressas ou claras; II- normas que preveem mecanismos para, em caso de descumprimento ou geração de litígios decorrentes de sua interpretação, sejam objeto de conciliação e mediação; III- atos que não se prestam a ser obrigatórios e, em assim sendo, constituem-se sob a forma de "tratados"; IV- as eventuais resoluções e decisões dos órgãos colegiados internacionais, em regra não são; V- os instrumentos preparados por entes não estatais, com a pretensão de estabelecer princípios orientadores do comportamento dos Estados e de outros entes (NASSER, 2006). Observa-se, portanto, um conceito de cunho multifacetado e plural, sem uma convergência para uma atuação única, o que dificulta em princípio dificulta o êxito de tais agendas.

Desse modo, de um lado se coloca a hercúlea tarefa de objetivar o fim da pobreza e a fome; combater as desigualdades; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos; promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; proteger os recursos naturais. De outro tem-se que a proposta de uma grande missão coletiva, destinada a "não deixar ninguém para trás" (UN, 2015a) não carrega consigo instrumentos robustos de governança, monitoramento e financiamento adequado para a implementação da Agenda 2030 (BENJAMIN *et al*, 2015).

Nessa perspectiva, a natureza *soft law* da Agenda 2030 divide opiniões, pois é considerada ponto fraco para alguns juristas, enquanto para outros é na verdade um dos seus pontos fortes, na medida em que, ao evitar obrigações legais que poderiam desmotivar a participação dos Estados, abre espaço para um diálogo construtivo e para a busca de soluções inovadoras e adaptadas às realidades de cada país (NOVECK, 2015).

A Agenda 2030 se configura, assim, como um guia para a governança global socioambiental, transcendendo fronteiras e articulando diferentes níveis de autoridade. Por meio de uma abordagem *soft law*, a agenda busca moldar a ação de governos, empresas, organizações internacionais e indivíduos em prol de um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos (PNUD, 2023).

Os fundamentos da gestão ambiental permanecem essenciais, especialmente em prazo longo, e encaram a dificuldade prática de reformular paradigmas econômicos para impulsionar uma economia mais sustentável, possibilitando uma abordagem mais ágil e eficaz para alcançar os objetivos. (UNEP, 2016). Os países em desenvolvimento, especialmente, enfrentam obstáculos no acompanhamento e na obtenção dos recursos financeiros necessários para executar a Agenda 2030, destacando os desafios mais significativos enfrentados por essas nações. (PNUD, 2015).

O Brasil, como signatário da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, tem um papel fundamental a desempenhar na construção de uma economia verde. O país possui uma rica biodiversidade, recursos naturais abundantes e uma população jovem e engajada. No entanto, também enfrenta desafios significativos, como o desmatamento ilegal, a emissão de gases de efeito estufa e a desigualdade social (UNFCCC, 2017), sem a resposta governamental adequada. A agenda 2030 e o Acordo de Paris ofertam ao Brasil uma oportunidade para superar esses desafios e construir um futuro mais sustentável. O país já deu alguns passos nessa direção, como a retomada da Comissão Nacional para os ODS e a ratificação do Acordo de Paris.

No entanto, ainda há muito a ser feito. O Brasil precisa investir em tecnologias verdes, fortalecer sua infraestrutura ambiental e promover a educação para a sustentabilidade. O país também precisa de um marco legal robusto para a economia verde, que incentive o investimento privado e proteja os recursos naturais (UNFCCC, 2017).

Apesar desses obstáculos e da importância contínua dos princípios de sustentabilidade, especialmente a longo prazo, persiste na dificuldade prática de definir limites e mudar os modelos econômicos em favor de uma economia mais voltada para a sustentabilidade, para atingir esses objetivos de forma mais ágil e eficiente (PNUD, 2015). Os países subdesenvolvidos enfrentam os maiores

desafios, principalmente devido às dificuldades em monitorar e financiar adequadamente a adoção da Agenda 2030.

Embora o direcionamento da Agenda 2030 seja um progresso relativo, existem inúmeras lacunas e obstáculos que precisam ser atingidos. E a convergência com o planejamento governamental pode ser um facilitador, como será abordado na próxima seção.

2.2 O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O conceito de planejamento, associado à ideia de urbanismo e inspirado pelas ideias das cidades-jardim, surgiu no final do século XIX, na Inglaterra, como um conceito vinculado ao ordenamento de cidades. Data dessa época, por exemplo, o conceito de “cidade-jardim” (Howard, 1902 *apud* PUPPIM DE OLIVEIRA, 2006), segundo o qual se poderia planejar uma cidade, distribuindo-se espacialmente suas funções, a fim de tornar o espaço mais agradável a todos. Até essa época, planejamento era função estritamente técnica do urbanista ou do arquiteto, considerados uma espécie de visionários.

Já a abordagem de planejamento econômico centralizado emergiu com a experiência de economia planejada na União Soviética no final dos anos 1910, caracterizando-se pelo controle estatal sobre os recursos e sua alocação segundo planos detalhados por burocratas. Na década de 1940, o Ocidente viu a ascensão de um estilo de planejamento mais holístico, que abrangia aspectos sociais e econômicos, em parte como contraponto ao centralismo soviético. Essa era também viu a popularização das ideias keynesianas e das políticas de desenvolvimento regional (OLIVEIRA, 2006).

Autores como Friedmann, como destacado por Pagnussat (2006), entendem que não existe uma teoria específica sobre o planejamento, mas “um pensamento crítico-teórico sobre esse conceito, que foi evoluindo ao longo do tempo.” Numa tentativa de sistematizar as correntes de pensamento sobre planejamento, Pagnussat (2006, p.10) identifica “[...]quatro categorias ou correntes de pensamento: análise de políticas, aprendizagem social, reforma social e mobilização social.”

No âmbito das economias de caráter capitalista, a atividade de planejamento, aliada aos fundamentos do mercado, ganha maior relevância no

período pós-guerra, durante o processo de reconstrução econômica e a implementação do estado de bem-estar social. O perfil de ampliação do papel do Estado favorece sua disseminação, abrangendo países tanto industrializados quanto não industrializados, como é o caso do Brasil (CARNEIRO, 2004).

Ao se analisar a evolução do planejamento governamental no Brasil, Pagnussat (2006) sintetiza o processo, mencionando que se pode dividir a trajetória em quatro fases, a saber:

[...] a primeira, orçamentária, de elaboração de diagnósticos e de estruturação das bases do chamado Estado nacional-desenvolvimentista, nos anos 30 e 40; a segunda, desenvolvimentista, com a implementação de planos nacionais voltados para a industrialização e consolidação da infraestrutura; a terceira, com o objetivo de estabilização econômica, nos anos 80 e início dos anos 90; e a quarta, de retomada do planejamento, com os avanços metodológicos na elaboração do PPA, a partir do final dos anos 90. (PAGNUSSAT, 2006, p.26)

O orçamento público, por sua vez, se constitui em um tema de interesse para várias disciplinas, abrange perspectivas políticas, econômicas, administrativas, jurídicas, sociais, contábeis e financeiras. Pode-se definir o orçamento público como o documento pelo qual o Legislativo autoriza o Executivo a realizar despesas específicas por um determinado período, detalhando os custos para a manutenção dos serviços públicos e outros objetivos estabelecidos pela política econômica ou geral do país (GIACOMONI, 2012).

A importância do orçamento público é enfatizada na Constituição Federal de 1988 do Brasil, onde ocupa uma seção inteira dentro do capítulo dedicado às finanças públicas (Artigos 165 a 169). Esta seção define a exigência de documentos orçamentários essenciais, como o Plano Plurianual (PPA), com duração de quatro anos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), ambas válidas por um ano. O orçamento público se traduz assim como um instrumento de gestão mais significativo e possivelmente o mais antigo na administração pública, servindo como meio pelo qual os governos organizam suas finanças (ABREU; GUIMARÃES, 2014, p. 9).

O planejamento governamental é diferenciado por sua área de aplicação, podendo ser nacional (estabelecendo objetivos para o país), regional (levando em conta as características específicas de uma região), urbano (direcionado ao

desenvolvimento de uma cidade) ou setorial (focado em áreas específicas como educação ou meio Ambiente) (LOPES, 1990).

Entende-se que o planejamento governamental é vital para o progresso social, já que o desenvolvimento é fruto das decisões tomadas e executadas pelos governos em colaboração com a sociedade e o setor privado, manifestando-se através de políticas públicas. Assim, os desafios enfrentados pela sociedade são abordados por meio de esforços coordenados do governo em suas diversas capacidades, e a criação de políticas públicas envolve um processo conjunto de decisões, ações e formalizações (HEIDEMAN, 2006).

Dentro desse quadro, cabe à administração pública a tarefa de determinar as estratégias governamentais em todas as políticas públicas. Esse processo implica negociações e o alinhamento de interesses entre diversos grupos e movimentos sociais, sendo crucial para a eficácia do planejamento. A estratégia governamental é, em grande medida, revelada através do seu planejamento governamental, que traça um roteiro inteligente para alcançar um futuro comum desejado, delineando os meios pelos quais os objetivos do governo serão atingidos (CUNHA, 2011).

Bem assim, as prioridades de cada governo se refletem na forma como alocam recursos no orçamento público, caso contrário, se tornam apenas discursos vazios (PEDROSA, 2017). Isso deveria despertar um maior interesse da sociedade pelo orçamento como instrumento de controle e acompanhamento da gestão pública. No entanto, essa abordagem é geralmente tímida, e isso pode ser atribuído a alguns fatores, como a falta de credibilidade, a dificuldade de compreensão devido à linguagem utilizada no orçamento e a falta de transparência. (SOARES; FERNEDA; PRADO, 2018).

À medida que a perspectiva da administração pública evolui, três principais objetivos se destacam para o orçamento: garantir a alocação adequada de recursos, assegurar a sustentabilidade fiscal ao longo do tempo e possibilitar a entrega eficaz de bens e serviços públicos (CARDOSO JUNIOR, 2001).

No contexto das reformas administrativas ocorridas no Brasil e em outros países latino-americanos, particularmente nos anos 1990, orientadas por uma agenda fiscal, percebe-se que as iniciativas no planejamento e orçamento público muitas vezes foram pontuais e careceram de uma abordagem mais

abrangente (CARNEIRO; MENICUCCI, 2011). Essa falta de continuidade ressalta a necessidade de repensar as dimensões do planejamento governamental e da gestão pública (CARDOSO JUNIOR, 2011), reconhecendo que a gestão pública não pode prescindir de um planejamento estratégico mais abrangente para garantir a eficácia das políticas públicas quando tratadas de forma integrada.

Dentro desse contexto, o orçamento moderno transcende sua função tradicional de simples registro de receitas e despesas, tornando-se uma ferramenta crucial para uma gestão eficiente no setor público. Além disso, a governança orçamentária refere-se a um conjunto de regras, princípios, sistemas, comportamentos, formais e informais, que regem o processo de tomada de decisão sobre a origem e aplicação dos recursos públicos dentro do Executivo e do Legislativo (BORGES, 2015, p. 31).

Isso revela um conjunto diversificado de interesses envolvidos na governança orçamentária, dado o cenário de recursos públicos limitados em relação às demandas reais. Também é evidente a complexidade técnica de analisar e processar a quantidade de informações relacionadas a cada programa ou ação governamental, a fim de priorizar as questões mais relevantes e distribuir os recursos de forma justa e eficiente (TONI, 2021).

Nessa gama de variáveis intrincada, a estratégia de elaborar planos nacionais se mostra muito penosa e desafiadora. Em solo nacional algumas iniciativas conjugando planejamento e desenvolvimento de médio e longo prazos foram tentadas, conforme se sintetiza:

Figura 4 – Iniciativas sobre estratégia pública, planejamento governamental e cenários de longo prazo no Brasil – 1998-2018

Nome	Características	Origem
Brasil 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborado pela SAE • Cenários internos e externos • Participação de cem especialistas • Três cenários exploratórios: Abatiapê, Baboré e Caaeté • Um cenário normativo (Diadorim) e uma estratégia de desenvolvimento • Temas: sistema político, pacto federativo, inserção externa, reforma do Estado, educação e questão racial • Diretivas de equidade social e desenvolvimento econômico 	SAE-PR 1998
Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenado pelo BNDES • Apoiava a elaboração da carteira de projetos do PPA • Consórcio Brasileira: Booz Allen & Amilton, Bechtel e ABN Amro contratados para elaboração • Novo recorte territorial em 09 eixos de integração • Projeção de 4,3% crescimento médio entre 2000 e 2007 • Conceito base: rede multimodal de logística • Arco-Norte, Madeira-Amazonas, Araguaia-Tocantins, Oeste, Sudoeste, Transnordestina, São Francisco, Rede Sudeste e Sul • Valor total previsto: US\$ 229 bilhões 	Ministério do Planejamento e BNDES 1999
Brasil em três Tempos	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenado pela Secom-PR, com apoio da SAE, Ipea e CGEE • Estudos financiados pelo OGU e BNDES • 300 eventos nacionais, 600 pesquisadores e 20 instituições envolvidas • Metodologia baseada na experiência francesa: fatores portadores de futuro • Eixos: social, político e econômico • Horizontes temporais: 2007, 2015 e 2022 	Secom-PR 2004
Brasil em 2022	<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase no diagnóstico e posição internacional • Projeção de crescimento de 7% ao ano e 25% do PIB em investimento • Identifica macrotendências para o futuro e entraves • Eixo central: superação do subdesenvolvimento e desigualdade social e liderança regional 	SAE-PR 2010
Brasil 2035 Cenários para o desenvolv.	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenado pelo Ipea e Assecor • Quatro cenários em perspectiva ampla • Participação de 28 instituições federais • Metodologia baseada na experiência francesa (tendências, incertezas e atores) • Consulta delphi: 18 megatendências, 17 incertezas-chave e 18 atores motrizes • Recorte temático: paz, defesa e segurança nacional, financiamento, bioeconomia, energia, previdência e saúde. 	Ipea e Assecor 2017
Estr. Nac. Desenvolv. Econômico e Social 2020-2031	<ul style="list-style-type: none"> • Subsídio ao PPA 2020-2023 • Instrumento previsto no PL 9.163/2017 (política de governança federal) • Inspirada na Agenda 2030 da ONU e os 17 ODS • Consulta pública: 122 contribuições, 3,8 mil assertivas • Cinco eixos: econômico, social, institucional, infraestrutura e ambiental • Diretriz: elevar a renda e a qualidade de vida, redução das desigualdades sociais e regionais • Cada eixo com megatendências específicas 	Ministério do Planejamento 2018

Fonte: TONI, 2021

Mesmo com tais desafios e apesar das críticas direcionadas à atividade de planejamento no país, incluindo especificamente o PPA, é crucial reconhecer o papel do planejamento como um “antídoto contra a improvisação, as decisões erráticas baseadas em uma visão estritamente de curto prazo, e as lacunas ou falta de coordenação na formulação e implementação das políticas públicas” (CARNEIRO, 2022, p. 46).

Até porque não se deve subestimar a possibilidade de desmonte de boas práticas, estruturas articuladas, esvaziamento das políticas públicas e desconstrução de capacidades técnicas, como observado entre 2016 e 2022 no caso brasileiro, sob o manto de reformas pró-mercado ou mesmo associadas a questões ideológicas e culturais (IPEA, 2022; CAVALCANTE, 2020; CARNEIRO; BRASIL, 2021).

Complementarmente, a lógica do planejamento e do orçamento requerem uma abordagem que também leve em consideração a importância do fortalecimento democrático por meio da articulação entre o nível local e global, com o apoio de atores transnacionais, reconhecendo a diversidade de formas em que a democracia pode ser exercida (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Enfatizando a dimensão do controle social e da responsabilização (*accountability*), é importante ressaltar que a transparência governamental muitas vezes enfrenta o desafio da assimetria de informações entre os agentes públicos e os cidadãos. Essa assimetria é semelhante à observada em empresas, onde a gestão possui mais informações sobre mercados, perspectivas e tecnologia do que os acionistas e partes externas (VIEIRA, 2008). No contexto público, os funcionários do governo têm acesso a informações críticas para a tomada de decisões que geralmente não são facilmente acessíveis aos cidadãos.

Com base em pesquisas de Przeworski e colaboradores, a disseminação de informações provenientes da avaliação de políticas e programas públicos pode minimizar essa assimetria informacional (CENEVIVA; FARAH 2012). Com informações mais acessíveis, o público pode ter uma compreensão mais precisa do valor adicionado pelas ações do governo (STIGLITZ, 1999, p. 10, tradução livre). Como estratégia para reduzir a assimetria informacional, a política de transparência pode aproveitar as tecnologias de informação, fazendo delas uma escolha institucional para promover o controle social. Nesse contexto, as tecnologias de informação e comunicação têm se difundido amplamente no setor governamental, por meio do conceito de egov ou governo eletrônico, que envolve a informatização das atividades internas do governo e a comunicação com o público externo (PINHO, 2008 p. 473).

Para ampliar a divulgação de suas ações para a sociedade, os governos começaram a utilizar portais eletrônicos como um canal de comunicação. Com o aumento do acesso à *internet*, a *web* se tornou uma ferramenta fundamental para promover a transparência na gestão pública, permitindo que os cidadãos tenham fácil e rápido acesso às informações governamentais, inclusive em relação a agendas derivadas de compromissos transnacionais.

Convergindo com a agenda 2030, para assegurar a adesão aos compromissos da ONU, uma estratégia recomendada para governos locais é

verificar a congruência entre as políticas públicas expressas em seus planos de governo (Planos Plurianuais – PPAs e orçamentos municipais) com os ODS. Sugere-se uma seleção cuidadosa dos indicadores de cada ODS, priorizando aqueles que podem efetivamente monitorar o progresso em direção às metas e que estejam alinhados com as políticas prioritárias do governo local (CNM, 2016).

Exemplificando, a cidade de São Paulo, em 2020 elaborou a Agenda Municipal 2030, que reuniu um conjunto de objetivos, metas e indicadores voltados para a capital paulista. Essa iniciativa foi proposta pela Comissão Municipal de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2020).

De igual modo, em Belo Horizonte, a Lei Municipal 11.098, de 29 de dezembro de 2017, aprovou o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2018-2021. Esse foi um marco, pois foi a primeira vez que a cidade incorporou os ODS como um eixo orientador em seus instrumentos de planejamento. O artigo 1º da lei estabeleceu claramente esse compromisso, indicando que os programas da administração direta e indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo seriam alinhados com os ODS, com a definição de objetivos, indicadores, metas e recursos a serem aplicados (BELO HORIZONTE, 2017).

Com o objetivo de garantir um monitoramento contínuo e integrado das metas locais, bem como aumentar a efetividade e a transparência das políticas públicas, o município também se comprometeu a alinhar o monitoramento da Agenda 2030 com seus instrumentos de planejamento e gestão orçamentária. Além disso, a cidade publicou um painel de indicadores ODS em 2019 e, a partir de 2018, passou a produzir relatórios de acompanhamento anuais (BELO HORIZONTE, 2019).

Esse movimento de aumentar a geração e disponibilização de informações tem contribuído para a criação de conteúdos temáticos mais abrangentes, que servem como base para a criação dos observatórios de políticas públicas, como será abordado na próxima seção.

2.3 OS OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ainda que as instituições denominadas como observatórios⁷ no contexto da gestão pública já existam no mundo há algum tempo, a concepção dos arranjos para as políticas públicas e as tentativas de reformas no aparato estatal em solo brasileiro em um passado mais recente, bem como as transformações ocorreram tanto em nível nacional quanto nos diversos níveis de governo, podem ajudar a compreender um pouco a proeminência dessas instituições. Houve uma reorientação da ação do Estado, com um foco maior no cidadão, no desempenho e nos resultados (MOTTA, 2013).

A diversidade tipológica dos observatórios pode ter um impacto significativo no trabalho dessas organizações (ALBORNOZ; HERSCHMANN 2006). Ortega e Valle (2010) complementam, destacando que a falta de uma definição amplamente aceita para observatório dificulta a identificação dessas entidades e, por conseguinte, limita a análise do fenômeno. Por sua vez, Batista *et al.* (2017) observam que, apesar de sua relativa novidade, os observatórios têm recebido cada vez mais investimentos e atenção em pesquisas. No entanto, ainda persiste uma lacuna em relação a um referencial conceitual uniforme sobre o assunto.

Apesar das agendas reformistas, muitas vezes rotuladas como "neoliberais", e das agendas democráticas terem difundido princípios por vezes conflitantes, ambas destacaram a importância de uma sociedade civil ativa e empoderada. Em termos gerais, a agenda reformista enfatizou a modernização da gestão e a redução da intervenção estatal, transferindo funções e atividades para terceiros que não faziam parte do Estado. Por outro lado, a agenda da democracia promoveu a ampliação do papel da sociedade civil na formulação da agenda e na definição das políticas públicas (DAGNINO, 2004). Nesse contexto, em que formalmente se busca a participação do cidadão na discussão sobre

⁷ Embora o termo "observatório" possa inicialmente sugerir uma atitude de mera observação ou distanciamento, historicamente os observatórios astronômicos tinham propósitos práticos. Esses observatórios eram usados para adquirir conhecimento sobre os ciclos planetários, o que permitia uma melhor compreensão das estações do ano e do clima. Os primeiros registros de estudos de campo voltados para o ambiente urbano remontam à década de 1970, nos Estados Unidos. O *Urban Observatory Program* realizou um levantamento sobre as atitudes dos cidadãos em relação aos governos locais. Essa iniciativa pioneira marcou o início dos observatórios de políticas públicas, enfatizando a importância da coleta de dados e análise das atitudes para informar a tomada de decisões governamentais (BEUTTENMULLER, 2007).

políticas públicas, os observatórios de políticas públicas surgem como resultado do aumento do papel da sociedade civil (SILVA *et al.*, 2013).

Embora não exista um conceito absoluto de observatórios, devido à diversidade de organismos, objetivos, temas e metodologias, a maioria dos estudos define observatórios como "espaços, instrumentos, meios, formas de organização ou técnicas cujo propósito é observar, registrar e analisar um fenômeno da realidade" (HEIDEMAN, 2006).

A partir do estudo de determinada temática, pode-se compreender o conceito de observatório no enfoque de duas frentes: uma mais restrita e focada na produção de relatórios; e outra, mais ampla (e dinâmica), baseada na colaboração, no estímulo à comunicação e à reflexão (MARTINS, 2007).

Em um estudo comparativo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) explora observatórios de políticas públicas associados à ONU. O documento identifica algumas características ou tendências comuns às atividades da maioria dos observatórios, incluindo a coleta de dados e a criação de bases de dados, o uso de metodologias para classificar e categorizar informações, a conexão entre pessoas e organizações que trabalham com o tema, a análise de tendências e a disponibilização de publicações (PNUD, 2004). Além disso, destaca que os observatórios geralmente buscam manter uma suposta imparcialidade, servindo como locais para observação e evitando críticas e opiniões (ÁLVAREZ-LOBATO; CHÁVEZ-SOTO; GARROCHO-RANGEL, C., 2007).

Cunill Grau (2000) enfatizou a importância da implementação de leis de acesso à informação para o sucesso do controle social. Portanto, no contexto do desenvolvimento dos observatórios no Brasil, a promulgação das leis de acesso à informação, discutidas anteriormente e asseguradas pela Constituição de 1988, no seu artigo 5º, inciso XXXIII, desempenha um papel crucial. Além disso, ao lado da referida legislação, o próprio texto constitucional e o arcabouço legal das diversas políticas públicas prevêm a criação de conselhos gestores de políticas públicas e outras instituições participativas.

Nessa linha, LYRA (1996) delinea:

[...] A Constituição de 1988, ao consagrar, junto com os mecanismos de representação, o princípio de participação direta na gestão pública produziu – ou inspirou – a emergência de diversos institutos de gestão ou fiscalização de políticas

públicas, que corporificam essa práxis participativa: as consultas populares, os conselhos gestores de políticas públicas, o orçamento participativo e as ouvidorias. [...]

Outros aspectos de grande relevância da Constituição e de outros dispositivos instituídos para os observatórios locais incluem o reconhecimento do município como um ente federativo autônomo. A partir de tal prerrogativa, instrumentos como o Estatuto da Cidade e os mecanismos participativos para a elaboração dos planos diretores municipais emergem, ampliando as discussões sobre o desenvolvimento urbano para além dos especialistas em urbanismo. Esse processo participativo exige um considerável volume de informações acessíveis aos atores sociais e aos cidadãos em geral, destacando, assim, a importância dos observatórios nesse contexto (BEUTTENMULLER, 2004).

Nesse sentido, destaca-se que nos anos 1990 os municípios assumiram um papel de protagonista na criação e implementação de instituições participativas, inclusive com viés inovador, como o caso dos orçamentos participativos, que constituíram uma referência no âmbito internacional (SANTOS; AVRITZER, 2002; ALLEGRETTI; HERZBERG, 2004). Já na década seguinte, houve uma ampliação da infraestrutura participativa no âmbito federal, especialmente durante o período 2003-2010 (SOUZA, 2011).

Nesse contexto de protagonismo municipal, de fortalecimento da democracia e da maior participação da sociedade civil, os primeiros esforços de sistematização de informações em entidades chamadas observatórios começaram a surgir na década de 1990, com foco no controle social em municípios brasileiros (BRAZ, 2015).

É importante reconhecer que os observatórios não se limitam apenas a gerar relatórios, análises e indicadores, mas também têm como objetivo a articulação do conhecimento, a educação, a capacitação e o desenvolvimento de competências, bem como o apoio à participação pública e ao diálogo social (SILVA *et al*, 2013). Por conseguinte, em uma perspectiva mais ampla, o foco central a ser investigado é a construção democrática que surge da interação entre o Estado e a sociedade (ANDION, 2022).

Vale notar que a criação de indicadores desempenha um papel fundamental nos observatórios (IRACHETA CENECORTA, 2005). Esses indicadores têm a função de reunir e resumir informações sobre um determinado

fenômeno, ampliando a capacidade de interpretar situações e identificar tendências.

Uma vez que a finalidade de um observatório está intimamente ligada ao conceito ou à definição que orientou sua criação, observa-se que o papel desempenhado será moldado pela perspectiva ou compreensão de seu criador e pelo contexto em que está inserido. Essa finalidade também está diretamente relacionada ao tema e aos fenômenos que serão objeto de observação (HARTMANN, 2013).

Prosseguindo na temática sobre o papel a ser desempenhado pelos observatórios, nota-se que eles podem se destinar a cumprir um papel mais informativo, de forma passiva, bem como um papel analítico, contribuindo com estudos e pesquisas que ofereçam informações detalhadas e se tornando referências em seus respectivos temas ou setores de atuação. Há que se atentar para a relevância da objetividade, da atuação imparcial e do rigor metodológico para preservar a legitimidade da informação e, conseqüentemente, garantir a longevidade do observatório (HEIDEMAN, 2006).

No contexto das políticas públicas, os observatórios desempenham, portanto, um papel fundamental como ferramentas que fornecem bases de evidências para apoiar decisões e ações relacionadas a um tema específico, abordando aspectos relevantes de forma sistemática e contínua. (SILVA *et al*, 2023).

Parte da missão de um observatório, especialmente quando se concentra nas políticas públicas, reside em sua atuação como um repositório de conhecimento, produzir e disseminar informações, colaborar em iniciativas interinstitucionais, estabelecer parcerias entre o setor público e privado, atrair e desenvolver expertise especializada, definir e harmonizar indicadores, realizar estudos especializados e promover discussões relevantes para o funcionamento de mercados relacionados ao seu campo de atuação (ALAÑA; LAWTON, 2015).

Uma característica marcante dos observatórios se dá na concepção de redes para atuação. Sobre essa temática, Schommer e Moraes (2010) assinalam que a colaboração e interação entre os partícipes são essenciais para o fortalecimento e consolidação dos observatórios. Ilustra essa relevância um estudo para se mapear, por meio do Observatório de Inovação Social de Florianópolis – OBISF, as iniciativas de garantia dos direitos da criança e do

adolescente na cidade. Os autores verificam que a sua origem se dá por meio de associações, fundações, coletivos e movimentos sociais, origem governamental, e entidades empresariais (MAGALHÃES; ANDION; ALPERSTEDT 2020, p. 688).

Quando se trata dos resultados da informação gerada pelos observatórios, é fundamental atender a requisitos como relevância, confiabilidade, rastreabilidade e capacidade de auditoria, a fim de garantir um nível mínimo de qualidade. A utilização de métodos sólidos para compilar informações, em vez de fragmentá-las, é altamente desejável para orientar a coleta e organização das informações produzidas (ÁLVAREZ-LOBATO; CHÁVEZ-SOTO; GARROCHO-RANGEL, C.,2007).

Como visto, o termo "observatório" passou por uma ampliação em seu significado ou campo semântico. Tal disseminação ocorreu em âmbito internacional e rapidamente se incorporou ao vocabulário de instituições multilaterais, como as Nações Unidas, no bojo de agendas como agendas de compromissos entre governos, como os provenientes da Agenda Habitat, que resultaram em observatórios urbanos nacionais e locais pelo mundo (ÁLVAREZ-LOBATO; CHÁVEZ-SOTO; GARROCHO-RANGEL, C.,2007).

Nesse contexto, os observatórios locais de políticas públicas passaram a ser associados às iniciativas de diversas agências das Nações Unidas no sentido de organizar informações relacionadas às suas diversas áreas de interesse. Eles surgem como centros de articulação para atores sociais envolvidos em torno de um tema ou política específica, desempenhando um papel central como referência e disseminadores de análises muitas vezes inovadoras sobre os temas relacionados (ALABÉS, 2007).

Assim, de maneira geral, os observatórios têm a responsabilidade de produzir e divulgar informações que possam ser consideradas ou discutidas no contexto das políticas públicas, abrangendo os aspectos políticos, sociais e econômicos do fenômeno.

Agora, focando especificamente no Observatório do Milênio de Belo Horizonte, que guarda íntima conexão com os objetivos deste trabalho, esclarece-se que é um espaço dedicado à produção, análise e disseminação de informações relacionadas às áreas urbana, social e econômica. Ele é composto por uma rede de instituições de ensino, pesquisa, órgãos públicos, entidades do

terceiro setor e sociedade civil (BELO HORIZONTE, 2019), algo que se alinha com alguns requisitos encontrados na literatura citada.

Nesse sentido, a rede do Observatório do Milênio concentra seus esforços na criação de um Sistema Local de Monitoramento de Indicadores ODS, dedicando-se à produção regular e divulgação de relatórios, dados e informações qualificadas. Além disso, busca incentivar a geração de outras informações, dados, estudos e metodologias que contribuam para aprimorar as ações da gestão local e fortalecer as políticas públicas (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019).

Com vistas a delinear as ferramentas e técnicas adotadas para a compreensão do caso em tela, o próximo capítulo se destinará a explicitar a metodologia utilizada.

3 METODOLOGIA

Este capítulo cumpre a função de apresentar a metodologia utilizada no trabalho desenvolvido, especificando métodos, limitações e estratégias adotadas.

A consecução do trabalho e de seus objetivos viabilizou-se por meio de uma abordagem qualitativa, basicamente descritiva. Diversamente ao estudo quantitativo, em que o pesquisador define hipóteses e variáveis a priori, a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados. Trabalha-se a partir de questões ou focos de interesse amplos, que vão se desenvolvendo no transcorrer da investigação, construindo-se gradativamente o quadro teórico à medida que são coletados e examinados os dados.

Há que se destacar que a pesquisa qualitativa tem ganhado mais espaço no campo da administração e que muitos dos temas emergentes da área, sua eventual subjetividade, conexões e a própria falta de consolidação têm sido estudados de forma exploratória. (SILVA; FOSSÁ, 2016).

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso, voltando-se, assim, à análise da incorporação da Agenda 2030 e de seus objetivos de desenvolvimento sustentável no planejamento das políticas públicas municipais com o foco em Belo Horizonte.

De modo a se buscar alcançar as finalidades da pesquisa, a adoção do estudo de caso se mostrou mais adequada, na medida em que permite um exame mais detalhado do fenômeno em seu contexto (GODOY, 1995) mediante a realização da coleta de dados de fontes diversas de informação. Na visão de Yin (2005) o estudo de caso é uma forma de se fazer pesquisa empírica, que investiga fenômenos contemporâneos e se utilizam múltiplas fontes de evidência. É uma alternativa para responder a questões como certos fenômenos se manifestam. O estudo de caso se mostra como uma alternativa pertinente à presente pesquisa, na medida em que permite, nos termos de Laville & Dione (1999) a possibilidade de aprofundamento, modelagem da abordagem, adaptação de instrumentos de coleta, pormenorizando detalhes e uma visão mais integrada e holística do objeto de estudo.

Neste trabalho foi definido o estudo de caso na modalidade “caso único”. Tal escolha se justifica pelo fato de que o caso único pode ser visualizado como

como aquele em que o foco advém de uma unidade, sendo único e singular (VENTURA, 2007; YIN, 2001, MAZZOTI, 2006). Nessa perspectiva, as especificidades das unidades nem sempre são triviais de se identificar, tendo em vista que as características da unidade de análise, mesmo que enxergadas sobre um prisma delimitado, sofre influência de aspectos como o contexto físico, econômico, histórico e sociocultural (MAZZOTI, 2006).

O caso de Belo Horizonte foi selecionado de forma intencional. Ao discutir sobre a seleção do estudo de casos como instrumento e dos casos a serem abordados, uma possibilidade posta por Machado (2021) é a escolha proposital.

Convém assinalar que para os fins da pesquisa a escolha proposital de casos metodologicamente embasada é preferível à aleatória e à pragmática. Bem assim, Yin (2001) justifica a escolha pelo caso único quando: o caso permite testar uma teoria; o caso é raro ou extremo; o caso permite estudar um fenômeno até então inacessível à investigação científica, e o caso é o piloto de um estudo de caso múltiplo.

Para esta pesquisa, o item “caso raro”, ao nosso ver, é aplicável. Isso se justifica pois se trata de um fenômeno investigado que deriva de um convite feito a somente dois municípios brasileiros pela UN-Habitat, como mencionado na introdução deste trabalho: Belo Horizonte e Nova Iguaçu. Destaque-se ainda que a experiência de Nova Iguaçu foi descontinuada e não sobreviveu, permanecendo somente a de Belo Horizonte, que recentemente, inclusive, tem servido de referência a outras experiências, como será destacado adiante nessa pesquisa.

Como a introdução da agenda 2030 e de seus ODS foram iniciadas em 2015, sem que exista uma coordenação geral, mas fruto de ações e esforços particularizados de nações, estados, províncias, municípios, empresas e instituições, começam a surgir publicações recentes retratando experiências, sem que, todavia, haja ainda uma sistemática concreta de institucionalização da agenda 2030 a instrumentos de planejamento de municípios brasileiros.

Diante de tal cenário, o caso único que foi objeto de seleção ganha relevância em função de suas características, sua longevidade que remonta desde a agenda anterior dos ODM, a instituição de um observatório próprio com informações disponíveis aos cidadãos, bem como às parcerias entabuladas com as principais instituições de ensino superior do município. Nessa toada, o porte

do município investigado, a quantidade e qualidade de documentos técnicos, as readequações e aprimoramentos realizados na trajetória do Observatório do Milênio de Belo Horizonte, bem como a resiliência da experiência sob análise ao longo de diferentes gestões ganha robustez para justificar a sua escolha como objeto de investigação.

Cabe destacar que me encontro inserido na unidade de análise investigada, não diretamente como membro da equipe responsável por conduzir as atividades que são objeto deste trabalho, mas interagindo com certa frequência com tais atores. A possibilidade desta convivência permite contatos (formais ou informais) que seguramente convergem para ser um elemento facilitador para retratar a experiência ora analisada.

Para a efetivação do estudo de caso, recorreu-se a instrumentos diversos: revisão bibliográfica, levantamentos documentais, observação direta e entrevistas semiestruturadas. Os recursos metodológicos empregados serão abordados especificamente no decorrer deste capítulo e são sintetizados no quadro seguinte:

Quadro 2 - Síntese do desenho da pesquisa

Objetivo geral		
Analisar os alcances e limites do modelo de planejamento adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte embasado pela Agenda 2030 e seus ODS.		
Objetivos específicos	Técnica de coleta de dados	Técnica de análise de dados
compreender o panorama da instituição da Agenda 2030, a partir de sua incorporação na administração pública brasileira	- levantamento documental - revisão bibliográfica - entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo
sistematizar a trajetória de institucionalização das agendas de desenvolvimento (ODM – ODS) em Belo Horizonte, contextualizando sua experiência e transição	- levantamento documental - revisão bibliográfica - entrevistas semiestruturadas - observação direta	Análise de conteúdo
investigar as convergências entre as diretrizes contidas na Agenda 2030 e a sistemática local dos ODS no município analisado	- revisão bibliográfica - levantamento documental - entrevistas semiestruturadas	Análise de conteúdo

identificar e analisar as virtudes e fragilidades decorrentes da vinculação dos programas e ações aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS na experiência da Prefeitura de Belo Horizonte	- levantamento documental - revisão bibliográfica - entrevistas semiestruturadas - observação direta	Análise de conteúdo
---	---	---------------------

Fonte: Elaboração própria.

Convém assinalar que as técnicas de coleta de dados empregadas não foram realizadas de forma linear e encadeadas de forma rígida. Por vezes ocorreram de modo simultâneo ou mesmo intercaladas, a depender da disponibilidade de entrevistados, acesso e manuseio de documentos, acompanhamento dos eventos nas datas assinaladas pelas equipes técnicas.

3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O trabalho partiu da realização de uma revisão bibliográfica preliminar pertinente ao objeto de estudo, abarcando artigos em periódicos, em portais acadêmicos, além da literatura de referência em relação aos abordados.

O esforço inicial no contexto da elaboração do projeto consistiu em uma primeira escolha das palavras-chave para inserção e busca nas bases de dados, que foram o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, SciELO - Scientific Electronic Library Online, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Periodicals Eletronic Library (Spell). As bases eletrônicas consultadas contemplaram artigos, livros, capítulos de livros, teses, dissertações e demais trabalhos.

Tendo em vista que o estudo se propõe a identificar publicações relacionadas à Agenda 2030 no contexto do desenvolvimento sustentável, do planejamento governamental, como também dos observatórios de políticas públicas, foram elencadas as seguintes palavras-chaves e expressões: (Agenda 2030), (desenvolvimento sustentável), (planejamento), (observatórios) com os respectivos operadores booleanos (OR e AND).

Já no contexto de desenvolvimento da dissertação, retomou-se a revisão em 6 de novembro de 2023, no Portal da Capes, encontrando 3.290 publicações para a expressão “agenda 2030”, outras 13.820 para “desenvolvimento sustentável”, 48.154 para “planejamento” e 11.726 para “observatórios”.

De igual modo, realizando uma busca isolada na SciELO em 17 de novembro de 2023 para as mesmas palavras-chave e expressões, os resultados obtidos foram: 48 ocorrências para “agenda 2030”, 738 resultados para “desenvolvimento sustentável”, 6.693 para “planejamento” e 29 para “observatórios”.

Já a pesquisa na BDTD em 27 de novembro de 2023 mostrou 511 retornos para “agenda 2030”, 9.175 resultados para “desenvolvimento sustentável”, outros 59.702 para “planejamento” e 1.057 para “observatórios”.

Por sua vez, a busca na *Spell* em 28 de novembro de 2023 apresentou 14 resultados para “agenda 2030”, 284 ocorrências para “desenvolvimento sustentável”, outros 847 para “planejamento” e 15 menções para “observatórios”.

Há que se observar que as palavras-chave e expressões, quando pesquisadas isoladamente, retornaram em um alto número de publicações, o que dificultou nesta etapa a análise individual e posteriores filtros. Notadamente, no caso do planejamento e desenvolvimento sustentável é isso que é compreensível por se tratarem de termos gerais, de grande amplitude. Cabe destacar, contudo, a ocorrência relativamente menor, mas ainda assim expressiva de trabalhos a partir da chave “agenda 2030”, que permitem constatar o interesse pelo tema.

As eventuais utilizações de filtros muito específicos poderiam restringir a localização de alguns trabalhos úteis à compreensão do fenômeno delineado, tendo em vista que a Agenda 2030 perpassa diversos campos do conhecimento, a depender de cada um dos seus 17 ODS. Assim, optou-se por realizar uma nova busca, agregando os termos “agenda 2030” “desenvolvimento sustentável” e “planejamento” para cada uma das 4 (quatro) bases eletrônicas consultadas.

Foram obtidas 12 publicações no Portal da Capes, 3 na SciELO, 86 na BDTD e nenhum na *Spell*. Tais documentos foram individualmente analisados, por meio da leitura do título, resumo e objetivos. Ao se eliminar a maioria por ser muito específica em alguma área de conhecimento ou mesmo por impertinência temática, a revisão de literatura teve a necessidade de ser ampliada.

Nessa perspectiva, além dessas bases de dados, foram realizadas consultas preliminares a bancos de dados específicos, tais como da Organização das Nações Unidas – ONU, Biblioteca Digital da Fundação Getúlio Vargas - FGV, Repositório da Fundação João Pinheiro – FJP, publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, documentos em organizações

não-governamentais, órgãos e entidades do Governo Federal, estados e município de Belo Horizonte, como forma de conferir maior abrangência à pesquisa.

A revisão da literatura permitiu verificar que se começa a ampliar o interesse pela temática de desenvolvimento sustentável e emprego da agenda 2030 e de seus ODS. Todavia, ainda são resultados de experiências particulares, em temáticas específicas, não guardando conexão com instrumentos de planejamento, que é o objeto dessa pesquisa.

O estudo não se dedica, portanto, a focar o estado da arte da literatura sobre desenvolvimento sustentável, planejamento público e observatório de políticas públicas, mas resgatar notadamente conceitos, abordagens e utilização na administração pública, guardando, assim, uma conexão mais convergente com a pesquisa proposta.

Muito embora sejam utilizadas algumas referências da literatura internacional, sobretudo para melhor compreensão de conceitos e contextos, o trabalho apresenta nesse aspecto uma revisão de conveniência, narrativa, da literatura sobre as publicações nacionais, com vistas a contextualizar melhor o desdobramento da Agenda 2030 e de seus ODS na administração pública brasileira, como mencionado em um dos objetivos específicos desse trabalho.

3.2 LEVANTAMENTOS DOCUMENTAIS E FONTES UTILIZADAS

Inicialmente foi realizado um levantamento documental com vistas a captar registros e documentos que guardavam conexão com o propósito da pesquisa. Foram acessados arquivos físicos e em meio digital disponibilizados pela PBH, de modo a verificar o que eventualmente foi objeto ou não de institucionalização por algum ato normativo, geração de relatório ou mesmo desdobramentos acerca da instituição da agenda 2030 e de seus objetivos de desenvolvimento sustentável no âmbito dos instrumentos municipais de planejamento. Foram levantados e consultados relatórios, legislações, revistas e publicações relativas ao Observatório, reportagens, acervo de fotos, atas e memórias de reunião, assim como notícias em portais eletrônicos da municipalidade.

O levantamento documental se valeu de pesquisa em arquivos físicos e digitais na unidade de análise investigada, além de informações obtidas em portais eletrônicos, possibilitando a identificação de legislações, atos normativos, relatórios, memorandos, convênios, guias e demais documentos que contribuíram para o trabalho, sendo que os principais se encontram listados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Documentos coletados

Identificação	Finalidade	Data de publicação
Guia	Instalación de un observatorio urbano – una guía para unirse a la red global de observatorios urbanos – UN Habitat	2005
Memorando de entendimento Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Prefeitura de Belo Horizonte	Criar a estrutura de cooperação e facilitar a colaboração entre as Partes, de forma não exclusiva, para a disseminação dos ODM.	2006
Documento interno	Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em Belo Horizonte	2006
Memorando de entendimento	Desenvolver conjuntamente o projeto piloto de Localização dos ODMs em Belo Horizonte, de acordo com o Termo de Referência, que segue anexo.	2006
Protocolo de intenções	Promover ações conjuntas e elaborar Plano de Trabalho com o objetivo de delinear a participação do Município de Belo Horizonte, através de sua Secretaria de Planejamento, Orçamento e Informação e de cada um dos Parceiros na implementação do Observatório Urbano de Belo Horizonte.	2006
Relatório	Relatório do perfil ODM de Belo Horizonte	2006
Plano de ação	Plano de ação ODM	2007
Documento interno	Documento de referência para implementação do Observatório Local de Belo Horizonte	2007
Plano de Trabalho	Criação do Observatório do Milênio de Belo Horizonte para monitoramento das metas de desenvolvimento do milênio na cidade, elaboração de estudos conjuntos, publicações, relatórios e demais atividades concernentes à realidade de Belo Horizonte.	2008
Convênio	Processo administrativo n.º 01.157902.08-90, celebrado entre o Município de Belo Horizonte, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – UN Habitat e demais partícipes. Fica criado o Observatório do Milênio de Belo Horizonte com vistas a garantir o monitoramento das metas do milênio na cidade, bem como a realização compartilhada de estudos, publicações relatórios e demais atividades concernentes à realidade de Belo Horizonte.	2008

Relatório	Relatório de acompanhamento - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de Belo Horizonte	2008
Revista	Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte n.º 1	2008
Apresentação – telas de slides	Reunião geral entre os parceiros	2008
Portaria n.º 5.045	Institui Grupo de Trabalho para apoiar e articular ações destinadas à produção, sistematização e disseminação de indicadores, estatísticas, conhecimentos e informações, relativos à realidade da cidade de Belo Horizonte.	2009
Portaria n.º 4.809	Institui o grupo de trabalho para acompanhamento e monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em Belo Horizonte.	2009
Revista	Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte n.º 2	2009
Relatório	Documento de referência – Planejamento 2009-2010 – Observatório do Milênio.	2009
Relatório	Relatório de acompanhamento - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de Belo Horizonte	2010
Cartilha	Belo Horizonte e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	2010
Revista	Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte n.º 3	2012
Termo de Cooperação Técnica	Manutenção do projeto Observatório do Milênio de Belo Horizonte, com vistas a garantir o monitoramento das metas do milênio e a produção e disseminação compartilhada de informações e conhecimentos urbanos, econômicos, sociais e ambientais, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento	2013
Relatório	Relatório de acompanhamento - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de Belo Horizonte	2014
Decreto Municipal n.º 15.906	Altera o Decreto nº 15.888/2015.	2015
Decreto Municipal n.º 15.888	Cria o Grupo de Trabalho para Monitoramento dos Indicadores Municipais – GT Indicadores.	2015
Revista	Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte n.º 4	2015
Apresentação – telas de slides Monitora BH	Avaliação e Monitoramento dos Serviços Públicos Municipais - Metas & Indicadores	2015
Apresentação – telas de slides	Apresentação - Reunião do Grupo de Trabalho para Monitoramento dos Indicadores Municipais (GT Indicadores).	2015
Apresentação – telas de slides	Plano Municipal de Governança e Integração Metropolitana - PMGIM	2015
Apresentação – telas de slides	Plano Estratégico BH 2030+	2015
Lei Municipal n.º 11.098	Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2018-2021.	2017
Lei Municipal n.º 11.146	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2018-2021, para o período 2019-2021.	2018
Termo de Cooperação Técnica	Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica a cooperação interinstitucional para a rede Observatório do Milênio de Belo Horizonte, com vistas a garantir o monitoramento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	2018

	e a produção e disseminação compartilhadas de conhecimento, informações e dados urbanos, econômicos, sociais e ambientais gerados a partir dessa rede, conforme Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.	
Relatório técnico	Seleção de indicadores locais para monitoramento das metas ODS Em Belo Horizonte - MG	2018
Relatório	Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte	2018
Lei Municipal n.º 11.210	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2018-2021 - para o período 2020-2021.	2019
Decreto Municipal n.º 17.135	Estabelece a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas como referência para o planejamento de médio e longo prazo das políticas públicas municipais.	2019
Lei Municipal n.º 11.276	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2018-2021, para o exercício de 2021.	2020
Relatório	Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte	2020
Lei Municipal n.º 11.337	Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2022-2025.	2021
Relatório técnico	Atualização da base de dados do Sistema Local de Monitoramento das Metas ODS de Belo Horizonte	2021
Lei Municipal n.º 11.443	Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2022-2025, para o período de 2023-2025.	2022
Relatório	Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte	2022
Lei Municipal n.º 11.645	Dispõe sobre a revisão do PPAG - 2022-2025 para o período de 2024-2025.	2023
Relatório técnico	Atualização da base de dados do Sistema Local de Monitoramento das Metas ODS de Belo Horizonte	2023

Fonte: Elaboração própria

3.3 OBSERVAÇÃO DIRETA PELO PESQUISADOR

O emprego da observação direta pelo pesquisador foi outro recurso metodológico adotado, no contexto de 2 (dois) eventos promovidos pela equipe responsável pelo Observatório do Milênio, da PBH, dentre os quais havia palestrantes e participantes dentre os entrevistados da pesquisa.

Registre-se também que o pesquisador, como já relatado anteriormente, apesar de não compor a equipe do Observatório do Milênio, participa de atividades correlatas com os servidores. Tal interação se deve pelo fato de o pesquisador trabalhar no monitoramento da carteira de projetos prioritários do Município, comumente havendo agendas comuns em temas específicos, elaboração de relatórios e discussão sobre temas.

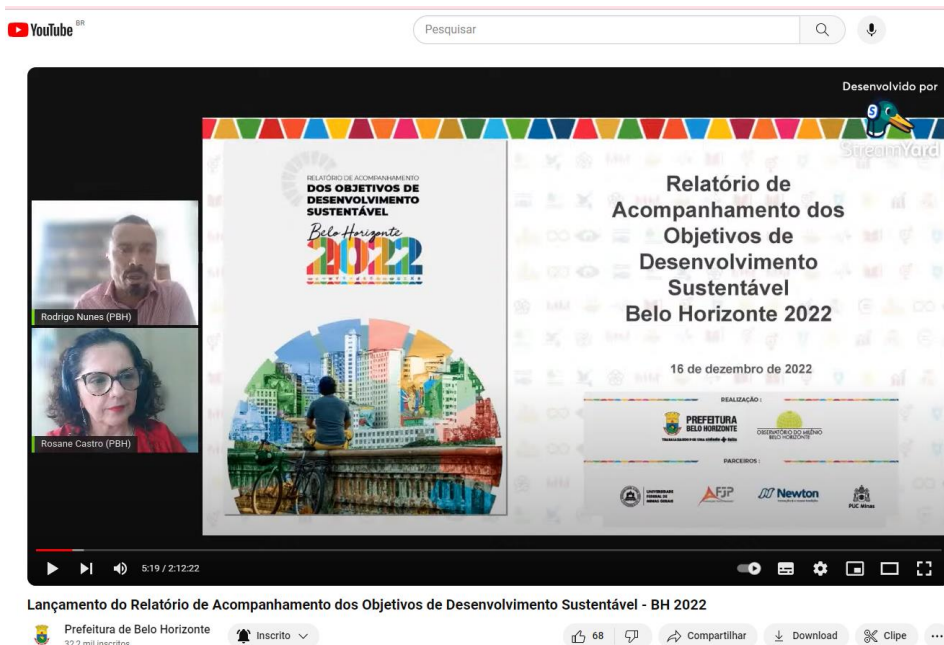
Nessa linha, a observação direta apresenta uma vantagem, na medida em que possibilita o contato do pesquisador com o objeto de investigação, vivenciando a experiência diária dos sujeitos e prospectando o significado que atribuem à realidade e às suas ações. (LUDKE; ANDRÉ, 2013).

A observação direta se deu por meio do acompanhamento de algumas atividades da equipe técnica da unidade de análise investigada, em interações com a produção de relatórios de atividades, bem como pela participação em dois eventos realizados, no qual parceiros das universidades, de entes federativos e da UN Habitat puderam compartilhar suas visões, impressões e apontamentos sobre a experiência em curso.

Os 2 eventos dos quais o pesquisador participou foram:

1- Lançamento do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte – 2022 – realizado em 16/12/2022, de forma remota;

Figura 5: Imagem de tela do evento online de apresentação do Relatório de 2022



Fonte: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=SBICAlwBveU&t=75s>

2- Evento comemorativo de 15 anos do Observatório do Milênio – realizado em 7/12/2023, de forma presencial, na sede da Prefeitura de Belo Horizonte.

Figura 6: Imagem do evento comemorativo de 15 anos do Observatório do Milênio



Fonte: Acervo da Prefeitura de Belo Horizonte

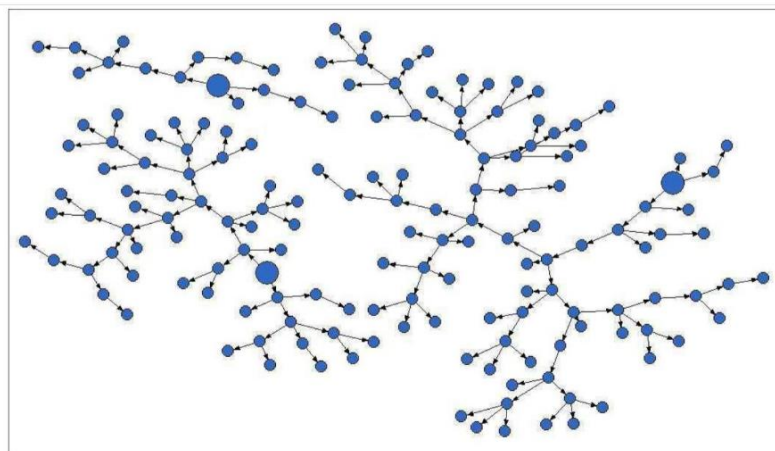
3.4 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

O estudo mobilizou como recurso metodológico a realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores que participam atualmente ou foram relevantes na implantação da Agenda 2030 e de seus ODS.

Nos termos de Gaskell (2003), tal instrumento, a partir de um roteiro preliminar e da constituição de um referencial plausível, mas não rígido, contribui para captar as impressões dos entrevistados acerca do fenômeno estudado, assegurando diferentes pontos de vista sem que isso implique na inviabilidade factual da realização do estudo.

Sobre as entrevistas semiestruturadas realizadas, cabe assinalar que elas ocorreram no contexto do trabalho de campo, ou seja, a aplicação das entrevistas no formato *snowball sampling* ou “Bola de Neve”, conforme os parâmetros da pesquisa qualitativa. Nessa abordagem, entrevistados sugerem novos atores potenciais que possam contribuir para a compreensão do fenômeno, requerendo por parte do investigador atitudes flexíveis, capacidade de observação e de interação com atores, readaptação e realinhamento dos instrumentos de pesquisa previamente mapeados, além da própria revisão dos objetivos da pesquisa (Minayo, 2012).

Figura 7 – Representação hipotética de uma cadeia de referências (*snowball sampling* ou “Bola de Neve”)



Fonte: Albuquerque (2009, p.21)

No percurso da pesquisa foram realizadas 8 entrevistas com participantes do início da concepção da agenda ODM, instituição do Observatório do Milênio na Prefeitura de Belo Horizonte e outros que atuam hoje no projeto, em diferentes níveis: técnico, gerencial, parceiros acadêmicos e membros de organismos multilaterais (UN Habitat).

Com base em tal compreensão e tendo em vista que a formulação dos instrumentos de planejamento, a concepção do Observatório do Milênio e a introdução da agenda ODS e de seus objetivos de desenvolvimento sustentável, apresentam reflexos para toda a estrutura administrativa municipal, procedeu-se, inicialmente, com entrevistas de servidores que hoje ocupam trabalhos SMPOG, totalizando 3 pessoas. De forma a se captar uma visão dos antecedentes e do contexto de implantação do projeto à época, entrevistou-se 1 pessoa, ocupante em 2006 de cargo de direção também na SMPOG, mas servidora de carreira da Secretaria Municipal da Fazenda. Para se obter uma visão de um dos órgãos finalísticos, entrevistou-se um servidor do quadro da Secretaria Municipal de Política Urbana, pois aquela secretaria coordena uma série de ações com reflexos nos indicadores apurados e no cotidiano da cidade. Com o fito de se obter uma visão externa, do ponto de vista dos organismos multilaterais, 2 entrevistas se realizaram: a primeira, com o ex-oficial principal da ONU-Habitat para a América Latina e a outra com a atual oficial principal nacional

para o Brasil. Finalmente, para se compreender a visão dos parceiros e pesquisadores, foi entrevistada 1 professora da UFMG.

Com esta pluralidade de entrevistados a intenção foi captar impressões internas da unidade de análise (técnicas e gerenciais), visões dos parceiros acadêmicos e de uma agência especializada da ONU dedicada à promoção de cidades mais sociais e ambientalmente sustentáveis, que é parceira da iniciativa.

De acordo com a disponibilidade ou preferência dos entrevistados, algumas entrevistas foram realizadas na modalidade presencial (3 ao todo) e outras na modalidade remota (5). As entrevistas na modalidade presencial foram objeto de gravação por aplicativo de áudio, ao passo que as entrevistas realizadas na modalidade remota foram gravadas pelo aplicativo *Google Meet*.

Apresenta-se a seguir a lista dos entrevistados, com a chave de identificação, unidade administrativa e respectivo vínculo, data da entrevista e tempo, bem como a modalidade (remota ou presencial):

Quadro 4 – Relação das entrevistas realizadas

Identificação dos entrevistados	Unidade administrativa	Vínculo	Data da entrevista	Tempo de entrevista	Modalidade
I1	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município	Servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão de Gerente	08/11/2023	00:44:02	Presencial
I2	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município	Servidor efetivo	10/11/2023	00:57:13	Remota
I3	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Município	Servidor efetivo, ocupante de cargo em comissão de Diretor	11/12/2023	00:32:02	Presencial
I4	Secretaria de Fazenda do Município	Servidor aposentado e ocupava cargo de Secretário Adjunto de Planejamento na época da implantação do Observatório do Milênio	23/11/2023	00:47:14	Presencial

I5	Secretaria de Política Urbana do Município	Servidor efetivo	05/12/2023	00:49:18	Remota
E1	ONU Habitat	Ex- Oficial Principal - Desenvolvimento Urbano Sustentável ONU-Habitat - Escritório Regional para a América Latina e o Caribe	15/12/2023	00:55:41	Remota
E2	ONU Habitat	Atual Oficial Principal - Desenvolvimento Urbano Sustentável ONU-Habitat - Oficial Nacional para o Brasil	19/12/2023	00:54:35	Remota
P1	Universidade Federal de Minas Gerais	Pesquisador e professor	15/01/2024	00:45:36	Remota

Fonte: Elaboração própria

Para se guiar as entrevistas para a consecução dos objetivos da pesquisa, foi elaborado um roteiro prévio de entrevista semiestruturada, constante do Apêndice A (em anexo), sendo um referencial para o desenvolvimento dos diálogos.

A importância dessa espécie de roteiro confere um referencial plausível, mas não rígido, a ser seguido para o bom andamento da atividade. Já em termos da seleção e do quantitativo de entrevistados, o desafio reside na importância de que o pesquisador apresente uma amostra que envolva diferentes pontos de vista sem que isso implique na inviabilidade factual da realização do estudo (GASKELL, 2002). Todavia, os entrevistados foram orientados a complementar, aprofundar, sugerir e relatar pontos que entendiam como relevantes para a pesquisa, não se limitando ao roteiro previamente elaborado. As informações coletadas das entrevistas foram gravadas e transcritas, permanecendo armazenadas somente no computador pessoal do pesquisador, de forma a assegurar o sigilo e a confidencialidade.

Constata-se que, desde a concepção do projeto de pesquisa até o desenrolar do período investigativo, elementos novos surgiram, gerando singelas modificações na abordagem proposta anteriormente. Cabe registrar a

atualidade da temática, a pluralidade das experiências e as diferentes nuances da temática em tela, de modo a que a pesquisa tende a representar um retrato do atual momento vivenciado, valendo-se de experiências anteriores, mas que no desenrolar dos tempos pode assumir novas roupagens conforme forem sendo tratadas pelas instituições.

Os convidados para as entrevistas receberam uma mensagem eletrônica para a participação, contendo os objetivos da pesquisa, a perspectiva de contribuição, a identificação do pesquisador e instituição de ensino. Também foi previamente enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice B), detalhando os aspectos de sigilo e confidencialidade, prevenção de riscos, objetivos da pesquisa e contribuição para o campo acadêmico.

Tanto o roteiro de entrevistas semiestruturadas quanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de outras informações exigíveis em formulários específicos foram submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), tombado sob o n.º 73876323.4.0000.5119. Por meio do parecer 6.314.104, datado de 20 de setembro de 2023, houve a aprovação do Projeto.

3.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO E MODELO ANALÍTICO

Coletado o material necessário à pesquisa e efetuado seu respectivo exame, seguiu-se a análise de conteúdo, a partir da categorização dos dados que, conforme Bardin (2011), se traduz no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente. Tal opção, respaldada pela observação direta, tende a se constituir em uma alternativa adequada para se compreenderem opiniões, atitudes e crenças em relação ao objeto da pesquisa a partir de dados qualitativos.

Não obstante a existência de terminologias distintas no campo da análise de conteúdo, para as finalidades desse trabalho será levado em consideração o alinhamento às etapas da técnica propostas por Bardin (2011), o qual organiza as etapas em 3 (três) fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Quadro 5 – *Framework* metodológico para Análise de Conteúdo

ESTÁGIOS	ATIVIDADES
Pré-análise	<ul style="list-style-type: none"> • Ler em geral o material (leitura flutuante) • Selecionar as amostras (<i>corpus</i> da análise) • Elaborar o quadro teórico, o objetivo e as hipóteses/proposições • Definir o tipo de grade para análise • Elaborar o esquema de codificação
Exploração do material	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as unidades de Análise de Conteúdo • Codificar as informações • Agrupar as unidades de Análise de Conteúdo em categorias • Descrever as categorias
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	<ul style="list-style-type: none"> • Tratar os resultados • Inferir e/ou interpretar os resultados

Fonte: Lukosevicius, Soares e Chaves (2016), a partir de Bardin (2011)

A definição de categorias para orientar o modelo de análise levou em consideração parte da literatura encontrada, os objetivos propostos, o roteiro de entrevistas semiestruturadas elaborado e as próprias iniciativas desempenhadas pela unidade investigada.

Sobre esse aspecto, ao analisar a adoção da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento das políticas públicas, várias categorias de análise poderiam ser consideradas. Todavia, não é objeto deste trabalho analisar um ODS específico ou um grupo deles, de modo a verificar como a cidade avançou naquela temática, ou ainda verificar alocações orçamentárias ao longo de uma série histórica.

O que se propõe no estudo é analisar em que medida a configuração adotada pelo município converge para o aprimoramento de suas políticas públicas.

Nesse sentido, foram elencadas 3 dimensões e 11 categorias consideradas como preponderantes para melhor compreensão do fenômeno, para as finalidades da pesquisa, especificadas no quadro que segue:

Quadro 6– Dimensões e categorias de análise definidas

DIMENSÕES	CATEGORIAS ANALÍTICAS
INSTITUCIONAL	Envolvimento e apoio da alta administração
	Articulação com parceiros e cooperação
	Resiliência institucional
	Alocação de recursos financeiros
TÉCNICA	Produção e disseminação de informações
	Monitoramento e avaliação
	Alinhamento com os ODS
	Inovação e tecnologia
SUBSTANTIVA (principlológica)	Sustentabilidade
	Participação e controle social
	Redução das desigualdades

Fonte: Elaboração própria

Espera-se, assim, que o resultado do processo de material coletado nas entrevistas na pesquisa documental, com respaldo no referencial teórico trazido, sejam capazes de auxiliar na compreensão adequada do fenômeno ora investigado.

O próximo capítulo tratará do estudo de caso propriamente dito, a partir do *corpus* de dados coletados.

4 A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 APLICADA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO LOCAL

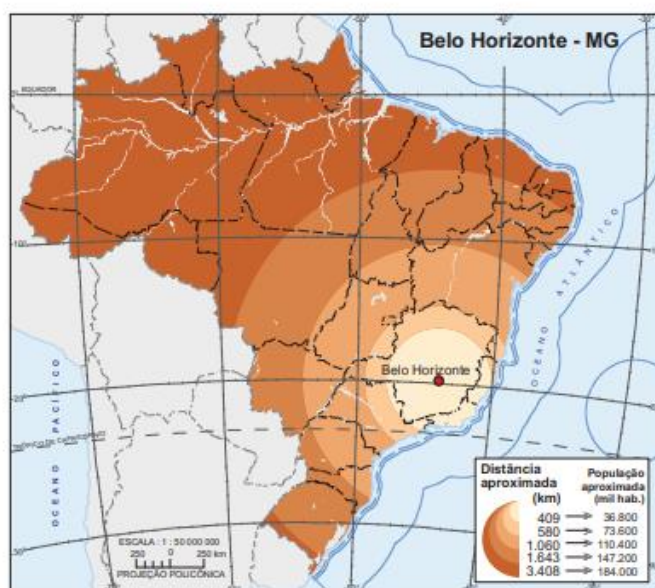
Este capítulo se dedica a compreender o caso selecionado, a partir de uma contextualização do território e dos antecedentes que levaram à instituição de mecanismos de planejamento que utilizam a agenda 2030 como balizador das políticas públicas.

Será dedicada atenção especial ao Observatório do Milênio de Belo Horizonte como catalisador de informações sobre as diferentes áreas do município. Espera-se trazer à tona elementos, documentos e depoimentos que retratem como o observatório (e a agenda 2030) tem contribuído para pautar aspectos do planejamento e das políticas públicas na capital mineira.

4.1 O CONTEXTO DO TERRITÓRIO DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte é a capital de Minas Gerais, estado da região Sudeste do Brasil. Sua fundação em 1897 se deu pouco após a Proclamação da República em 1889. A partir dos ideais republicanos, a criação de uma nova capital em substituição a Ouro Preto se constituía em um elemento chave dessa concepção de temporalidade (JULIÃO, 1996, p.50), pois a cidade deveria expressar conceitos de modernidade e ruptura com o modelo vigente.

Figura 8: Localização de Belo Horizonte

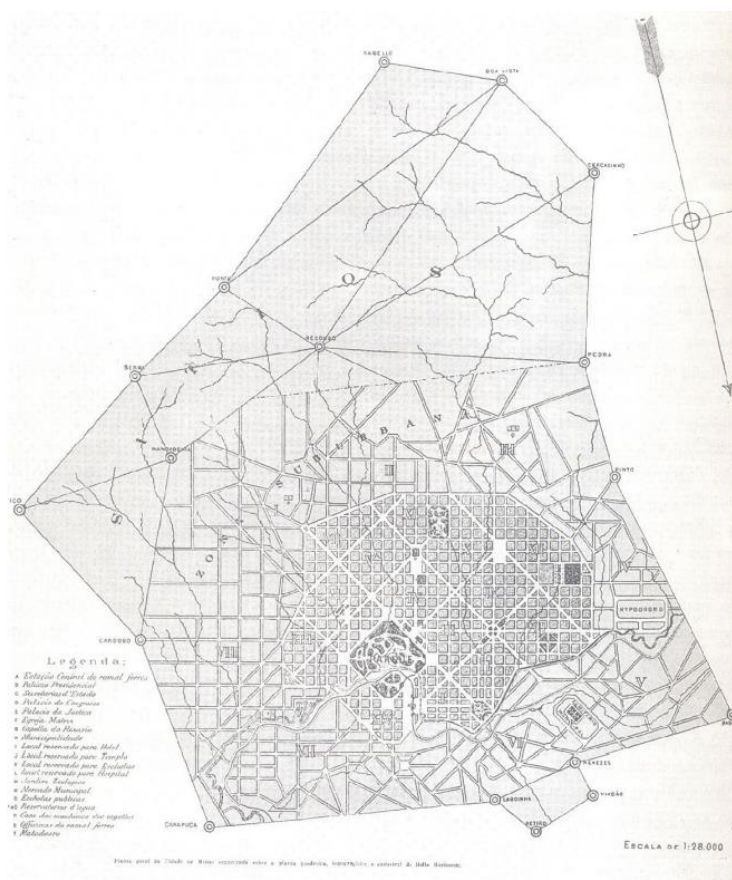


Fonte: IBGE (2023)

Com um plano de cidade para abrigar 200.000 habitantes em sua parte central, geométrica e urbanizada, nos moldes europeus de bulevares largos e arborizados, a cidade também, desde sua criação, coexistia com uma importante camada de subúrbios desorganizados, comunidades em áreas de risco e socioambientalmente vulneráveis (AMARAL, 2006).

Apresentando topografia bastante acidentada, apresentando diferenças de até 150 metros entre os pontos mais altos e baixos e altitude média de 800 metros em relação ao nível do mar. Com relação às questões urbanísticas, a cidade de Belo Horizonte foi planejada para ser a capital do estado, nos moldes dos modelos urbanísticos de grandes cidades como Paris, Washington e La Prata. O conceito dessa urbanização propôs divisão em três zonas distintas para a ocupação do solo: a urbana, a suburbana e a rural. Nota-se na figura a seguir a divisão do território claramente definida pelo traçado e limites estabelecidos para avenida de contorno: zonas urbana (ao centro); suburbana (na periferia da primeira); e rural (mais externa às anteriores)

Figura 9: Planta da “Cidade de Minas”, apresentada ao Estado em 23 de março de 1895



Fonte: BARRETO (1995)

O fato de delimitar uma grande avenida de contorno e internamente dividida geometricamente como um tabuleiro de xadrez, apresentando quarteirões quadrados com ruas retilíneas que se cortam em ângulos semelhantes foi definida para abrigar centros comerciais e administrativos assim como equipamentos urbanos e bairros residenciais. Essa zona se definiu no eixo norte-sul pelos elementos naturais da paisagem da cidade a Serra do Curral de um lado e o Vale do Arrudas de outro.

O crescimento da cidade, a informalidade urbana, os processos de periferização e metropolização, desde o século XX, implicaram problemas de grande magnitude, relativos às desigualdades socioeconômicas e socioespaciais. Mais além, tais processos aliados à topografia com tortuosos traçados trouxeram desafios ainda mais complexos, sobretudo em termos de saneamento, prevenção a desastres, mobilidade urbana e gestão de resíduos.

4.2 ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

Segundo o IBGE (2023) a população de Belo Horizonte no último censo de 2022 era de 2.315.560 habitantes, sendo o município mais populoso de Minas Gerais e o 6º do país. A sua densidade demográfica contava com 6.988,18 habitantes por quilômetro quadrado, o que a coloca como a 1ª do estado e a 11ª do país nesse quesito. Em 2022, a área do município era de 331,354 km², o que o coloca na posição 464 de 853 entre os municípios do estado e 3219 de 5570 entre todos os municípios (IBGE, 2023).

Em 2021, o salário médio mensal era de 3,5 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 58,76%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 7 de 853 e 9 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 56 de 5570 e 39 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 27,8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 825 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 5051 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2023).

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,6%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 448 de 853. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 2733 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,9 e para os anos finais, de 5,1. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 309 e 250 de 853. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1747 e 1607 de 5570 (IBGE, 2023).

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 41.818,32. Comparado a outros municípios do estado, ficava nas posições 132 de 853 entre os municípios do estado e na 1337 de 5570 entre todos os municípios. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 48%, o que o colocava na posição 750 de 853 entre os municípios do estado e na 4955 de 5570. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 10.145.985,45 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 10.036.417,54 (x1000).

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 9,28 para 1.000 nascidos vivos. Comparado com todos os municípios do estado, fica na posição 418 de 853. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essa posição é de 2950 de 5570 (IBGE, 2023).

Belo Horizonte apresenta 96,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 82,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 44,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 17 de 853, 183 de 853 e 195 de 853, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 142 de 5570, 2201 de 5570 e 617 de 5570, respectivamente (IBGE, 2023).

4.3 APONTAMENTOS COM BASE NOS DOCUMENTOS

Nesta seção serão tratados os antecedentes à implantação da experiência investigada, assim como o processo de implementação realizado, tomando-se por base os documentos coletados.

4.3.1 Antecedentes e implantação do Observatório do Milênio

A partir dos anos 1990 houve uma ampliação significativa das instâncias de participação nos governos locais, sob formatos e características heterogêneas, com processos participativos e deliberativos de alcance e qualidade diversos. São exemplos os conselhos municipais, o Orçamento Participativo (OP), conferências com temáticas específicas, debates e audiências públicas voltados para discussões sobre planos diretores, legislação urbanística e projetos urbanos (BRASIL, 2009).

Nessa perspectiva, a democracia participativa em Belo Horizonte é um tema que já fazia parte da realidade e do cotidiano dos belo-horizontinos. O contexto político-institucional gerou uma nova visão da administração municipal por parte dos moradores da cidade, que perceberam a inversão das prioridades em direção da inclusão social, com a manutenção do rigor no cumprimento das leis e da observância das boas práticas democráticas.

A participação popular na definição dos investimentos públicos, por meio dos conselhos, comissões e do Orçamento Participativo, aliada à credibilidade no processo participativo, resultaram na consolidação de uma grande rede de organizações e fóruns. Em Belo Horizonte, uma ampla rede de instâncias de participação nas políticas urbanas foi implementada na década de 1990, seguindo em funcionamento, o que sugere sua consolidação (BRASIL, 2009).

Figura 10 – Fórum do Orçamento Participativo - 1996



Fonte: BELO HORIZONTE, 2008

Tal situação, aliada à robustez dos programas sociais na administração municipal credenciou o município de Belo Horizonte a participar em 2006 do Programa “Localizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, coordenado pelas Nações Unidas (BELO HORIZONTE, 2008).

Embora o conceito geral de sustentabilidade urbana naquela época estivesse sujeito a muitas discussões, a UN-Habitat considerava que ele incorporava 3 (três) dimensões igualmente importantes e indissociáveis: habitabilidade, produtividade e governança. Enquanto a habitabilidade cuida da eliminação da precariedade das soluções habitacionais e da prestação dos serviços urbanos, a governança diz respeito aos processos de articulação entre atores urbanos de diversas formas, incorporando princípios de “direito à cidade” e “democracia participativa” (PARANHOS, 2008).

Aliado a tais princípios, uma cultura da informação e a consequente identificação e disseminação de boas práticas em gestão urbana consistiram na base dos debates da Conferência Habitat II, realizada em Istambul, em junho de 1996, quando se adotou a Agenda Habitat. Um dos mecanismos propostos para o apoio à gestão urbana era um monitoramento externo, mas associado ao processo de gestão, justamente para poder alertar a tempo sobre os eventuais desvios da rota inicialmente traçada, fazendo recomendações baseadas em evidências. O instrumento foi chamado de “Observatório Urbano” e as evidências eram os “indicadores urbanos” (PARANHOS, 2008). As discussões convergiram no sentido de recomendar que o observatório tivesse um alcance territorial semelhante à jurisdição da autoridade de governo à qual esse apoio seria efetuado.

Com base em tal visão, a depender do arranjo institucional mais adequado, um observatório nacional poderia cobrir todo um país, um observatório local englobaria um município, uma região metropolitana ou ainda estados e províncias. Também seria aceitável, porém menos eficiente, um observatório que cobrisse uma microrregião, uma bacia hidrográfica ou qualquer outro tipo de corte territorial (PARANHOS, 2008).

Na perspectiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) — a “agência da ONU para a Habitação, a Cidade e os Governos Locais”, observatórios urbanos têm o condão de ser um espaço de discussão entre os atores (sejam eles públicos, privados, terceiro setor e entidades representativas), de modo a que as eventuais intervenções reflitem nesse território. Assim, cumpriria a função precípua de realizar o acompanhamento sistemático e periódico das condições de sustentabilidade urbana do território em observação. Tal função ficou ainda mais premente com

a adoção dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, em 2000, quando se estabeleceram metas específicas a serem monitoradas por meio de indicadores bastante precisos (PARANHOS, 2008).

Sobre os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM), pode-se considerar que foram aceitos internacionalmente como um marco comum global de desenvolvimento, em sua essência mirando nos pobres. Todavia havia uma crítica de que se tratava de um processo vertical, que gerava exclusão de autoridades e interessados locais.

De modo sintético, os 8 ODM definidos pela ONU estão assim representados:

Figura 11 – Os 8 Objetivos de desenvolvimento do milênio - ODM



Fonte: United Nations, 2000.

Como relatado, a experiência brasileira e da própria América Latina revelam que o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve se pautar por ações locais, pois alguns processos e políticas públicas vivenciaram transferências e descentralizações para entes e autoridades locais de intervenções sociais e econômicas (BELO HORIZONTE, 2008).

A partir desta constatação, a UN-Habitat — em parceria com outras agências das Nações Unidas — desenvolveram um programa-piloto para a localização dos ODM em 7 cidades da América Latina e Caribe, sendo 2 no Brasil: Belo Horizonte e Nova Iguaçu.

O programa surgiu com o intuito de apoiar a elaboração de planos de ação locais para cumprir os ODM, em um processo liderado pelas autoridades locais e com a participação das partes interessadas. De igual modo, destacava a importância do estabelecimento de um sistema apropriado de monitoramento e avaliação do cumprimento dos ODM, assentando as bases para a implementação dos observatórios urbanos locais (BELO HORIZONTE, 2008).

De modo a dar consecução ao programa-piloto na capital mineira, em 18 de setembro de 2006 foi assinado um protocolo de intenções para a criação do observatório urbano de Belo Horizonte, do qual constaram como signatários o município de Belo Horizonte, UN-Habitat, Fundação João Pinheiro - FJP, Fundação Mineira de Educação e Cultura – Fumec, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Na qualidade de partícipes, o objeto do protocolo de intenções era a promoção de ações conjuntas e elaborar um Plano de Trabalho com o objetivo de delinear a participação do Município de Belo Horizonte, através de sua Secretaria de Planejamento, Orçamento e Informação e de cada um dos parceiros na implementação do observatório urbano de Belo Horizonte.

Em linhas gerais, o observatório urbano de Belo Horizonte pretendia fomentar o diálogo entre a Administração Municipal e as organizações da sociedade civil; coletar e produzir informações sobre temas e problemas locais; propor políticas públicas adequadas às necessidades e prioridades experimentadas localmente.

Com a assinatura do protocolo de intenções, ainda em 2006 foi elaborado o sistema de monitoramento e avaliação dos ODM em Belo Horizonte. O documento envolveu técnicos municipais e consultores externos para a produção, o cálculo e a seleção dos 51 (cinquenta e um) indicadores, cada um com seu respectivo conceito, universo de dados, fórmula de cálculo, instituições envolvidas na produção dos dados; unidades administrativas e técnicos municipais responsáveis.

Com a coleta dos dados, foi possível estruturar o fluxo de informações para que o Sistema de Monitoramento pudesse ser atualizado periodicamente pelo município, cumprindo os requisitos estabelecidos pela ONU para avaliar e monitorar os ODM.

A forma pela qual se revestiu a análise e o monitoramento das diferentes ações e iniciativas convergentes com a agenda ODM (e posteriormente ODS) ocorreu por meio dos relatórios de acompanhamento, contendo metas, indicadores e análises de diferentes temas.

Outra estratégia adotada pela equipe técnica da PBH e parceiros foi a criação da Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte, fruto do esforço coletivo de análise sobre a cidade, reunindo reflexões multidisciplinares em diferentes temáticas. Foram editados 4 números da revista entre 2009 e 2015, de forma a intensificar o aspecto colaborativo de construção de uma cidade na qual cada ação pública esteja intimamente comprometida com as Metas do Milênio (BELO HORIZONTE, 2019) e, simultaneamente, direcionando para que determinadas ações possam ser avaliadas, problematizadas e qualificadas pelos diferentes envolvidos.

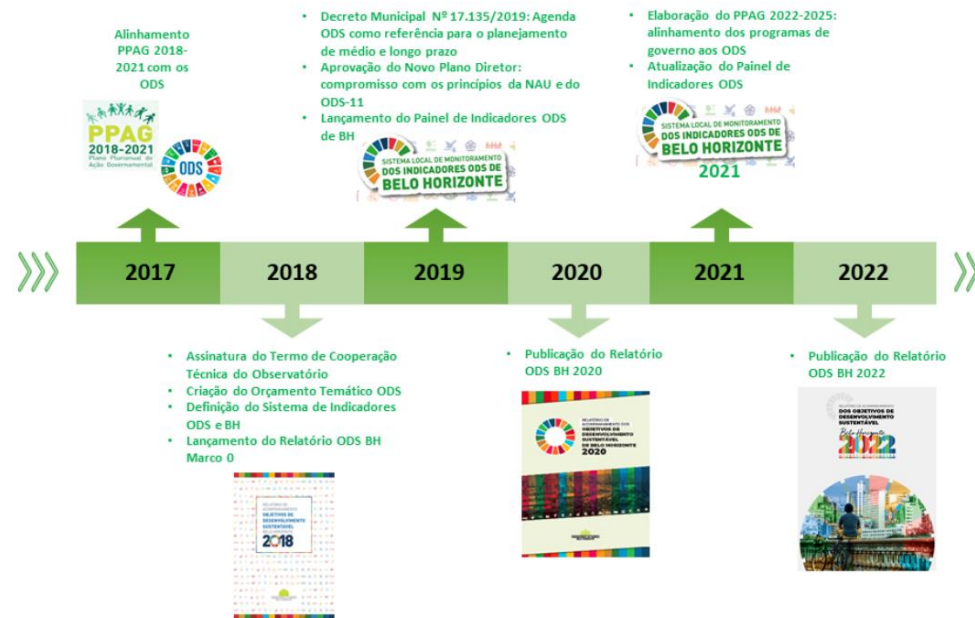
A seguir se apresenta uma linha do tempo do Observatório do Milênio de Belo Horizonte, dividida em 2 momentos: o primeiro, relativo à agenda ODM (até 2015) e o segundo, dedicado às ações empreendidas para o acompanhamento da agenda ODS (a partir de 2015).

Figura 12 - Linha do tempo – antecedentes e agenda ODM



Fonte: BELO HORIZONTE, 2019

Figura 13 - Linha do tempo – agenda ODS



Fonte: BELO HORIZONTE, 2019

4.3.2 Relatórios de Acompanhamento dos ODM em Belo Horizonte

Esta seção se dedica a demonstrar o perfil e a trajetória dos trabalhos empreendidos pela equipe técnica do Observatório do Milênio, desde sua implantação até a transição das agendas ODM para ODS. Foram examinados os relatórios bianuais desde a implantação do ODM desde sua criação até a transição dos objetivos do milênio para objetivos de desenvolvimento sustentável, nos termos das agendas da ONU.

O primeiro relatório gerado foi denominado Relatório do Perfil ODM de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2006a). O documento trata de contextualizar a capital mineira, explicitando a motivação de Belo Horizonte fazer parte de um programa-piloto da UN-Habitat, em parceria com o Ministério da Cidades, tendo como base as experiências do município com a participação popular, o apoio e a legitimação das práticas de organização e controle social.

O documento menciona que o Programa se iniciou em fevereiro de 2006, com o convite formal para a participação do município. Já em abril do mesmo ano foi realizada a 1.^a Oficina de Validação dos Indicadores ODM-BH, a partir de uma equipe técnica da PBH, discutida com representantes dos conselhos de direito de base municipal, comissões regionais de fiscalização do Orçamento Participativo (Conforças), das instituições empresariais e de instituições de ensino e pesquisa.

O evento gerou uma matriz de indicadores e deu início ao processo de coleta de dados, cálculo e análise de indicadores que compuseram o Relatório Preliminar do Perfil ODM de Belo Horizonte. O documento foi apresentado no III Fórum Mundial Urbano, realizado em Vancouver, no Canadá, de 19 a 23 de junho de 2006. (BELO HORIZONTE, 2006a).

Para realçar a transparência do processo, procedeu-se à publicação do Relatório no portal da PBH, quando então teve início o processo de discussão de seus resultados e análises com diversos especialistas, representando entidades de ensino e pesquisa sediados no município. Realizou-se, ainda, uma 2.^a Oficina de Validação do Perfil ODM BH, no mês de agosto do mesmo ano, gerando debates específicos para cada tema, contando com a presença de membros da academia. Ao final, contribuições, críticas e sugestões foram

sistematizadas, em boa medida incorporadas e se consolidando no documento final elaborado.

O relatório destaca os ODM na realidade local como fruto de um trabalho amplo de discussão e elaboração, resultando em um conjunto de 81 indicadores, sendo 22 com metodologia idêntica ou semelhante à proposta pela ONU e 59 locais, que ilustram a situação do município frente aos desafios relacionados aos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (BELO HORIZONTE, 2006a). Nesse sentido, cada um dos 8 Objetivos possui uma seção no documento, que analisa os diversos indicadores calculados. O relatório menciona também que o perfil servirá de referência para a elaboração do Plano de Ação Local que deverá descrever as políticas que Belo Horizonte adotará para o cumprimento de tal compromisso global.

Muito embora não seja um objetivo específico para a finalidade deste trabalho, a seguir ilustramos os indicadores e as metas definidas para o Objetivo 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome:

Figura 14 – Indicadores do Objetivo do Milênio 1

Objetivo 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome		
Meta 1 - Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia		
Proposição	Seqüência	Indicador
ONU	1 - Não utilizado	Proporção da população que ganha menos de 1 dólar PPC por dia
ONU	1 - adaptado	Proporção da população que tem renda domiciliar per capita mensal abaixo de 1/2 salário mínimo
ONU	2	Hiato de pobreza
ONU	3	Participação dos 20% mais pobres na renda municipal
BH	1	Proporção da população que tem renda domiciliar per capita mensal abaixo de 1/4 do salário mínimo
BH	2	Participação dos 10% mais ricos na renda municipal
BH	3	Número de famílias e crianças atendidas pelo Bolsa Escola Municipal (BEM-BH)
BH	4	Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

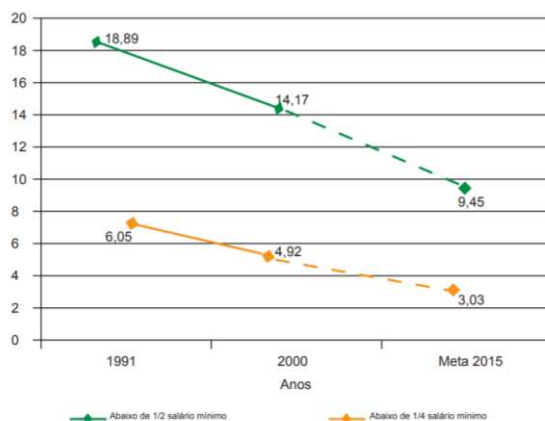
Meta 2 - Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome		
Proposição	Seqüência	Indicador
ONU	4 - Não utilizado	Prevalência de crianças com menos de 5 anos, abaixo do peso ideal
ONU	5 - Não utilizado	Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias
BH	5	Programa Banco de Alimentos
BH	6	Programa Restaurante Popular
BH	7	Número de beneficiários do Programa de Assistência Alimentar e Nutricional
BH	8	Número de beneficiários do Programa de Incentivo à Agricultura Urbana
BH	9	Comparação da média de preços dos hortifrutigranjeiros nos estabelecimentos do Projeto Abastecer com a média de preços nos demais estabelecimentos do município de Belo Horizonte

Fonte: Belo Horizonte, 2006a

O documento também retrata por meio de gráficos e textos explicativos a situação do município em relação ao tema, os desafios a serem enfrentados, a meta a ser alcançada e as estratégias e políticas públicas adotadas que convergem para a melhoria do indicador.

Também a título de exemplificação, anexa-se um gráfico relativo à renda domiciliar, de modo a representar o teor analisado no relatório:

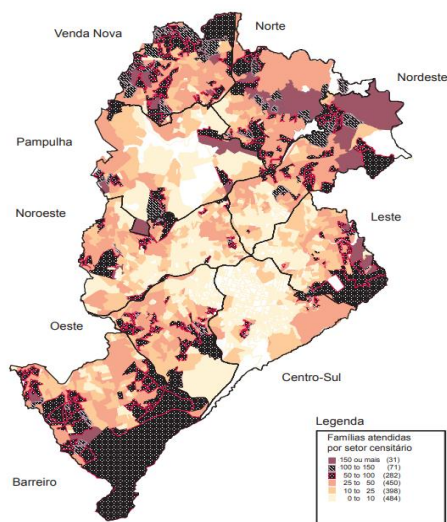
Figura 15 – Proporção da população que tem renda domiciliar per capita abaixo de 1/2 salário mínimo e abaixo de 1/4 do salário mínimo - Belo Horizonte (1991 a 2000)



Fonte: Belo Horizonte, 2006a

Em algumas temáticas, o documento também contempla a distribuição espacial de programas sociais no município, como no caso dos beneficiários do Bolsa-família, ilustrado na Figura 16 a seguir:

Figura 16 – Bolsa família – Beneficiários – Distribuição por setor censitário



Fonte: Belo Horizonte, 2006a

Passados 2 anos da elaboração do 1º Relatório, em 2008 houve o desenvolvimento do Relatório de Acompanhamento ODM de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2008a). O documento inicialmente reforça a importância da constituição do Observatório do Milênio de Belo Horizonte, no qual se associaram diversas entidades públicas e privadas, dentro das recomendações do UN-Habitat.

O referido relatório retrata que a experiência dos observatórios, cuja análise de dados e indicadores de avanço é feita por entidades acadêmicas, assegura a seriedade do processo de monitoramento e permite maior credibilidade junto a entidades nacionais e internacionais que utilizarão essa informação para os seus relatórios técnicos, ajudando assim a promover uma “cultura da informação” e aperfeiçoar o nível das discussões políticas (BELO HORIZONTE, 2018a).

O documento apresenta 8 capítulos, cada um deles descrevendo a posição da cidade em relação aos ODM (e suas metas), tendo como ponto de análise os indicadores que compõem o Sistema de Monitoramento ODM de Belo Horizonte. Esclarece que os indicadores, validados pelas instituições parceiras, foram estabelecidos conforme os critérios que constam do quadro a seguir:

Quadro 7– Critérios de seleção dos indicadores para o relatório ODM

CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE INDICADORES ODM
a) manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU; b) seleção de indicadores diretamente relacionados à meta (sensíveis às mudanças requeridas pela meta); c) seleção de indicadores passíveis de atualização periódica, preferencialmente anuais ou bianuais e com série histórica disponível a partir da década de 1990; d) utilização de bases de dados e metodologias consolidadas; e) utilização preferencialmente de indicadores passíveis de desagregação para o espaço intraurbano.

Fonte: elaboração própria, com informações de BELO HORIZONTE, 2008a

No documento é citado que o sistema é composto por um total de 49 indicadores e, de modo a disponibilizar informações detalhadas, buscou-se, sempre que possível, desagregar os indicadores segundo três recortes: intraurbano (regiões administrativas do município), sexo e raça/cor.

Um exemplo dessa desagregação pode ser visualizado na Figura 16, constante do capítulo do ODM 3 – promover a igualdade entre os sexos e a

autonomia das mulheres, no tocante à meta 4 - Eliminar a disparidade entre os gêneros na educação primária e secundária preferencialmente até 2005, e em todos os níveis da educação até 2015:

Figura 17 - Razão entre mulheres e homens nos níveis de ensino médio e superior – Belo Horizonte 1991 e 2000:

Ano		Razão entre Mulheres e Homens no Ensino Médio		Razão entre Mulheres e Homens no Ensino Superior	
		1991	2000	1991	2000
Regional	Barreiro	–	111,7	–	127,4
	Centro-Sul	–	111,7	–	109,5
	Leste	–	111,5	–	110,1
	Nordeste	–	107,6	–	110,9
	Noroeste	–	107,6	–	110,5
	Norte	–	115,4	–	108,3
	Oeste	–	109,5	–	106,0
	Pampulha	–	105,5	–	104,4
	Venda Nova	–	107,8	–	112,0
	Cor/Raça	Branca	120,5	109,2	102,9
Preta		120,5	111,1	88,3	102,5
Parda		135,2	109,8	112,2	110,9
Outras		130,0	128,1	87,5	102,5
Total		126,0	109,8	104,1	109,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico

Fonte: BELO HORIZONTE, 2008a

Sobre o cálculo dos indicadores, o relatório esclarece que a maior parte dos indicadores foi calculada a partir dos dados da Secretaria Municipal de Saúde/PBH (20 indicadores) e do Censo Demográfico (18 indicadores). Cita a inclusão de indicadores originários de bases de dados organizadas por outras áreas da estrutura administrativa, a exemplo do Índice de Salubridade Ambiental (Meta 10) e o indicador de famílias em áreas de risco geológico-geotécnico (Meta 11). Menciona, ainda, que o sistema de monitoramento próprio assegura a atualização anual de 54% dos indicadores, já sendo, portanto, a maioria da base de dados (BELO HORIZONTE, 2008a).

Outro aspecto melhor identificado no relatório diz respeito à identificação de forma mais explícita dos programas e ações que guardam relação com cada um dos ODM. Essa caracterização foi realizada para cada capítulo, conforme

ilustra-se na figura constante do ODM 2 - Atingir o ensino básico universal, que segue:

Figura 18 – Programas e ações para o atingimento do Objetivo 2



Fonte: BELO HORIZONTE, 2008a

O documento destaca também o espírito colaborativo das instituições parceiras e equipes acadêmicas na análise crítica dos resultados apresentados, concedendo autonomia às equipes nos respectivos capítulos conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 8 – Papel dos parceiros no Relatório de Acompanhamento ODM Belo Horizonte - 2008

ODM	Parceiro responsável pela condução das análises
1- Erradicar a extrema pobreza e a fome	Cedeplar-UFMG
2- Atingir o ensino básico universal	PUC Minas
3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Nepem-UFMG
4- Reduzir a mortalidade na infância	Cedeplar-UFMG
5- Melhorar a saúde das gestantes	OSUBH-UFMG
6- Combater a Aids, a malária e outras doenças	OSUBH-UFMG
7- Garantir a sustentabilidade ambiental	Fumec/FJP/UFMG
8- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	FJP/UNA

Fonte: elaboração própria, a partir de BELO HORIZONTE, 2008a

A elaboração do relatório contou, ainda, com a colaboração dos representantes do Governo do Estado de Minas Gerais e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), parceiros à época do Observatório do Milênio.

Mais adiante, o 3º documento elaborado pela equipe técnica destaca inicialmente que o pacto dos ODM retrata um ideal a ser alcançado, como também cumpre a função de produzir e democratizar informações. Com a organização pautada em objetivos, metas e indicadores, evidencia-se uma cultura de produção de conhecimento local, compreensão dos problemas urbanos e do monitoramento da realidade. Mais além, a disseminação de dados e informações aflora a transparência pública, a participação e o controle sociais, tão fundamentais ao fortalecimento da democracia (BELO HORIZONTE, 2010).

Cabe assinalar que o relatório fora elaborado no momento em que os ODM completavam 10 anos de sua existência. Aos moldes do relatório imediatamente anterior, o documento de 2010 subdivide-se em 8 capítulos, cada qual associado a um respectivo objetivo do milênio. De forma a incluir novos desafios e compromissos, o documento traz 4 (quatro) novas metas para serem adicionadas ao Pacto do Milênio, originada do planejamento estratégico do município, a saber:

Quadro 9 – Novas metas incorporadas ao Relatório ODM 2010 Belo Horizonte

Capítulo	Meta
2- Educação	elevar o IDEB, nos 5 primeiros anos do ensino fundamental, de 5,3 para 5,9.
	elevar o IDEB, nos 4 últimos anos do ensino fundamental, de 3,8 para 4,9
7- Sustentabilidade ambiental	universalizar o saneamento básico
	reduzir, até 2015, a taxa de mortalidade por acidentes de trânsito para 8 vítimas por 100 mil habitantes

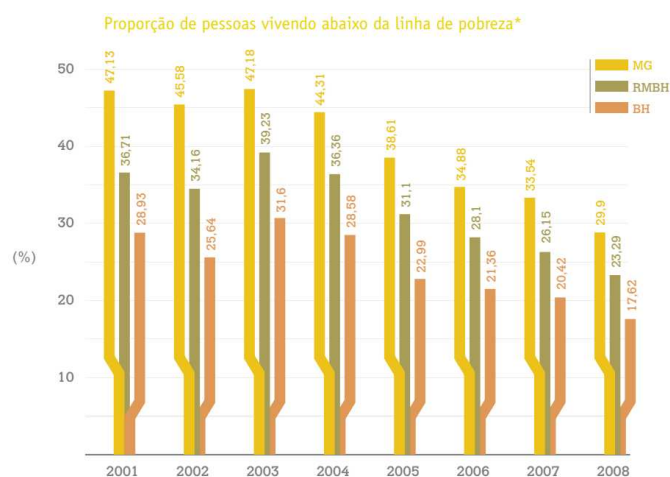
Fonte: elaboração própria, a partir de BELO HORIZONTE, 2010

O documento frisa que os indicadores apresentados neste relatório são originários dos censos demográficos, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Pesquisa por Amostra de Domicílios/MG e de bancos de dados das diversas áreas da Prefeitura de Belo Horizonte. Sobre os indicadores, o relatório enfatiza que somente foi possível atualizar mais de 80% dos indicadores apresentados no Relatório de 2008 devido à iniciativa inédita da Fundação João Pinheiro de realizar a Pesquisa por Amostra de Domicílios – PAD/MG - 2009. Tal desagregação permitiu calcular e atualizar vários indicadores para o município de Belo Horizonte que, caso contrário, só poderiam ser computados segundo o Censo, realizado somente a cada 10 anos (BELO HORIZONTE, 2010).

Uma importante iniciativa destacada pelo documento consistiu na elaboração da cartilha popular “Belo Horizonte e os Objetivos do Milênio”, documento que se inclina a divulgar dados, informações e análises, em linguagem acessível, com lideranças comunitárias, estudantes, conselheiros municipais e outros atores sociais (BELO HORIZONTE, 2010).

Considerando que o documento já começa a ter parâmetros comparativos do município em relação a momentos anteriores, uma novidade diz respeito a evidenciar o histórico do comportamento de determinados indicadores, como ilustrado a seguir:

Figura 19 – Proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2001–2008
 Elaboração: Equipe de Desenvolvimento Humano (Fundação João Pinheiro – FJP)
 (*) As linhas de pobreza estão a preços de agosto de 2009 e correspondem à metade do valor do salário mínimo nesse ano: meio salário mínimo de 2009 (R\$ 232,50).

Fonte: BELO HORIZONTE, 2010

Também os pesquisadores e a equipe técnica se dedicaram a tecer mais comentários do ponto de vista qualitativo, tornando a análise mais robusta e enfocando desafios prioritários a serem enfrentados pelo município, como se visualiza no texto extraído do capítulo relativo ao objetivo 7 – Garantir a Sustentabilidade Ambiental, que segue:

[...] Apesar dos excelentes avanços observados, fica claro que, dentre as ações de saneamento, o esgotamento sanitário é a que apresenta maior carência, principalmente ao se considerar que as populações mais pobres estão mais sujeitas a esta realidade, já que as áreas não atendidas compreendem basicamente as vilas e favelas, onde o atendimento por formas convencionais de esgotamento sanitário exige ações conjuntas de urbanização e/ou remoções/desapropriações.

O mesmo ocorre também em relação à coleta domiciliar de resíduos sólidos nas vilas e favelas; verifica-se a carência de alternativas mais adequadas para atender à demanda dessa parcela da população.

Em ambos os casos, a complexidade e as interfaces do processo, do ponto de vista social, urbano, econômico, sanitário e de ações integradas entre os órgãos atuantes nestas áreas torna a universalização dos sistemas ainda um desafio para o poder público [...] (BELO HORIZONTE, 2010, p.141)

Um aspecto a ser salientado é que inexistiu a produção de relatório de acompanhamento dos ODM de Belo Horizonte em 2012, interrompendo a tradição de sequência bianual de publicações até então.

Todavia o Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de Belo Horizonte – 2014 se traduz no documento mais denso produzido pelas equipes técnicas, na medida em que também assume um caráter de prestação de contas da Agenda dos ODM, prestes a se encerrar em 2015.

O documento novamente situa os ODM como convergentes ao planejamento estratégico de Belo Horizonte, agora notadamente ao Plano Estratégico BH 2030, que inclusive incorpora indicadores para também serem monitorados em sua execução, apontando para uma maior convergência entre os instrumentos de planejamento e a agenda transnacional. A seguir apontam-se os indicadores ODM incorporados ao Plano Estratégico BH 2030:

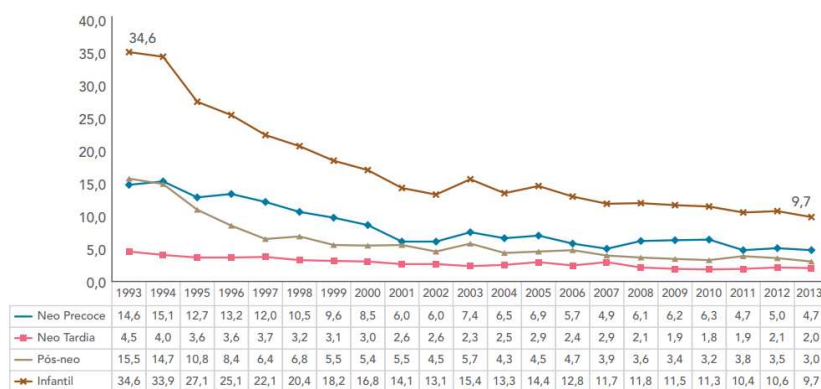
Quadro 10 - Indicadores ODM presentes no Planejamento Estratégico Belo Horizonte 2030

Ref.	Indicador
1	Taxa de Pobreza
2	Taxa de Mortalidade infantil
3	Taxa de Mortalidade Materna
4	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
5	Índice de Salubridade Ambiental (ISA)
6	Área verde por município
7	Percentual de viagens em modos coletivos em relação ao total de viagens em modos motorizados
8	Taxa de mortalidade no trânsito
9	Percentual de domicílios com acesso a água potável
10	Percentual de domicílios com acesso a esgotamento sanitário
11	Percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de resíduos domiciliares
12	Áreas públicas de acesso à internet sem fio
13	Taxa de Pobreza
14	Taxa de Mortalidade infantil

Fonte: Elaboração própria, a partir de BELO HORIZONTE, 2014

Com esta convergência ao planejamento de longo prazo, aliada a uma tradição de democracia participativa no município, a visão da equipe técnica contida no relatório credencia Belo Horizonte a se tornar uma referência nacional e internacional em algumas ações e projetos como os de segurança alimentar, ampliação e qualificação do ensino básico, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna e a garantia da sustentabilidade ambiental. O relatório menciona que houve o alcance e até a superação da maioria das metas estabelecidas em 2000, destacando, com ênfase, a redução da mortalidade infantil para 1 dígito, ou seja, passando de 34,6 para 9,7/1.000 nascidos vivos entre 1993 e 2013, conforme figura a seguir:

Figura 20 – Evolução da taxa de mortalidade infantil por componente, Belo Horizonte, 1993 a 2013



Fonte: BELO HORIZONTE, 2014

Na área da educação, o documento cita que a capital mineira recebeu do Ministério da Educação o selo “Município Livre do Analfabetismo”, certificação oferecida às cidades que atingem mais de 96% de alfabetização. Destaca ainda, que Belo Horizonte conquistou o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) entre as cidades com mais de 2 milhões de habitantes (BELO HORIZONTE, 2014).

No campo da segurança alimentar, programas como o Banco de Alimentos, que busca combater a fome e reduzir o desperdício, e as hortas comunitárias, ambos apontados no relatório, levaram à premiação do município pela fundação alemã *World Future Council* por suas ações nessa temática.

Também em 2014, o documento cita que Belo Horizonte foi eleita a capital brasileira da Hora do Planeta, em parceria com o ICLEI-Governos Locais para a Sustentabilidade, como reconhecimento aos esforços na gestão de resíduos sólidos, na elaboração do Plano de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa, bem como ações que abrangem transporte, energia, construções sustentáveis, uso do solo, saúde e educação ambiental (BELO HORIZONTE, 2014).

Outro aspecto citado pelo documento diz respeito à importância da revisão do Planejamento Estratégico 2030, de modo a caminhar aliado à nova agenda das Nações Unidas para o período 2015–2030, com a proposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de seus respectivos indicadores. O acompanhamento dos ODS em Belo Horizonte será abordado na próxima seção.

4.3.3 Relatórios de Acompanhamento dos ODS em Belo Horizonte

Esta seção cumpre a função de mostrar aspectos do trabalho desenvolvido pela equipe técnica do Observatório do Milênio, a partir da implantação da agenda ODS até os dias atuais. Espera-se trazer à tona um material capaz de retratar a força da iniciativa que permanece atuante por 15 anos.

Com a transição das agendas ODM e ODS, em 2018 o Observatório do Milênio de Belo Horizonte completou 10 anos de atuação, tornando-se uma

referência estudada e citada em cursos e seminários, aprimorando este protagonismo em prol do desenvolvimento sustentável local.

Belo Horizonte destacou-se ao longo dos últimos anos pelos resultados alcançados no acompanhamento da agenda dos Objetivos do Milênio. Além do diálogo e cooperação com outras instituições, a equipe técnica renovou esforços para avançar com as conquistas por meio do monitoramento sistemático dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O Plano Plurianual de Ação Governamental para o período 2018-2021 e os Projetos Estratégicos de Governo incorporaram as metas estabelecidas, em um esforço de ampliar a prestação de contas, a transparência e o controle social sobre nossas ações que possibilitem a avaliação dos resultados das políticas públicas.

O Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Belo Horizonte – ODS BH 2018 – apresenta os primeiros resultados dos indicadores ODS selecionados para o monitoramento da Agenda ODS na capital.

A elaboração do Sistema de Monitoramento das Metas ODS de Belo Horizonte deu-se por etapas metodológicas que envolveram reuniões para discussão e validação da proposta, formação de Grupos de Trabalho ODS (GTs) para avaliação e seleção de indicadores e, por último, a elaboração das análises deste conjunto de indicadores que retratam dados importantes para a cidade neste momento.

Foram constituídos 3 grupos de trabalho temáticos, nos quais distribuíram-se os 17 ODS, além de um quarto grupo cuja finalidade é discutir o modelo de governança da rede do Observatório do Milênio tendo em vista os novos desafios colocados pela agenda ODS e demais temas emergentes para as cidades contemporâneas.

O conjunto dos dados para análise envolveu 97 Indicadores de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de Belo Horizonte (Relatório ODM 2014), incluindo-se 32 indicadores complementares; 43 indicadores do Plano Estratégico BH 2030 e 73 indicadores do Plano Plurianual de Ação Governamental de Belo Horizonte para o período 2018-2021. Coube aos GTs considerar este conjunto de indicadores além de avaliar outras fontes para seleção e incluir novos indicadores não contemplados pela PBH com

análise de viabilidade de cálculo. Para o processo de seleção dos indicadores, foram consideradas as seguintes diretrizes:

[...] a) indicadores diretamente vinculados às metas estabelecidas pela ONU, mas sem a obrigatoriedade de seleção de indicadores locais para todas as 169 metas, tendo em vista a adequação à realidade do município; b) indicadores passíveis de serem apurados para o município de Belo Horizonte e atualizáveis regularmente; c) temas relevantes para o objetivo estabelecido para os quais não foi possível definir indicadores; d) preferência por indicadores de efetividade/impacto das políticas públicas e não apenas dados sobre os processos e produção dos serviços. (BELO HORIZONTE, 2018)

Os indicadores a serem acompanhados foram classificados em duas categorias de acordo com o seu vínculo com a meta estabelecida pela ONU e a disponibilidade de informações periodicamente atualizadas sendo: indicadores principais, indispensáveis ao monitoramento da meta e provenientes de fontes de dados com periodicidade/divulgação regular garantida; indicadores complementares, que agregam informações ou detalham o indicador principal, tais como os dados levantados por pesquisas que não possuem regularidade de divulgação (BELO HORIZONTE, 2018).

As escolhas metodológicas acima mencionadas resultaram no conjunto de 144 indicadores que compuseram o Sistema de Monitoramento Local:

Figura 21 – Quantitativo de indicadores pré-selecionados por ODS

ODS	Tipo de Indicador		Total	%
	Principal	Complementar		
1 - Erradicação da Pobreza	3	6	9	6,3
2 - Fome Zero	3	1	4	2,8
3 - Saúde	18	2	27	18,8
4 - Educação	11	9	13	9,0
5 - Gênero	8	9	17	11,8
6 - Água	3	2	5	3,5
7 - Energia	3	2	5	3,5
8 - Trabalho	6	3	9	6,3
9 - Indústria e Inovação	5	2	7	4,9
10 - Desigualdades	3	2	5	3,5
11 - Cidades Sustentáveis	8	13	21	14,6
12 - Consumo e Produção	2		2	1,4
13 - Clima	3	1	4	2,8
14 - Vida na Água	1		1	0,7
15 - Vida Terrestre	2		2	1,4
16 - Paz e Justiça	7		7	4,9
17 - Meios de implementação	6		6	4,2
TOTAL	92	52	144	100

Fonte: BELO HORIZONTE, 2018

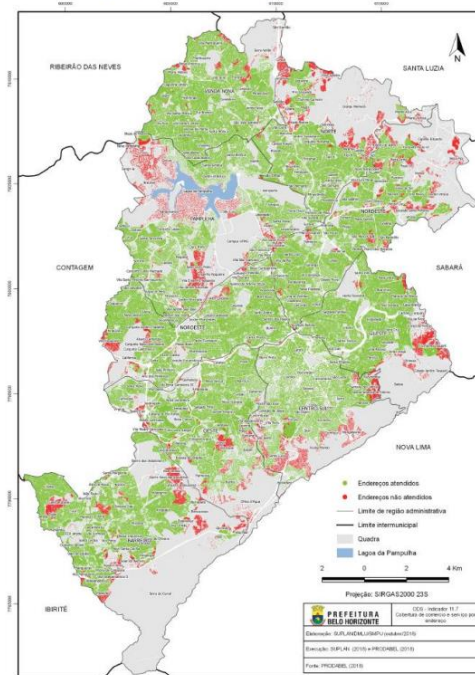
Mais além, os indicadores são capazes de propiciar novas reflexões, essenciais que são para o aprofundamento do conhecimento da realidade urbana, tendo como perspectiva o desenvolvimento sustentável.

Uma ilustração dessa abordagem pode ser visualizada nos resultados dos indicadores de acesso adequado (10 minutos de caminhada). Nota-se uma grande discrepância quando enxergadas a distância em relação aos equipamentos urbanos e comunitários (Figura 23) comparados à distância para o comércio e serviços locais (Figura 22).

Ao se observar as figuras a seguir, percebe-se o quanto a cidade ainda precisa avançar na estruturação de um espaço urbano mais inclusivo e acessível a todos, seja na viabilização de centralidades comerciais nas franjas da cidade (BELO HORIZONTE, 2018), onde se localizam a maioria dos 9,1% dos domicílios sem acesso adequado, ou na oferta de uma rede completa de equipamentos públicos comunitários, disponível apenas para 19,9% dos domicílios do município.

Figura 22 – Detalhamento do indicador de imóveis residenciais com acesso adequado (comércio e serviços)

FIGURA 1: Mapa de detalhamento do indicador Percentual de imóveis residenciais com acesso adequado (10 min. de caminhada) à cesta de comércio e serviços locais.

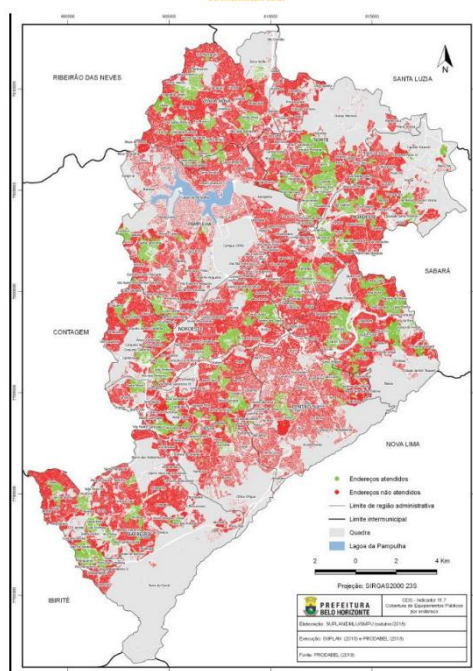


Fonte: SUPLAN/SMPU

Fonte: BELO HORIZONTE, 2018

Figura 23 – Detalhamento do indicador de imóveis residenciais com acesso adequado (equipamentos urbanos e comunitários)

FIGURA 2: Mapa de detalhamento do indicador Percentual de imóveis residenciais com acesso adequado (10 min de caminhada) a equipamentos urbanos e comunitários.



Fonte: SUPLAN/SMPU

Fonte: BELO HORIZONTE, 2018

O relatório de 2020 trouxe em seu bojo uma realidade única na história, por ocasião do início da pandemia de Covid-19. Sendo um fenômeno de dimensões globais, o documento assinala que a situação exige dos ambientes urbanos novos desenhos que só serão efetivos se forem orientados por dados e informações confiáveis, fruto de conhecimento científico e técnico acumulado e compartilhado (BELO HORIZONTE, 2020).

Nessa perspectiva, a responsabilidade de gestores em lançar mão da ciência a fim de dar respostas imediatas, de assegurar o controle da doença e de suas decorrências, de garantir o provimento dos serviços a todos, sobretudo os mais vulneráveis, além de minimizar os efeitos sociais e econômicos de um fenômeno de tamanha dimensão.

O documento menciona a importância de (dentro do possível) manter a dinâmica das cidades, aperfeiçoando a gestão local para conferir respostas aos problemas já conhecidos. De igual modo, frisa os desafios em assegurar o acesso universal de serviços públicos de saúde, a assistência às famílias vulneráveis, o fomento à economia local, a resiliência aos eventos ambientais,

tais como as enchentes, os problemas de mobilidade, a gestão de resíduos, as ocupações irregulares e tantos outros (BELO HORIZONTE, 2020). Tudo isso embasado pela capacidade de dispor de dados e informações, na busca pelo desenvolvimento sustentável, aliado à responsabilidade fiscal.

O relatório (BELO HORIZONTE, 2020) faz menção à agenda dos ODS proposta pelas Nações Unidas em 2015 como uma poderosa ferramenta para a gestão das cidades, na medida em que orienta a tomada de decisão e permite o alinhamento local aos marcos globais de desenvolvimento. Cita que o histórico de Belo Horizonte assumiu este pacto há cerca de 15 anos, tornando-se uma importante referência de localização dos objetivos propostos pelas Agendas ODM e ODS.

Também se menciona que a rede do Observatório do Milênio de Belo Horizonte, responsável pela elaboração do relatório, corresponde à materialização de um arranjo de governança local de excelência, na medida em que fornece diagnósticos sistemáticos sobre o município, produzindo e disseminando informações qualificadas (BELO HORIZONTE, 2020).

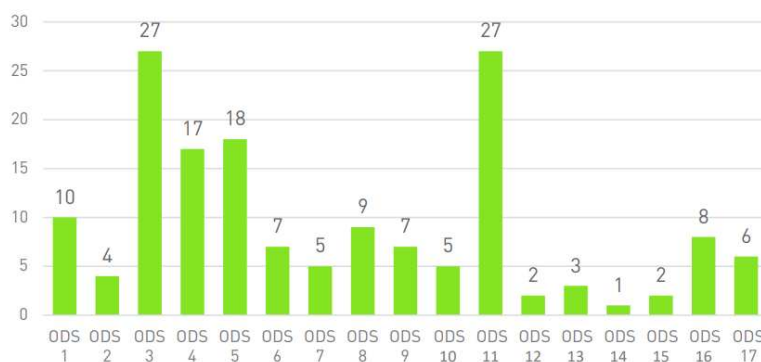
Uma importante informação trazida no relatório diz respeito à institucionalização da agenda ODS, vinculando-a aos instrumentos de planejamento da PBH. Tal iniciativa ocorreu a partir de 2017, com elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), para o período 2018-2021 e o Plano Diretor, tornando ambos uma referência para o planejamento de médio e longo prazo na cidade.

O ICLEI América do Sul considera que o trabalho realizado pela rede representa mais uma conquista de Belo Horizonte rumo ao desenvolvimento sustentável, enfatizando a dificuldade de se constituir um diversificado painel de monitoramento em um contexto marcado pelo Covid-19. Argumenta que as agendas globais de desenvolvimento, como a Agenda 2030, o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana, necessitam urgentemente ser entendidas e absorvidas pelos gestores municipais como aliadas para formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento urbano sustentável (BELO HORIZONTE, 2020).

Do ponto de vista técnico, o relatório apresenta uma análise para cada um dos 17 ODS, somando 158 indicadores com dados atualmente disponíveis no

painel de indicadores do Sistema Local de Monitoramento dos Indicadores ODS de Belo Horizonte.

Figura 24 – Quantitativo de indicadores pré-selecionados por ODS

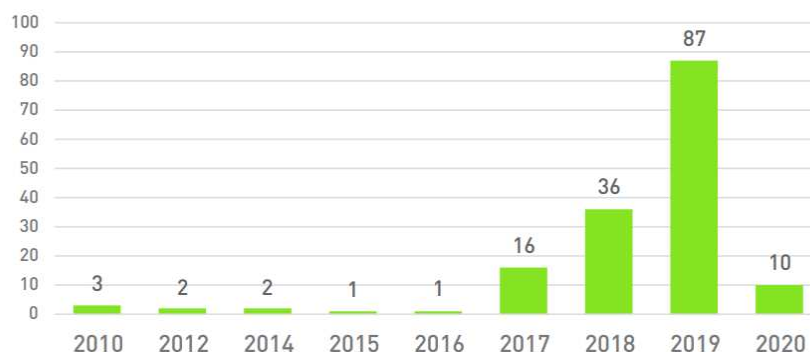


Fonte: BELO HORIZONTE, 2020

O documento esclarece que assim como nos demais relatórios produzidos pelo Observatório, tal parceria com as instituições assegurou um conjunto robusto e confiável de informações a respeito da cidade de Belo Horizonte, de modo a que as análises contemplem, sempre que possível, dados preliminares já divulgados dos impactos globais do Covid-19 e seu rebatimento no alcance local das metas ODS (BELO HORIZONTE, 2020).

Outro ponto destacado é o nível de atualização da base de dados utilizada como referência. A figura a seguir, extraída do relatório mostra o ano da informação mais atualizada disponível para cada um dos 158 indicadores.

Figura 25 – Número de indicadores por ano da última atualização



Fonte: BELO HORIZONTE, 2020

Fruto do esforço empreendido pelas equipes técnicas da PBH, responsáveis pela atualização da base de dados, observa-se que 84% dos indicadores foram atualizados com informações para os últimos três anos (2018, 2019 ou 2020). Apenas 3 indicadores permanecem tendo o Censo Demográfico de 2010 como única fonte de dados, um no ODS 1 e dois no ODS 11, sendo que outros dois indicadores de mobilidade (ODS 11) são calculados com dados da Pesquisa Origem Destino - OD, atualizada pela última vez em 2012. Essa característica de baixa dependência do Sistema de Indicadores de pesquisas decenais torna possível apresentar um documento que confere um retrato o mais atualizado possível do município nos diversos temas abordados (BELO HORIZONTE, 2020).

Com a evolução dos trabalhos da equipe técnica, as análises realizadas têm ganhado em sofisticação e elementos adicionais. Diante do apresentado nessa temática, a equipe técnica tem ampliado a recomendação de ações que podem gerar novas políticas públicas a serem desenhadas, conforme o seguinte trecho extraído:

[...] Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostraram que, apesar da queda brusca na inflação anual em 37 países, os preços da comida explodiram no mês de abril. Esse achado é preocupante e alerta sobre os impactos da pandemia nos preços dos alimentos.

Ademais, adiciona-se a preocupação crescente de que essa emergência em saúde pública pode também impactar negativamente o plantio, a colheita e a comercialização dos alimentos (FGV, 2020; PAMPLONA; NOGUEIRA, 2020; WHO, 2020).

Diante de tudo que foi exposto neste capítulo, entende-se que para que as metas do ODS2 possam ser plenamente alcançadas, é necessário que as ações sejam planejadas considerando as dimensões do sistema alimentar mais equânime com foco na forma de produção e distribuição dos alimentos, do ambiente alimentar focando na disponibilidade dos alimentos e do ambiente social visando reduzir as iniquidades sociais. (BELO HORIZONTE, 2020, p. 33)

Outro aspecto importante diz respeito à inter-relação entre as agendas que também passa a ser considerada no relatório. Um exemplo se dá nos indicadores de saúde que tem o condão de influenciar e serem influenciados por diversos fatores relacionados com os outros ODS, como fatores econômicos, sociais e ambientais.

Determinantes relativos às condições nas quais os indivíduos vivem, tais como alimentação, escolaridade, renda, emprego, transporte e habitação, impactam diretamente a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida da população (BELO HORIZONTE, 2020). Nesse sentido, o planejamento e a adoção de ações intersetoriais são imprescindíveis para melhorar os indicadores de saúde.

O documento segue sempre que possível desagregando os dados por espaço geográfico (regionais do município), registrando em uma série histórica, como se visualiza na figura a seguir, relativa ao acesso ao serviço de coleta de esgoto:

Figura 30 – Indicadores de cobertura populacional estimada dos serviços de coleta, interceptação e tratamento de esgotos sanitários por regional. Belo Horizonte, 2012/2014/2016/2018/2020

Tabela 6.1: Indicadores de cobertura populacional estimada dos serviços de coleta, interceptação e tratamento de esgotos sanitários por regional. Belo Horizonte, 2012/2014/2016/2018/2020					
REGIONAL	2012	2014	2016	2018	2020
Percentual da população atendida por coleta de esgotos sanitários					
BARREIRO	95,5	95,5	95,0	95,1	95,1
CENTRO-SUL	94,7	94,8	95,0	95,2	95,3
LESTE	90,5	90,8	91,2	93,2	93,7
NORDESTE	93,9	93,1	94,1	93,5	93,4
NORDESTE	93,6	94,1	95,5	96,1	96,3
NORTE	93,0	91,5	93,6	89,5	89,3
OESTE	98,6	98,3	98,2	98,6	98,8
PAMPULHA	93,3	93,7	95,7	96,6	96,8
VENDA NOVA	90,6	86,1	91,4	93,9	94,5
BELO HORIZONTE	93,9	93,3	94,5	94,8	94,9
Percentual da população atendida por interceptação de esgotos sanitários					
BARREIRO	77,4	74,2	80,5	82,1	82,6
CENTRO-SUL	88,3	85,7	92,9	93,0	93,0
LESTE	74,9	72,5	76,1	82,8	84,6
NORDESTE	74,8	73,8	83,1	86,1	87,8
NORDESTE	84,5	84,6	93,6	95,5	96,0
NORTE	62,5	61,1	73,8	76,3	77,7
OESTE	83,1	85,0	92,0	96,5	97,6
PAMPULHA	86,4	87,4	92,7	95,2	95,9
VENDA NOVA	40,4	49,4	80,6	87,9	89,7
BELO HORIZONTE	75,1	75,2	85,4	88,6	89,7
Percentual da população com acesso à coleta e tratamento de esgotos sanitários					
BARREIRO	49,5	47,5	55,2	55,1	55,3
CENTRO-SUL	86,7	77,6	92,7	92,6	92,7
LESTE	72,4	69,3	72,6	81,0	83,2
NORDESTE	61,3	61,6	67,0	79,7	83,5
NORDESTE	83,1	84,5	93,4	95,5	96,0
NORTE	60,4	58,1	73,8	76,3	77,7
OESTE	72,4	84,5	90,7	96,1	97,5
PAMPULHA	81,3	86,0	92,0	94,5	95,2
VENDA NOVA	38,7	41,9	77,6	81,1	82,0
BELO HORIZONTE	67,3	65,4	79,4	83,5	84,8

Fonte: BELO HORIZONTE, 2020

Com mais dados, as análises e as críticas da equipe técnica também ganham mais elementos seguem apontando desafios a serem alcançados pelo ente em relação às suas políticas públicas e prestação de serviços aos

munícipes, como ilustrado no trecho a seguir, que também trata dos indicadores de saneamento:

[...] Os três indicadores de saneamento apontam que houve melhorias expressivas em algumas regiões do município, mas uma em destaque merece um olhar mais atento por parte da PBH, a regional Norte. Outra observação importante é a necessidade de a região do Barreiro ampliar o acesso da população à coleta e tratamento de esgotos sanitários e assim reduzir tal disparidade, uma vez que apenas 55,3% da população da regional é atendida pelo serviço, enquanto a média municipal é de 84,8%. Vale destacar que, dos três indicadores, foi o único em que a regional Norte não ficou na “lanterna. (BELO HORIZONTE, 2020, p.92)

Mais uma inovação trazida e registrada no relatório de 2020 diz respeito ao denominado Orçamento Temático ODS. A partir do indicador “Taxa de execução do Orçamento Temático ODS”, o município desenvolveu uma metodologia capaz de apurar os recursos investidos em ações de políticas públicas municipais relacionadas aos ODS

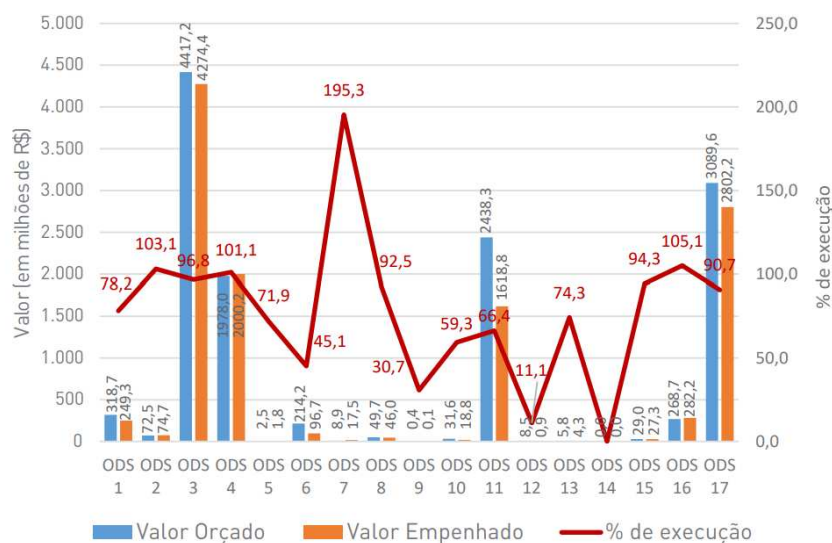
Os orçamentos temáticos se traduzem em agrupamentos de despesas, que permitem leituras do orçamento público por meio do levantamento dos recursos destinados a determinado fim e/ou público-alvo. Possuem como principal finalidade possibilitar uma compreensão mais clara da peça orçamentária. Tal iniciativa contribui para o avanço da transparência dos gastos públicos municipais, permitindo maior controle social e a participação da sociedade e dos parceiros em relação ao monitoramento das políticas públicas. (BELO HORIZONTE, 2020).

Com base em experiências anteriores de metodologias para apuração de orçamentos temáticos, como o Orçamento da Criança e do Adolescente, o Orçamento do Idoso e o Orçamento da Pessoa com Deficiência, a PBH desenvolveu uma própria para apuração do orçamento temático ODS.

Em síntese, há uma classificação de vínculo entre cada uma das subações orçamentárias com até 4 dos 17 ODS, considerando a natureza das atividades desenvolvidas, e de critérios de proporcionalidade, permitindo identificar, no orçamento público municipal, o percentual de recursos destinados às ações relacionadas a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BELO HORIZONTE, 2019a).

Os dados são disponibilizados em plataforma aberta, disponível para consulta a qualquer cidadão interessado em pesquisar os recursos incumbidos a determinado ODS. O relatório a seguir aponta os valores orçados e empenhados por ODS e as respectivas taxas de execução para a Prefeitura de Belo Horizonte.

Figura 31 – Orçamento temático ODS, valor orçado, despesa empenhada e taxa de execução por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, 2019



Fonte: BELO HORIZONTE, 2020

A distribuição dos recursos por ODS refletem a execução de políticas públicas atribuídas ao município no contexto federativo nacional; observa-se que os ODS 3 (saúde), 4 (educação) e 11 (cidades sustentáveis) são os que representam a maior fatia do orçamento público municipal, que juntos somavam 68,3% do orçamento, e 68,5% da despesa empenhada (BELO HORIZONTE, 2020).

Em relação à taxa de execução, os ODS 3 e 4 atingem taxas próximas a 100%, enquanto o ODS 11 apresentou taxa de 66,4%. Essa taxa de execução mais baixa serve de parâmetro para análise da equipe técnica. No caso concreto, a justificativa para a execução inferior diz respeito à inclusão nos valores orçados de receitas de captação de recursos junto a organismos multilaterais internacionais que acabaram não se concretizando no mesmo ano. De outro lado, taxas de execução muito acima de 100% do orçamento inicial fixado podem

sinalizar a necessidade de suplementação de recursos quando da execução orçamentária, como pode ser visualizado no ODS 7 - Energia acessível e limpa.

Já o documento elaborado em 2022 (BELO HORIZONTE, 2022) cumpre uma função de consolidação dos trabalhos técnicos realizados. Sendo o documento mais extenso e robusto elaborado pelos responsáveis (342 páginas), representa o esforço colaborativo promovido pelo poder público e instituições acadêmicas de excelência. Esse compromisso perdura e se renova, na medida em que seguem como parceiras as principais instituições que foram signatárias do protocolo de intenções em 2006 (UFMG, PUC/MG e FJP), além de novos integrantes (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet/MG e Centro Universitário Newton Paiva).

Os resultados do relatório contemplam a análise de 162 indicadores que expressam os diversos campos da atuação pública, relevantes para a compreensão das mudanças locais e globais que se processam. O documento assinala que, ao assumir o compromisso com a Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - (ODS), proposta pelas Nações Unidas em 2015, Belo Horizonte reconhece o protagonismo das cidades na solução dos principais problemas que atingem as populações (BELO HORIZONTE, 2022). Adicionalmente, caminha para alinhar suas políticas aos marcos globais de desenvolvimento.

A base de dados, com os valores atualizados de cada um dos indicadores encontra-se disponível em formato aberto no Portal de Dados da PBH, compondo o Painel de Indicadores do Sistema Local de Monitoramento de Indicadores ODS de Belo Horizonte. Tal aspecto converge para a ampliação da transparência e do controle social.

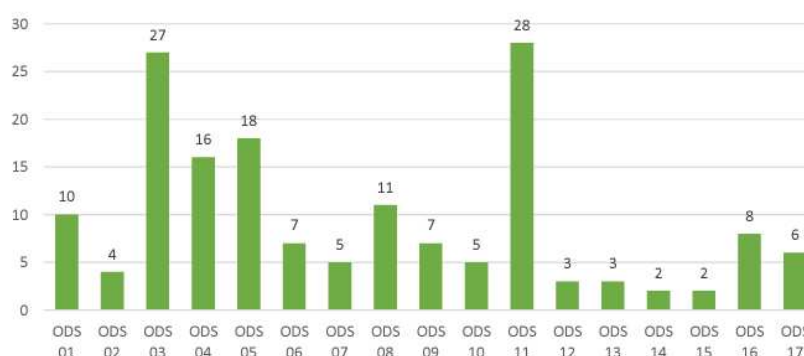
O documento retrata também a característica de ser o 3º ano com a coexistência da pandemia de Covid-19, que carregou consigo impactos expressivos em praticamente todas as áreas sociais. Essa peculiaridade se mostra refletida nos resultados de todos ODS, representando um desafio ainda maior para gestores de todos os níveis de governo. Nessa toada, como no Relatório de Acompanhamento do ano de 2020, o documento conecta esse tema, sempre que possível tentando traduzir os impactos no comportamento dos indicadores nas diversas áreas e políticas tratadas.

Ainda comparando ao relatório anterior (BELO HORIZONTE, 2020), o documento apresenta resultados para 6 novos indicadores, a seguir consignados:

- [...] 1- Percentual de empresas em atividades da economia criativa no total de empresas ativas no município (ODS 8);
 2- Percentual de empregos em atividades da economia criativa no emprego total (ODS 8);
 3- Total da despesa pública municipal per capita gasta na preservação, proteção e conservação de todo o patrimônio cultural e natural (R\$/hab.) (ODS 11);
 4- População atendida por coleta seletiva porta a porta ou ponto a ponto (%) (ODS 12);
 5- Percentual de nascentes nas categorias ótima ou boa do Índice de Qualidade das Nascentes em Belo Horizonte – IQNas (ODS 14);
 6- Demandas da Lei de Acesso à Informação - LAI encerradas dentro do prazo (em %) (ODS 16). (BELO HORIZONTE, 2022)

Destarte, os indicadores monitorados para cada ODS restam distribuídos, conforme figura a seguir destacada:

Figura 32: Número de indicadores por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BELO HORIZONTE, 2022.

Permanecendo o compromisso de gerar dados e informações mais atualizadas, o relatório assinala que foi realizada a atualização de 86% do conjunto de indicadores (140) na comparação com o Relatório de 2020 e, para 82% deles (133), contou-se com dados disponíveis no mínimo para o ano de 2020 (BELO HORIZONTE, 2022). Desse modo, o esforço empreendido pelas equipes técnicas contribuiu para a geração de análises mais consistentes, respaldada em dados mais recentes.

Cabe destacar que além das análises individualizadas para os principais indicadores que compõem o sistema de monitoramento local, o documento incorpora análises complementares de temas convergentes com os 17 ODS, de modo a ampliar a compreensão dos fenômenos abordados.

O Capítulo 5 trata da igualdade de gênero e analisa a violência obstétrica, tema de grande compatibilidade com a meta proposta de “assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos”.

Em apertada síntese, o estudo resgata recentes apontamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) em situar a violência obstétrica como um problema de saúde pública, capaz de impactar diretamente a saúde das mulheres e de seus bebês, ocasionando a persistência de índices elevados de morbidade e mortalidade materna e infantil evitáveis (WHO, 2010, *apud* BELO HORIZONTE, 2022). Reflete também na satisfação das mulheres com a assistência, compromete a credibilidade dos serviços de atenção ao parto e submete as mulheres a episódios de negligência, atendimento indigno e abusivo.

O relatório aponta para a importância de promoção da dignidade e do alcance dos objetivos de equidade de gênero, mitigando mortes evitáveis por meio de uma reforma obstétrica nas unidades de saúde capaz de, com base nas evidências científicas, nas normas e legislação disponíveis no país.

O relatório de 2022 sedimenta, portanto, a relevância da produção e disseminação de informações confiáveis, tempestivas e baseada em evidências como força motriz para a formulação e aprimoramento de políticas públicas com execução na municipalidade.

4.3.4 Estrutura administrativa vigente para institucionalização dos ODS

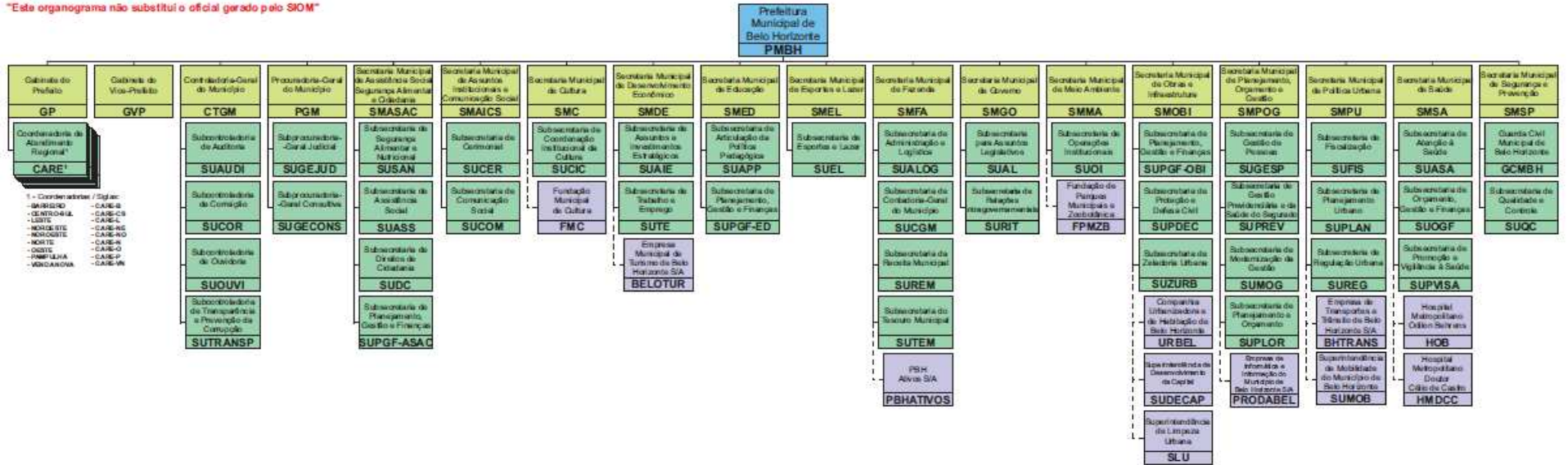
Atualmente, nos termos do art. 41 da lei n.º 11.065, de 1º de agosto de 2017, a estrutura da Prefeitura em sua Administração Direta apresenta 14 secretarias municipais e 2 órgãos autônomos. A mesma legislação estabelece ainda, nos artigos 64 a 75, as entidades que compõem a administração indireta, totalizando 11 entidades, as quais guardam vinculação com as secretarias, conforme sua área de atuação. O organograma seguinte delinea essa estruturação, nos moldes como hoje opera o município, a saber:

Figura 33 – Organograma da Prefeitura de Belo Horizonte



Este organograma não substitui o oficial gerado pelo SIOM

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



LEGISLAÇÃO:
 Lei n.º 11.065, de 01 de agosto de 2017.
 Lei n.º 11.154, de 09 de janeiro de 2019.
 Lei n.º 11.163, de 01 de abril de 2019.
 Lei n.º 11.319, de 22 de outubro de 2021.

Atualizado em 10/07/2023 - GEORG

Fonte: <https://prefeitura.pbh.gov.br/estrutura-de-governo>

Em relação ao objeto da pesquisa, a atual Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG é o órgão encarregado por coordenar as ações relativas ao planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas, conforme elencado no inciso I, do artigo 52, da Lei Municipal n.º 11.065, de 1º de agosto de 2017⁸.

Por sua vez, no bojo da estrutura interna da SMPOG, as atividades relacionadas aos objetivos do presente trabalho encontram-se no âmbito da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, notadamente na Diretoria Central de Planejamento, por intermédio de sua Gerência de Indicadores, constantes dos artigos 45 e 47 do Decreto Municipal n.º 16.682, de 31 de agosto de 2017, que dispõe sobre a organização da SMPOG⁹.

⁸ Art. 52 – A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG – tem como competência:

I – coordenar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas;

[...]

(BELO HORIZONTE, 2017)

⁹ Da Diretoria Central de Planejamento

Art. 45 – A Diretoria Central de Planejamento tem como competência coordenar o processo de elaboração, revisão e monitoramento do PPAG do Poder Executivo, estabelecendo normas necessárias à sua implantação, com atribuições de:

[...]

V – coordenar o processo de definição de metodologias e elaboração de indicadores que possibilitem a avaliação dos resultados das políticas públicas vigentes e que auxiliem o planejamento municipal;

[...]

VII – articular parcerias com universidades, centros de pesquisa e outras organizações não governamentais com vistas à elaboração de projetos e acompanhamento de políticas públicas e indicadores.

[...]

Art. 47 – A Gerência de Indicadores tem como competência desenvolver metodologias e indicadores que possibilitem a avaliação dos resultados das políticas públicas vigentes e que auxiliem o planejamento municipal, com atribuições de:

I – apoiar atividades e projetos voltados para o desenvolvimento, normatização e padronização do sistema de informações estatísticas e gerenciais do Poder Executivo;

II – desenvolver mecanismos de captação e tratamento de informações para a produção de indicadores de auxílio ao processo de planejamento municipal a partir do uso das diversas bases de dados gerenciais dos órgãos do Poder Executivo;

III – organizar e manter permanentemente atualizado banco de dados com estatísticas e indicadores básicos municipais que permitam a avaliação dos resultados das políticas públicas municipais e a caracterização do Município em termos demográficos, sociais, econômicos, ambientais, culturais e urbanos;

IV – gerir processos que garantam a disponibilização de informações técnicas e indicadores sobre a realidade socioeconômica de Belo Horizonte para os órgãos e entidades do Poder Executivo;

V – promover e apoiar atividades que propiciem a disseminação sistemática de informações, dados, estatísticas e indicadores sobre as políticas públicas municipais, por meio de publicações e outros instrumentos de democratização do conhecimento;

VI – participar de grupos interinstitucionais na área de gestão da informação criados pelo poder público municipal ou por órgãos e entidades externas (BELO HORIZONTE, 2017b).

A partir do trabalho desenvolvido pelo Observatório do Milênio, dada seu componente eminentemente técnico, a administração municipal incorporou a Agenda 2030 e os seus ODS como referência para o médio e longo prazos das ações, programas e políticas públicas do município investigado.

O Decreto Municipal 17.135/2019 materializa esta iniciativa, na medida em que assinala que:

[...] Decreto municipal nº 17.135, de 11 de julho de 2019 Estabelece a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas como referência para o planejamento de médio e longo prazo das políticas públicas municipais.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica, decreta:

Art. 1º – Fica estabelecida a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Agenda ODS – da Organização das Nações Unidas como referência para o planejamento de médio e longo prazo de ações e programas das políticas públicas, visando à promoção do desenvolvimento sustentável da cidade no âmbito social, econômico, ambiental e institucional.

Art. 2º – São instrumentos de planejamento de médio e longo prazo os atos normativos que orientam o planejamento e a implementação das políticas públicas, em especial:

I – o Plano Diretor;

II – o Plano Plurianual de Ação Governamental;

III – os planos setoriais previstos na legislação.

Art. 3º – O planejamento das ações e programas vinculados às políticas públicas sustentáveis deverá observar as metas estabelecidas na Agenda ODS.

Art. 4º – Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão coordenar ações visando o estabelecimento e o monitoramento sistemático de indicadores que demonstrem a situação do município em relação às metas estabelecidas na Agenda ODS.

Parágrafo único – Os indicadores deverão embasar o planejamento das ações e programas vinculados às políticas públicas. (BELO HORIZONTE, 2019b)

Tal dispositivo legal veio a reconhecer o trabalho da equipe técnica do Observatório do Milênio, bem como estabeleceu de forma institucionalizada a Agenda 2030 e seus ODS como uma grande referência a ser perseguida.

A fim de assegurar o monitoramento contínuo e integrado das metas locais e maior efetividade e transparência das políticas públicas, a Prefeitura alinhou o monitoramento desta agenda aos seus instrumentos de planejamento e gestão orçamentária, especialmente ao Planejamento Estratégico de Longo Prazo (2030) e ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Como mencionado, na elaboração do Projeto de Lei do PPAG 2018-2021, estabeleceu-se o vínculo dos programas e respectivas ações com os ODS. Com base no PPAG 2018-2021, foi elaborado o Orçamento Temático ODS, que discrimina o vínculo das subações a cada um dos 17 objetivos, tendo sido atualizado para o PPAG 2022-2025, o que relata sua continuidade (BELO HORIZONTE, 2022).

Em relação especificamente à política urbana, a institucionalização da agenda ODS se deu no conteúdo do atual plano diretor do município (Lei municipal n.º 11.181, de 8 de agosto de 2019), conforme pode ser destacado no box a seguir:

[...] Art. 3º - O Plano Diretor está fundamentado no compromisso de implementação no Município da Nova Agenda Urbana - NAU, documento consolidado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Sustentável.

Parágrafo único - O compromisso do Município com a NAU contempla a consideração de acordos e pactos a ela vinculados para o desenvolvimento da política de crescimento urbano e ordenamento territorial, com destaque para os princípios orientados pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS-11, voltado para tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. (BELO HORIZONTE, 2019c)

Tal característica de consignar o ODS 11 no conteúdo do plano diretor do município consagra a preocupação de institucionalizar questões vinculadas à estrutura e desenvolvimento urbano, ao meio ambiente, à habitação social, ao patrimônio histórico e cultural, à mobilidade, bem como ao tratamento e a relação dos espaços públicos e privados no bojo das discussões.

Tecidas tais considerações acerca da institucionalização formal no âmbito da administração municipal, serão abordadas na próxima seção as impressões a partir das pessoas, com base nas entrevistas semiestruturadas realizadas.

4.4 APONTAMENTOS A PARTIR DAS IMPRESSÕES DE ATORES ENVOLVIDOS

Nas seções anteriores deste capítulo foi possível identificar que a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG se constituiu no órgão protagonista durante toda a trajetória do objeto de estudo investigado.

Por meio das entrevistas foi possível observar que o atual Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão assumiu a pasta em 2017, época em que já existia o Observatório do Milênio, a conclusão da agenda ODM e o início da implementação da agenda ODS. Os servidores da SMPOG entrevistados já trabalhavam no órgão anteriormente, o que contribui para que se tenha uma visão mais embasada da trajetória adotada nos momentos mais relevantes.

Indagado sobre a concepção da agenda ODM e dos observatórios, na visão da ONU, o entrevistado E1 destacou que essas discussões se iniciaram quando se preparava a 2ª Conferência da ONU sobre assentamentos humanos, que ocorreu em Istambul 1996. Um dos gargalos à época era a produção de indicadores, de forma a se obter um “embasamento mais técnico, com mais números e menos achismos”. Inicialmente foram mapeados mais de 200 indicadores para se compreender a qualidade de vida das localidades, algo que à época era quase impossível de se monitorar sobretudo em países menos desenvolvidos, de modo que os indicadores foram reduzidos a algo em torno de 60. Na etapa seguinte, a ONU Habitat buscou parcerias com institutos de pesquisa e universidades em países que já atuavam em coletas de dados semestrais, anuais ou bianuais, casos de México e Brasil, por exemplo. No caso brasileiro, citou que o IBGE contribuiu com a visão a partir de indicadores de 30 municípios brasileiros. Com isso, teve origem o Programa de Indicadores Urbanos que representa, na visão do entrevistado E1, um êxito de 1996 até os dias atuais.

O mesmo entrevistado relatou que neste conjunto de indicadores havia um foco em habitação, que era a solução habitacional; outro no entorno habitacional, representado pela infraestrutura e serviços; e um terceiro foco, que era a governança geral de gestão das cidades. Neste ponto em especial, o entrevistado registrou que a UN-Habitat tinha a intenção de promover o envolvimento da sociedade civil, até porque captar dados e estruturá-los era algo ainda incipiente na segunda metade da década de 1990. Um aspecto destacado foi que esse processo à época era sujeito inclusive a desaparecimento de dados em momentos de trocas de governo. Citou que “não era fácil lá atrás não, pois até computador não era popularizado, eram documentos impressos e que de repente desapareciam das bibliotecas”.

Assim surgiu a ideia de se ter um “parceiro estável”, por meio da ideia de um observatório local, denominado “Observatório Urbano”, podendo ser implantado na esfera local (cidade ou área metropolitana), regional ou nacional, conforme destacado pelo entrevistado E1. Ele relatou que nesse momento havia indicadores relativos a países, mas um indicador médio nem sempre reflete os desafios a serem enfrentados. Exemplificando, mencionou que em um país como os Estados Unidos, que coabitam milionários e miseráveis, um valor médio não diz muita coisa.

Mais adiante, já na Assembleia Geral da ONU de 2000, o entrevistado E1 assinalou que o tema dos indicadores apareceu como fundamental, somando-se ao indicador que o PNUD vinha desenvolvendo (que era o IDH) e outros indicadores, capitaneados pela OMS e UNESCO, por exemplo. Assim, as agências da ONU já estavam trabalhando com a consolidação de indicadores. Naquela assembleia, destaca o entrevistado E1, ficou consensuado que a principal característica do final do século XX e início do século XXI não era tão somente a pobreza dos países. Lançava-se um olhar principalmente para a desigualdade não só entre os países, como dentro de cada país, entre as cidades do mesmo país e até dentro da mesma cidade de vários países. Então, ainda conforme o entrevistado,

[...] todo o tema era combater a pobreza, mas principalmente, vencer a desigualdade, quer dizer, atuar na base da pirâmide para que essa desigualdade ficasse menor e isso, conseqüentemente, melhoraria o índice de pobreza.

Com essa iniciativa, também se vislumbrava reforçar a governança e as decisões estratégicas de políticas públicas, “pautando-as por meio do uso dos indicadores, sobretudo nos casos mais críticos” (ENTREVISTADO E1).

Trazendo do contexto internacional para a realidade local, o convite para Belo Horizonte participar de um programa piloto, em parceria com a UN-Habitat, surgiu em 2006, conforme indicado pelos entrevistados I1, I2, I3 e I4 já apontado na seção anterior. Na época, o entrevistado I4 havia acabado de chegar à Secretaria de Planejamento, sendo a pessoa responsável por estruturar a equipe técnica para tocar o projeto, tendo em vista que, em sua visão, a escolha de Belo Horizonte havia se dado por sua trajetória de fomento à participação popular.

Esse aspecto de engajamento histórico da sociedade civil na cidade também foi reforçado também pelos entrevistados I1, I2 e E2.

Já nas palavras do entrevistado E1, “nós não escolhemos Belo Horizonte, eles é que nos escolheram.” Explicou sua fala, citando que a partir do momento em que foi feita uma seleção da amostra mundial de cidades (no Brasil a partir dos dados do IBGE), houve uma diminuição das possibilidades de municípios passíveis de se estabelecer parcerias, restringindo-se às cidades que já possuíam algum tipo de captação de dados, que em sua maioria são as capitais, áreas metropolitanas e algumas poucas cidades médias do interior. Seguindo suas considerações, o entrevistado E1 mencionou ter havido um levantamento e, posteriormente, o envio de um “fax” para quase todas essas cidades que constavam da lista, relatando a história da conferência da UN-Habitat e a intenção de se criar observatórios locais, de iniciar um processo de captação de indicadores específicos e de selecionar boas práticas das cidades constantes da amostra global.

Como à época a Secretaria de Planejamento de Belo Horizonte já cuidava do orçamento participativo e PPA, o entrevistado I4 retratou que surgiu a ideia de se criar uma área de desenvolvimento econômico e outra de desenvolvimento metropolitano dentro da Secretaria de Planejamento e, também, de se constituir uma Gerência de Indicadores, setor onde foi alocado o projeto do Observatório e do monitoramento dos ODM. Eram cinco gerências. Nas palavras do entrevistado I4, “era muita coisa e pouca gente. Mas eram coisas que estavam articuladas entre si”.

Sobre o contexto político e as motivações que fizeram Belo Horizonte aceitar participar do projeto, o entrevistado I4 pontuou que as motivações para o convite à PBH eram bastante relevantes e havia um entendimento da alta administração que era um espaço internacional importante a ser ocupado. Esta visão é também confirmada pelos entrevistados I1 e I2.

Havia, assim, um aspecto político de falar em fóruns de organismos internacionais, ao tempo em que isso talvez contribuísse para fortalecer a discussão metodológica de reunir diversas áreas da prefeitura na discussão do planejamento. A intersetorialidade, ou a sua tentativa constante, abria espaços e comissões formadas dentro da prefeitura “para fortalecer as políticas

intersetoriais, as discussões e os espaços decisórios”, como abordou o entrevistador I4.

Ainda no campo político-institucional, o entrevistado E1 menciona que ao dialogar com o Chefe do Executivo Municipal de Belo Horizonte à época, sentiu o desejo de se organizar de forma técnica a administração municipal. Citou que o governante gostou da ideia de que além dos componentes da própria PBH fossem incorporados parceiros externos, tais como universidades e entidades da sociedade civil.

O processo de implantação é considerado muito rico, conforme destacado pelos entrevistados I1, I2, I3 e I4, pois se introduzia uma metodologia bastante rigorosa para conseguir registrar as discussões, transformando-as em pactuações com os participantes e parceiros. O entrevistado I4 assinala que houve um instrumento de pactuação bastante robusto, com impactos positivos na elevação do nível dos técnicos da PBH. Bem assim, destaca que o primeiro relatório ODM produzido pela equipe, comprometendo-se com diversas metas, objetivos e indicadores foi um divisor de águas.

Sobre a adesão dos parceiros desde o início, o entrevistado I2 destaca que o trabalho começou a se materializar

[...] a partir do protocolo de intenções com a UFMG, com a PUC, bem no começo mesmo, para que a gente pudesse ir estruturando esse observatório. E fomos acionando outros parceiros, ampliando a rede. Naquele momento, o Governo do Estado participou através da Seplag. A Fiemg participou, entrou e em 2008, então a gente lança publicamente o Observatório e publica um relatório não só feito internamente pelos técnicos da prefeitura, mas com esse olhar externo que a gente entende que é muito importante, né? Isso dá visibilidade, controle social.

Já no aspecto da internalização do projeto no âmbito da PBH, o entrevistado I5 assinalou que muito embora diversas áreas estivessem ainda assimilando o uso de indicadores, ainda que sem a sua exata compreensão, isso certamente gerou um efeito significativo para a unidade em que atua. Sob seu ponto de vista, acredita que nos dias atuais poderia haver um uso mais intenso de indicadores.

Sobre os primeiros resultados da experiência em Belo Horizonte, o entrevistado I4 mencionou que esteve em Vancouver, no Canadá, para apresentar o primeiro relatório dos ODM, fato que mereceu importante destaque

para a municipalidade. Complementou que a partir dessa participação houve convites para integrar artigos, reverberando também para outras áreas da prefeitura. Em sua visão foi uma experiência bem positiva já naquela época e que seu sucesso contribuiu para que continuasse o observatório.

Na mesma linha, o entrevistado I2 frisou que o trabalho se disseminou dentro da prefeitura como um reconhecimento. Que desse compromisso com aquelas metas, os objetivos, tanto na época os ODM quanto os atuais ODS, foi “algo muito positivo, de efeito multiplicador, afinal é o nosso dever”.

A partir da experiência positiva de Belo Horizonte, o entrevistado E1 mencionou que o município de São Paulo procurou a UN-Habitat para implantar naquele município um observatório nas mesmas condições em que fora realizado em Belo Horizonte.

Foi captado pelas entrevistas, sobretudo dos relatos dos entrevistados E1, E2, I1 e I4, que a implantação do modelo adotado na capital mineira não se baseou em nenhuma experiência prévia oriunda de outros contextos ou de outros modelos, constituindo, assim, um projeto piloto. Tal característica conferiu um caráter de ineditismo e mesmo de relativa inovação institucional, referendando a escolha do estudo de caso único desta pesquisa, inclusive pelo fato (já mencionado) de que a experiência do outro município brasileiro selecionado (Nova Iguaçu/RJ) ter sido descontinuada, como reiterado pelos entrevistados E1, E2, I1 e I2.

Como destacado pelo entrevistado E1, na perspectiva da UN Habitat, tratava-se de fomentar a criação de observatórios urbanos, na ótica de se garantir informações confiáveis, parceiros estáveis e o embasamento a partir de evidências técnicas, visando a orientar as discussões acerca das agendas multilaterais, a partir dos contextos locais. Nessa linha, o entrevistado I1 menciona que foi uma importante novidade o UN-Habitat trazer essa ideia no início dos anos 2000 de que os observatórios deveriam ser constituídos pelo Poder Público e academia.

Em relação aos recursos necessários à implementação do projeto, o entrevistado I4 esclareceu que à época do início das discussões havia pouco ou nenhum recurso financeiro disponibilizado para a iniciativa. Contudo, em seus termos, isso não importou, afinal “não era essa a motivação. A equipe técnica se engajou desde o início, comprou a ideia e trabalhava feliz sábado, domingo,

feriado”. Noutra visada, o entrevistado I2 mencionou que o fato de se ter criado uma dinâmica de trabalho que, na forma de uma rede de parcerias, não envolve repasse de recursos. Assim, em um primeiro momento chegou a haver participação mais ativa de entidades da sociedade civil, mas nos dias atuais é uma rede praticamente com a academia. O entrevistado citou como exemplo a Fiemg, que optou por não permanecer, reafirmando que as instituições de pesquisa seguem ativamente nesse trabalho voluntário. Destacou que não há uma obrigatoriedade de participação de professores e pesquisadores especialistas da UFMG e da FJP, pois a rede se mantém por interesse colaborativo.

No âmbito da rede e do fluxo de trabalho desenvolvido, o entrevistado P1 disse que a participação no projeto gerou ótimas conexões e parcerias com outros membros, gerando trabalhos em conjunto e auxílio em outros projetos comuns. Complementarmente, o entrevistado I3 citou que a discussão em rede cria condições para um trabalho cada vez mais maduro e técnico. Já o entrevistado I5 mencionou que há muita autonomia na discussão de cada indicador, tanto com as universidades, quanto com a equipe técnica do observatório e entende que isso contribui para se avançar pontualmente.

Sobre a frequência do monitoramento e da produção das informações, os entrevistados I1, I2 e I3 relataram que atualmente se dedica 1 ano para discussão, elaboração, revisão, retirada e inclusão dos indicadores (anos ímpares), ao passo que em 1 ano se realiza a divisão do trabalho para a redação dos capítulos do relatório (anos pares). Que essa sistemática gera tantas reuniões quanto forem necessárias, a depender da demanda de alteração ou produção de informações, mas sem uma periodicidade pré-definida. O entrevistado I1 explicitou um pouco mais a sistemática adotada a partir da agenda ODS, enfatizando que

[...] esses indicadores foram definidos via oficina, com a participação dos especialistas das instituições parceiras e técnicos da prefeitura. Uma vez que foram definidos esses indicadores lá em 2018 a gente tem feito esse monitoramento, publicando anualmente a base de dados atualizada e a cada 2 anos o relatório. Esse relatório de acompanhamento é feito da seguinte forma: a Prefeitura organiza e disponibiliza os dados, são convidados especialistas das instituições para fazer a redação dos textos e a análise dos resultados.

O entrevistado I2 reforçou que o monitoramento à época dos ODM era de certa forma mais simples, devido ao menor número de objetivos, indicadores e metas. Já com a agenda ODS ampliaram-se os objetivos e indicadores, gerando grande volume de trabalho, mas a experiência já consolidada e o legado existente desde a implantação em 2008 ajudaram significativamente no processo de transição das agendas.

Tratando agora especificamente de se mapear os avanços e alcances da experiência vivenciada pela PBH, na visão dos envolvidos, o entrevistado E1 assinalou que, no campo internacional, quando os ODM foram criados, tinha-se a ambição de constituição de indicadores para o mundo inteiro. Todavia, a capacidade de captação de dados para alguns países era algo já em pleno funcionamento, ao passo que em outros era inédita. A partir dessa constatação, refletiu que

[...] a questão dos observatórios passou a ser o trampolim para que se conseguissem indicadores melhores. Coisa que só a autoridade local ou só autoridade regional não conseguiria, por mais esforço que fizesse. Então, a questão de ter em mente que qualquer pesquisa, qualquer captação de dado primário secundário poderia trazer no seu bojo alguma informação interessante para o propósito de se medir a qualidade de vida numa cidade. Então, eu acho que a principal mensagem foi a criação da cultura da informação. Isso foi fundamental. Quer dizer, com muita ou com pouca informação. O importante é que as pessoas valorizaram ou verificaram que viram a qualidade da cultura da informação. Não trabalhar simplesmente baseado em pensamento ou intenções, mas sim baseado em fatos e números.

Na mesma linha, mas com ponderações, o entrevistado I1 citou que é natural ficar refletindo sobre um “efeito imediato” em termos de políticas públicas, por exemplo na saúde e na educação, ao se adotar uma agenda global (ODS ou ODM), sobretudo em um cenário complexo e de mudanças. Mas ele também entende que

[...] a agenda ODS é um grande item de mobilização das pessoas, principalmente as equipes técnicas da prefeitura, que trabalham de fato com o planejamento de políticas públicas, em torno dessa cultura de que para fazer política pública é preciso ter dados, ter informações que qualifiquem os resultados dessas políticas públicas. Então aí eu vejo grandes avanços, vem de uma cultura já de longa data da secretaria de planejamento, que começa com o IQVU lá na década de 1990, que é um vamos juntar o que a gente tem de informações sobre a cidade, informações de diversos órgãos.

O entrevistado I4, por sua vez, também mencionou como pontos positivos para a continuidade da experiência a capacidade de mobilização, a articulação intersetorial com diferentes órgãos e a própria continuidade administrativa na experiência de Belo Horizonte.

Outro aspecto destacado pelo entrevistado I1 diz respeito à melhoria na qualidade e capacidade de elaboração de indicadores, o que resultou na sua utilização também no planejamento das políticas públicas. Nesse sentido, um dos exemplos citados pelo entrevistado é relativo à temática do planejamento urbano, mencionando que a área responsável

[...] mapeou os equipamentos públicos municipais e desenvolveu metodologias para identificar áreas com cobertura adequada, em termos de tempo de deslocamento das pessoas. Era algo que não existia e que surgiu a partir das conversas nossas com a equipe de planejamento urbano para fazer o monitoramento da agenda ODS. Hoje esse indicador é utilizado na área de esportes, para fazer o mapeamento de áreas com menor acesso e pensar em como alocar equipamentos, sobretudo quando são projetos que envolvem a captação de recursos ou definição de locais para instalação dos programas. Eles têm esse mapa que foi construído para o indicador ODS e hoje é utilizado por eles. Então a gente tem esses ganhos e ao estar fazendo isso constantemente a gente está fomentando o uso de dados nas políticas públicas.

O entrevistado I2 reconheceu como um importante avanço a aproximação com universidades e instituições acadêmicas. Detalhou que essa relação contribui para a geração de estudos e pesquisas, valendo-se da robustez do conjunto de dados. Argumentou que nem sempre isso é um processo “tranquilo”, mas a forma de concepção do observatório e de uma rede colaborativa, horizontalizada e “sem grandes burocracias” favoreceu o monitoramento sistemático. Para além do aspecto interinstitucional, no âmbito interno o entrevistado I2 destacou a introjeção da agenda ODS e do planejamento das políticas públicas nos diferentes órgãos e entidades da administração municipal.

Conforme relato do entrevistado

[...] a gente ganhou institucionalidade. Hoje, se você falar em ODS, em qualquer área setorial da prefeitura, as pessoas, tanto os gestores quanto o corpo técnico, vão entender. Sabem o que é, né? Então acho que isso foi uma conquista de um trabalho sistemático que foi sendo feito com o rigor.

Na mesma linha, o entrevistado I3 apontou que uma importante conquista no processo se deu por meio da atuação dos parceiros (internos e externos), mediante a compreensão da constância de propósito, derivada do legado de 15 anos da experiência. Adicionalmente, o entrevistado I3 citou como aspecto positivo a organização das informações (e sua disponibilização), na medida em que se tem “números concretos para um orçamento temático, detalhando quanto se investe de recursos em cada ODS”.

Na visão dos parceiros externos, o entrevistado P1 frisou o espaço aberto pelo município para a discussão técnica de cada indicador, bem como o fornecimento de metadados (em alguns casos bem robustos) de diferentes áreas. Ele menciona que as informações técnicas são de ótima qualidade, que se trata de uma construção (e não imposição) de informações, reforçando a transparência da experiência.

Sobre a questão da participação social, o entrevistado I4 mencionou que, à época da implantação do projeto-piloto, diversas lideranças que participavam do Orçamento Participativo estiveram presentes nessa discussão. Em suas palavras, um avanço se deu na

[...] capacidade de mobilização também da equipe técnica. Que conhecia muito bem a prefeitura e tinha essa capacidade de mobilização desde pessoas dentro da prefeitura para também indicar bons técnicos. Isso era central de outras áreas para participarem conosco... E essa participação da sociedade civil, desde lideranças do Orçamento Participativo que eram mais próximas, quanto uma aproximação muito potente com a universidade, que depois redundou no Observatório, né? A gente, desde esse momento, articulou com os nossos parceiros da universidade.

O entrevistado E2, por sua vez, refletiu que a publicização de informações foi uma grande conquista, pois a agenda ODS avançou muito em comparação com os ODM em termos de tecnologia, plataforma de dados, dados abertos, transparência e geração de *dashboards*. Citou que isso era impensável em 2000 ou 2005, sendo que muita coisa ainda se encontrava em meio físico (papel). Outro aspecto destacado diz respeito à mobilização de instituições para além dos governos, assinalando que

[...] hoje também a gente vê uma mobilização de outras instituições, além de governos e ONGs, né? Porque eu acho que na Agenda do Milênio a gente teve uma atuação, olhando para o caso do Brasil, muito do governo nacional, estadual, municipal

e de ONGs da área urbana. Mas hoje a gente vê a agenda dos ODS, a Agenda 2030 em escolas. A gente entra na escola, tem lá os 17 ODS impressos na parede. Em muitas escolas, inclusive públicas, não só particulares. Então, eu acho que é uma agenda que ela faz parte mais da vida das pessoas, em função também desses avanços de comunicação. E da divulgação e das pessoas entenderem que cada uma tem o seu papel.

Partindo agora para as limitações e fragilidades do modelo adotado, do ponto de vista externo (e não apenas em relação ao município investigado), o entrevistado E1 enfatizou que no bojo da agenda ODM algumas autoridades locais no Brasil começaram, no decorrer da execução, a avaliar o custo-benefício se algum indicador eventualmente melhorou, quanto custou e se valia ou não a pena o investimento em coletar dados para gerar relatórios. Pautados por esses elementos, alguns prefeitos não se preocuparam com a comunicação, a não ser que algo colocasse seu nome em destaque.

Já o entrevistado E2 registrou a complexidade de se monitorar 17 objetivos e especialmente 169 metas. Ponderou que essa aparente robustez das informações pode gerar um distanciamento das pessoas, citando como ilustração o fato do Estado de Minas Gerais, por exemplo, possuir mais de 850 municípios, muitos com realidades distintas e alguns com pouca capacidade institucional de realizar o que se propõe em termos de monitoramento.

Por sua vez, o entrevistado P1, ao se referir aos observatórios e às próprias agendas de organismos multilaterais, destacou que os “observatórios não têm dentes”, ou seja, caso aquilo que foi pactuado não seja efetivamente concluído, não há uma responsabilização nem acontece algo. Citou também que os observatórios acabam tendo arranjos muito próprios, a depender do contexto local. Isso por um lado pode vir a facilitar a obtenção de informações, de outro pode se mostrar vulnerável a um movimento de captura por grupos privados da agenda. Nesse aspecto, mencionou o observatório de Bogotá (Colômbia) como muito ágil para se realizar pesquisas de origem-destino para mobilidade urbana (algo que o observatório de Belo Horizonte nunca fez), todavia em Bogotá a parceria se dá com uma universidade privada e ligada a determinados grupos econômicos.

Realçando a própria fragilidade da agenda em si, o entrevistado I1 frisou que os ODS são em sua maioria quase que como diretrizes e não metas

quantificáveis, o que diverge da agenda ODM anterior, que era mais objetiva nesse aspecto. Um outro ponto que mereceu destaque em seus apontamentos sobre as fragilidades e pontos negativos foi a ausência de um papel integrador do Governo Federal. Já nas palavras do entrevistado E1,

[...] quando começamos a trabalhar com a agenda ODM do município, a gente já tinha uma sinalização clara do governo federal em termos de repactuação de algumas metas, de estabelecimento de metas nacionais para aquelas metas que o Brasil já estava bem. Tínhamos uma referência nacional que permitia a localização das metas no município de acordo com a nossa realidade, em função do que já havíamos alcançado. Na agenda ODS a gente trilhou um caminho diferente, pois coincide a chegada da agenda com o momento de mudança no governo federal, onde a agenda foi praticamente ignorada. Então a gente fez o monitoramento local sem ter essa referência nacional e sem ter parâmetros pré-estabelecidos de indicadores para todas essas metas.

No contexto local do observatório de Belo Horizonte, o fato de envolver sociedade civil, universidades e setor público é interessante, mas há que se avançar para um modelo parametrizado em termos de métricas para que o monitoramento seja feito de uma forma um pouco mais objetiva, segundo o entrevistado I1. Também do ponto de vista interno, especificamente em relação à experiência de Belo Horizonte, o entrevistado I2 pontuou que os indicadores em uso podem ser melhorados e que a experiência consolidada tende a desafiar as diferentes áreas da prefeitura a aprimorar sua coleta de informações. Esse aspecto também foi comentado pelo entrevistado I5.

Outro aspecto de fragilidade da experiência local, na visão do entrevistado I2, diz respeito à eventual incompreensão de que o trabalho é relevante em uma eventual mudança de gestores. Some-se isso ao fato de se ter uma equipe muito reduzida. Essa preocupação com a equipe reduzida também foi citada pelo entrevistado I4 como um dificultador da implantação do modelo adotado.

De igual modo, à época da implantação, o entrevistado I4 mencionou que a produção de relatórios contundentes, muitas vezes apontando problemas dentro do município em determinadas áreas, geraram desconforto e algumas resistências dentro da gestão.

Os déficits de participação da sociedade civil e de organizações não governamentais na experiência de Belo Horizonte, na última década, foram identificados pelos entrevistados I2, I3 e P1. Mesmo sem saberem exatamente

os porquês desse afastamento, o entrevistado I2 pondera que provavelmente elegeram outros fóruns para participar da vida da cidade, como conselhos e comitês. Já o entrevistado I3 reconheceu que mais eventos, capacitações e discussões sobre o trabalho desenvolvido pela PBH e as próprias políticas públicas acompanhadas, poderiam trazer mais pessoas para se engajar à iniciativa.

Sobre a sistemática adotada por Belo Horizonte em seus instrumentos de planejamento e sua convergência com as premissas da agenda 2030, que configura um ponto central da presente pesquisa, o entrevistado I1 relatou que há uma distinção entre a mobilização global da agenda daquilo que pode efetivamente ser realizado pelo município. Explicitou que a agenda em si, embora cumpra o seu papel de mobilizadora em prol das metas e das prioridades de desenvolvimento, talvez pudesse ganhar um pouco mais de centralidade em termos de discurso e possibilidades na gestão municipal. Ao descrever esse desafio, esclareceu que

[...] cidades até tem tentado fazer isso, mas o problema é que muitas vezes quando você faz, acabam associando a uma determinada gestão. Aí quando você muda a gestão, o modelo simbólico precisa ser revisto e lá vai a agenda sendo escamoteada porque ficou associada à gestão anterior. Então tem que tomar cuidado, a gente sempre conversando com outros municípios comentamos que as iniciativas precisam ser tratadas como iniciativas de Estado e não daquele governo que está ali.

Na mesma linha, os entrevistados I2, I3, I4 e I5 reconheceram indubitavelmente a experiência de Belo Horizonte e os seus instrumentos de planejamento como bastante aderentes à agenda ODS. Na visão do entrevistado I2, o formato converge muito, sendo que o orçamento, o PPAG e o plano diretor são pontos fortes e cruciais nesse alinhamento.

Já o entrevistado I4 destacou que a experiência galgada a partir dos ODM permitiu a construção de uma agenda local e adaptada, diferentemente de modelos de planejamento anteriores que não previam isso. O entrevistado I3 destacou que o alinhamento se dá não só perante a ONU, mas aos próprios órgãos de controle e de prestação de contas (Tribunal de Contas de Minas Gerais e Câmara Municipal de Horizonte), notadamente no aspecto da transparência.

Quando questionados sobre a experiência de Belo Horizonte e sua convergência com as premissas da agenda 2030, o entrevistado E1 pontuou que a experiência de Belo Horizonte correspondeu exatamente ao que o UN-Habitat pretendia. Destacou que houve uma excelente parceria desde o início e que sempre se publicou tudo que fizeram. Ponderou que talvez possa ter havido alguma dificuldade em uma ou outra informação específica, seja porque não estava disponível ou mesmo pela divergência natural na interpretação de um dado pelos gestores.

O entrevistado E2 registrou que é uma experiência “super avançada” e consiste sim em uma “boa prática.” Em suas palavras,

[...]o Observatório do Milênio é o nosso melhor caso no Brasil, porque ele veio se reinventando. E quando muda a agenda do milênio para a agenda dos ODS, ele precisou se reinventar à força”.

Já nas palavras do entrevistado I4,

[...] os relatórios às vezes faziam críticas duras à cidade de Belo Horizonte e à sua política municipal. Mas era um acordo que seria publicado. Não era um acordo simples, político, mas era um acordo. Então, eu não tenho dúvida de que, do meu entendimento, que cumpriu muito além do que estava planejado.

Quando questionado sobre a existência de experiências similares que se valem dos instrumentos de planejamento para encampar a agenda 2030 e seus ODS, o entrevistado E2 mencionou que recentemente o município de Juiz de Fora vem apresentando algo ainda inicial. Também relatou que o Governo do Estado de Alagoas possui uma metodologia que realiza o “cruzamento do PPA com os ODS” e que, inclusive, foram capacitados por técnicos da PBH. Registrou ainda o município do Rio de Janeiro, que elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável, que alimenta o seu plano estratégico. Também frisou como uma prática muito avançada em ODS o município de Barcarena, no Pará.

O entrevistado P1 comentou conhecer a experiência de Bogotá e de São Paulo, ambas em escala menor que o modelo de Belo Horizonte. Os entrevistados I1, I2 e I3 mencionaram conhecer as experiências dos municípios de São Paulo, Juiz de Fora, Niterói, além do Estado de Alagoas. O entrevistado E1 detalhou que na cidade de São Paulo

[...] tentaram fazer um modelo um pouco diferente, que é criar uma espécie de conselho com a sociedade civil para fazer esse

monitoramento. Parece que isso não avançou muito, mas eles têm lá um conjunto de indicadores que são monitorados e eles têm produzido painéis de dados. Então essa parte importante que é disponibilizar dados sobre as políticas públicas eles têm feito e é de forma semelhante à nossa.

Em relação à visão de futuro da atual da agenda 2030, o entrevistado E1 não vislumbra avanços para muitos indicadores, embora para outros sim. Acredita que mais próximo do encerramento da agenda devem se iniciar novas discussões “mirando 2050”. Comentou que o termo “desenvolvimento sustentável” é mais atemporal e foi bem aceito na transição das agendas. Demonstrou preocupação com o pouco avanço nas discussões e consensos sobre as mudanças climáticas e crê que deverão haver incentivos para que isso se concretize.

O entrevistado E2 destacou que a mudança do clima e os eventos extremos já estão bem mais perceptíveis, assim como sua gravidade. Em sua visão, o tema da resiliência, entendido como capacidade de suportar adversidades e voltar ao status quo, aparecerá com mais potência, pois até 2030 já poderão ocorrer episódios de aumento do nível do mar, com impacto em algumas localidades litorâneas. Ele mencionou que as pautas sociais como combate à fome e pobreza são mais consensuais e inclusive foram os primeiros temas conclusos na transição das agendas ODM para ODS.

Trazendo do contexto internacional para a experiência ora analisada, o entrevistado P1, tendo em vista a projeção de melhorias para o futuro, destacou que uma profusão de indicadores nem sempre ajuda e que priorizar elementos relevantes e estratégicos pode ser um caminho com mais ganhos. Comentou que a ONU nos dias atuais não tem tido tanta força para capitanear e agir nessas agendas, até porque também não apresenta nem recursos nem instrumentos coercitivos adequados para tal. Frisou ser muito importante ampliar a transversalidade das políticas públicas, pois “a mobilidade, por exemplo, afeta a saúde das pessoas”. Nesse aspecto, uma agenda por missões, com mais participação social e menos concepção “*top-down*” seria desejável, em sua ótica.

Por sua vez, os entrevistados I1, I2, I3 e I5 assinalaram que uma agenda “macro” internacional é um bom instrumento para ser referência na elaboração das prioridades locais. O entrevistado I1 reforçou que os desafios externos atuais (guerras e pandemia) acabam por impactar o mundo e o país no alcance das

metas da agenda 2030. No contexto local, mencionou que Belo Horizonte é um município que geralmente apresenta bons indicadores sociais, a não ser alguns afetados pela pandemia, a exemplo dos indicadores educacionais. Destacou que algumas áreas necessitam de inovação, como a política urbana e ambiental, constituindo-se em um grande desafio a ser pensado futuramente. Em síntese, reconheceu que “ocorrem avanços, mas talvez numa velocidade aquém do que seria desejado”.

O entrevistado I2 reforçou como um ponto a ser pensado para a experiência de Belo Horizonte no futuro a retomada da integração com o governo estadual e o federal. Que isso havia na época dos ODM, inclusive com um núcleo específico, mas que recentemente a falta de protagonismo desses entes levou a PBH a trilhar seu caminho sem contar com essa integração.

4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Embasado pelas informações colhidas ao longo da pesquisa e pelo emprego das técnicas metodológicas selecionadas, passa-se a analisar de modo objetivo os resultados, tendo como referência as 3 dimensões – institucional, técnica e substantiva (principiológica) e 11 categorias analíticas elaboradas, constantes do capítulo metodológico, que constituem chaves para o desenvolvimento dessa seção.

4.5.1 Dimensão institucional

Esta dimensão congrega os aspectos da unidade investigada, referindo-se aos elementos e estruturas que as compõem. Para os fins deste trabalho, serão considerados a estrutura, leis, regulamentos, políticas e mecanismos formais. Instituições fortes e eficazes podem promover a estabilidade, a justiça e o crescimento, enquanto instituições fracas ou disfuncionais podem levar à instabilidade, desigualdade e conflito (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012). Serão discutidas as seguintes categorias analíticas: envolvimento e apoio da alta administração; articulação com parceiros e cooperação; resiliência institucional e alocação de recursos financeiros.

Em relação ao **envolvimento e apoio da alta administração**, preliminarmente, o estudo de caso permitiu observar que desde o momento que surgiu o convite para Belo Horizonte implantar o observatório local em 2006 já houve uma manifestação inequívoca de participar da iniciativa piloto, que foi a manifestação junto à UN-Habitat, consubstanciada posteriormente pela assinatura do protocolo de intenções, que fora coletado no levantamento documental.

Como pode se concluir pelas entrevistas, houve menções significativas acerca do endosso do corpo gerencial da unidade investigada. O entrevistado E1 destacou que contou com o apoio de atores centrais da Secretaria de Planejamento (Secretário e Secretária-Adjunta), bem como do próprio Prefeito da capital mineira. Mais adiante, o mesmo entrevistado confirma que veio a Belo Horizonte algumas vezes para fazer o acompanhamento da implementação do Observatório e que isso sempre foi muito emblemático, porque demonstrava a capacidade de fazer, com apoio da gestão e servia como inspiração a outras cidades que estavam interessadas no mesmo processo.

Após a implantação, as entrevistas revelaram que a despeito de terem ocorrido mudanças de governo, da agenda ODM para ODS, a equipe técnica sempre manteve sua autonomia para elaborar seus trabalhos, como relatam os entrevistados I1 e I2, mesmo que alguns documentos representassem uma crítica ao próprio município, como menciona o entrevistado I4. De igual modo, o entrevistado E1 confirmou que “tudo que foi produzido pelo Observatório foi publicado”.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à institucionalização da experiência. Como apontado na documentação levantada, o modelo de Belo Horizonte se valeu da agenda 2030 de seus ODS para integrar seus instrumentos de planejamento e de política urbana, consignados expressamente no PPAG e plano diretor. Nesse ponto, o entrevistado I2 mencionou como sendo um ponto forte da experiência esse fato de prever os ODS na legislação local, o que reforça o compromisso das autoridades.

Tais elementos referendam a existência do apoio da alta administração no percurso a experiência investigada.

A **articulação com parceiros e cooperação** é uma das características marcantes do caso. Na concepção do projeto piloto com a UN-Habitat, o

entrevistado E1 registrou que uma das intenções era se terem “parceiros confiáveis” e, nessa perspectiva, a inclusão de instituições acadêmicas garantiriam uma dupla função: a geração de dados com embasamento técnico e a possibilidade de tais instituições serem “guardiãs do legado” da experiência.

A comprovação dessa articulação com a academia pode ser identificada no documento do protocolo de intenções, que conta como signatários a FJP, Fumec, PUC/MG e UFMG, ou seja, já apresentando com um lastro relevante de parceria e cooperação. Esta capacidade de articulação, sobretudo com a academia, é referendada pelos entrevistados I1 e I2, que ressaltam que esse aspecto é um dos pilares do sucesso e longevidade da experiência.

Por sua vez, o entrevistado I4 revela que houve inicialmente uma articulação “com os nossos parceiros e conhecidos da universidade”. Dessa procura inicial, “num caráter muito pessoal”, professores de departamentos das universidades e centros de ensino foram trazendo outros pesquisadores também interessados nos temas. Com isso, a iniciativa foi crescendo ao longo do tempo e ganhando força.

O caráter da cooperação também se mostra presente no estudo de caso. A partir das entrevistas, sobretudo conforme dito por I2, I3 e I4, foi possível identificar se tratar de uma experiência sem custos ou contrapartidas financeiras, um “trabalho voluntário” de membros de instituições de pesquisa e ensino, como citado pelo entrevistado I2. Nesse sentido, tal característica também é observada.

A **resiliência institucional**, aqui entendida como a capacidade de enfrentar eventos adversos ou não previstos, retornando à sua dinâmica inicial, aparece como uma qualidade identificada na prática de Belo Horizonte.

Esse aspecto pode ser demonstrado, primeiramente pelo fato de se tratar de uma experiência que sobreviveu tanto a governos tidos como mais progressistas, como a outros com agenda mais ao centro. E recentemente, como mencionado na seção 3.3 deste trabalho, a prática completou 15 anos de existência.

O entrevistado E2 ratifica essa visão, citando que o trabalho “conseguiu se manter porque de fato foi priorizado em diferentes momentos, foi bem organizado e foi apropriado pela prefeitura”. Complementa sua reflexão citando

que o Observatório do Milênio representa uma história de sucesso, na medida em que se adaptou a diferentes contextos de mudança.

Os entrevistados E1 e E2 mencionam a dificuldade de continuidade do trabalho ter se mantido, sobretudo com um ponto de inflexão em 2015, momento em que se dá a transição das agendas ODM e ODS. As iniciativas de monitoramento capitaneadas pelo Governo Federal e Governo do Estado de Minas Gerais, muito presentes na agenda ODM, inclusive com núcleos regionais, se esvaíram com a transição das agendas, como indicaram os entrevistados I1 e I2 em seus relatos.

Bem assim, iniciativas do Governo Federal de mobilizar atores para a agenda ODS (com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS) e a própria integração dos ODS ao PPA 2016-2019 foram descontinuadas e vetadas no governo Bolsonaro (2019-2022). Somente mais recentemente, em 2023, está sendo retomada novamente a discussão da agenda federal. De igual modo, o Governo do Estado de Minas Gerais, que chegou a fomentar a estruturação de núcleos em diversos municípios para mobilização da agenda ODM, com a transição das agendas também deixou de lado esse engajamento, como citado pelo entrevistado I2.

Dessa forma há que se destacar a continuidade, perenidade e reinvenção da experiência de Belo Horizonte que, mesmo diante da ausência de protagonismo e de suporte de outros entes federativos, manteve seu propósito de realizar trabalhos e produção de informações relevantes para a dinâmica urbana e socioambiental.

No aspecto de **alocação de recursos financeiros**, pode-se observar no caso 2 vertentes: de um lado, os poucos recursos empreendidos na experiência, o que poderia levar a denotar uma aparente falta de priorização do programa piloto; de outro, a canalização dos esforços no emprego de mão de obra técnica, de caráter cooperativo e utilizando a capacidade instalada dos órgãos e parceiros.

A análise da experiência permite observar que a despeito dessa aparente contradição entre a pouca alocação de recursos e o vigor dos resultados alcançados, o sucesso da implantação reside na priorização da iniciativa pelo executivo municipal e na mobilização das equipes técnicas e parceiras, conforme sublinhado pelos entrevistados I1, I2 e I4.

O próprio acompanhamento periódico por parte do UN-Habitat para o desenvolvimento dos trabalhos (destacado pelo entrevistado E1), o grau de autonomia das equipes já mencionado pelos entrevistados I1, I2, I3 e P1 e o reconhecimento da iniciativa, que ecoou para os âmbitos internos e externos ao município, como relatado pelo entrevistado I4, são elementos que convergem para o estímulo da continuidade da experiência, mesmo sem recursos financeiros específicos alocados para a contratação de consultores e estudos complementares, por exemplo.

Uma ponderação que merece ser feita é que uma eventual alocação de recursos para financiar as atividades específicas do objeto ora investigado poderia contribuir para a realização de mais eventos, cursos e iniciativas de mobilização social, conforme apontado pelo entrevistado I3.

4.5.2 Dimensão técnica

Para os fins deste trabalho, a dimensão técnica será considerada como a capacidade de implementação e desenvolvimento de projetos na unidade investigada. É a parte prática, funcional e operacional da experiência. Envolve conhecimento específico, tecnologias, ferramentas, produção de informações, recursos humanos, materiais e temporais necessários para transformar um conceito ou ideia em realidade.

Associa-se à expertise e competência da equipe responsável pela execução do projeto. Requer, portanto, conhecimento técnico, experiência prática, habilidades de gestão e capacidade de resolver problemas que possam surgir durante a implementação.

Sob essa dimensão, as categorias analíticas elencadas são a produção e disseminação de informações; monitoramento e avaliação; alinhamento com os ODS; inovação e tecnologia.

Em relação à **produção e disseminação de informações**, no caso foi bastante evidenciada a capacidade de realização das equipes técnicas internas (da própria PBH) e externas (parceiros). Da coleta documental, a produção de relatórios periódicos de acompanhamento dos ODS e ODM, a elaboração de relatórios técnicos do sistema local de monitoramento das metas ODS de Belo Horizonte e as edições da revista do Observatório do Milênio lançadas revelam

que a experiência gerou a produção de muitas informações úteis à compreensão do contexto urbano local.

Esta capacidade técnica apareceu nos depoimentos dos entrevistados I1, I2, I3, I4, P1 e E1, ao pontuarem que as equipes se prontificaram a produzir o que era esperado delas, sendo que houve uma sofisticação no nível de qualidade da informação, como fora relatado no decorrer de seção anterior.

Depreende-se que a ideia inicial UN-Habitat em promover uma integração com instituições de ensino e pesquisa se mostrou acertada, pois gerou a participação de grupos específicos dentro das universidades, a exemplo do Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte e do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher, ambos da UFMG, trazendo especialistas extremamente qualificados para se incorporar à iniciativa, debater e gerar documentos robustos com questões de interesse coletivo do município.

Há que se registrar que o grau de liberdade conferido à confecção dos trabalhos (destacados pelos entrevistados I1, I2, I3 e P1) em boa medida pode ter contribuído para a perenidade dos relatórios, pois caso houvesse algum senão, tentativa de “moldar” conteúdos ou mesmo supressões, entende-se que poderia ocasionar um efeito de desmobilização em massa de parceiros. Assim, no estudo de caso sob análise, essa categoria se revela muito bem documentada.

Sobre o **monitoramento e a avaliação** empreendidas pela equipe do projeto, extrai-se dos documentos e das entrevistas que a ideia proposta de destinar 1 ano para discussão, elaboração, revisão, retirada e inclusão dos indicadores (anos ímpares) e outro ano para se realizar a divisão do trabalho para a redação dos capítulos do relatório e gerá-lo (anos pares), como mencionado pelos entrevistados I1, I2 e I3, se mostrou adequada, sobretudo por se tratar de um trabalho que não destina recursos específicos.

Caso houvesse um comprometimento de agendas muito extenso ou a forma colaborativa exigisse um ritual rígido, isso poderia afugentar parceiros, pesquisadores e equipes técnicas, cada qual com sua rotina de trabalho e demandas particulares.

Destaque-se o aspecto mencionado pelo entrevistado I1 que pontuou que a sistemática, a depender do grau de convergência daqueles responsáveis por abordar determinado tema, pode gerar reuniões específicas e oficinas para se

chegar a um consenso. Essa característica se alinha com o espírito colaborativo e horizontalizado das discussões, como citado pelo entrevistado I2.

Em que pese poder ser questionada a periodicidade do monitoramento e o grau de aderência entre o que se propõe nos relatórios face ao que se pauta e se executa de fato em termos de políticas públicas no município, que nem sempre é perceptível, a sistemática adotada não prejudica a continuidade e o aprimoramento da experiência.

Sobre o eventual **alinhamento do trabalho realizado com a agenda 2030 e seus ODS**, de plano convém salientar que sua interpretação e implementação acabou se tornando pulverizada, moldada conforme as características do ente federativo, empresa ou instituição. No caso brasileiro, a pouca e descontinuada interlocução do Governo Federal, destacada pelos entrevistados I1, I2 e I3, ocasionou contextos próprios e mecanismos diversos de sua visualização.

Especificamente sobre a prática de Belo Horizonte de incorporar em seus instrumentos de planejamento as premissas da Agenda 2030, evidencia-se como uma experiência inovadora e convergente com o que se propõe para os ODS, como destacado pelos entrevistados I2, I3, I4 e I5.

O grau de adaptação da experiência à realidade local, como citado pelo entrevistado I4, manifesto pelo orçamento temático, painéis de monitoramento, PPAG e plano diretor (lembrados pelos entrevistados I1, I2 e I5), assim como a aderência à atuação dos órgãos de controle (relatado pelo entrevistado I3), conferem ao estudo de caso uma singularidade destacada inclusive internacionalmente (como pontuado pelos entrevistados E1 e E2).

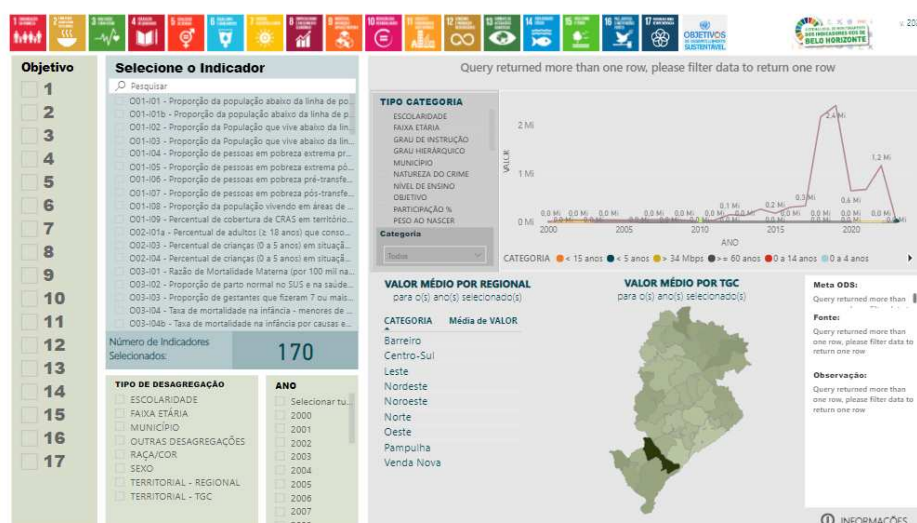
Tais depoimentos, tanto no âmbito interno da PBH, quanto de quem opera internacionalmente agendas multilaterais, credencia a experiência a ser um referencial relevante.

Tratando da capacidade de **inovação e o emprego de tecnologias**, o entrevistado E1 reconhece que a *internet*, os meios de comunicação modernos e a profusão de informações certamente contribuem para que a população tenha mais acesso a discussões e aos rumos tomados na comunidade, município, estado ou país em que vive.

Nessa linha, a experiência adotada pelo município investigado se associa a tais premissas, na medida em que toda a documentação produzida (relatórios, revistas, cartilha, entre outras) se encontra à disposição de qualquer cidadão.

Inovações nesse campo também puderam ser notadas no caso analisado, uma delas o painel de indicadores ODS, composto por 162 indicadores correspondentes aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sempre que possível desagregados pelos critérios sexo, raça/cor, região administrativa e território de gestão compartilhada (vide figura 40). Essa ferramenta pode ser acessada por qualquer cidadão, que pode customizar sua necessidade de informação pela ferramenta *power BI*, sendo também disponibilizados em formato aberto, algo citado como ponto positivo pelo entrevistado P1.

Figura 34: Painel de Indicadores ODS



Fonte: BELO HORIZONTE, 2019

Mais uma inovação trazida do ponto de vista tecnológico e de metodológico é o Orçamento temático ODS. Como registrado em seção anterior deste trabalho, o município desenvolveu uma ferramenta capaz de apurar os recursos investidos em ações de políticas públicas municipais relacionadas aos ODS. São agrupadas desde então as despesas, a partir de experiências anteriores como o Orçamento da Criança e do Adolescente, o Orçamento do Idoso e o Orçamento da Pessoa com Deficiência.

Destarte, no campo da inovação e tecnologia, a experiência investigada demonstra que há uma preocupação da equipe responsável com o

desenvolvimento de metodologias, incorporação de novas tecnologias e geração de conteúdo mais acessível.

4.5.3 Dimensão substantiva (principiológica)

A "dimensão substantiva" ou "principiológica", para as finalidades desse trabalho, refere-se aos princípios fundamentais, valores e normas que orientam e dão substância às instituições e práticas. Enquanto a dimensão institucional se concentra nas estruturas organizacionais, a dimensão técnica se coaduna com a capacidade de implementação e desenvolvimento de projetos, a dimensão substantiva, por sua vez, se concentra nos princípios subjacentes que informam e justificam essas estruturas e projetos.

Esses princípios podem incluir ideais como justiça, igualdade, liberdade, solidariedade, dignidade humana, entre outros. Eles fornecem as bases éticas e morais para as políticas, leis e práticas que governam uma sociedade.

Eles guiam (ou deveriam guiar) a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões governamentais. Nessa perspectiva, a dimensão substantiva é fundamental para entender não apenas como as instituições funcionam, mas também qual é o propósito e o significado por trás delas.

Para os fins deste trabalho, selecionou-se a sustentabilidade, redução de desigualdades, participação e controle social como as categorias que guardam uma relação mais íntima com o objeto analisado.

No campo da **sustentabilidade**, há que se mencionar de início que a experiência de Belo Horizonte analisada isoladamente por si só não assegura incremento ou ganhos substanciais em aspectos da sustentabilidade do município. Muito mais do que balizar as ações sob o manto da agenda 2030 ou mesmo uma camada de instrumentos de planejamento, notadamente o PPAG e plano diretor, há que se conceber políticas finalísticas que de fato sirvam para melhorar a situação local.

Nesse aspecto, muito embora não seja objeto do trabalho, registra-se que o município investigado possui algumas iniciativas planejadas com o fito específico no meio ambiente, a exemplo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS-BH), o Plano de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (PREGEE), e o Plano Local de Ação Climática (Plac) de Belo

Horizonte, documento que traz estudos técnicos e traça um quadro de ações a serem implementadas para enfrentar o aquecimento global (BELO HORIZONTE, 2022a).

Todavia, os próprios entrevistados E1 e E2 alertam para a emergência de uma situação em que medidas mais fortes deverão ser tomadas para mitigar os efeitos sobre o ecossistema antes de 2030.

No caso de Belo Horizonte, essa agenda também tem muito a avançar ainda, como destaca o entrevistado I1, constituindo-se em um grande desafio a ser pensado. Apesar de ocorrerem avanços, eles são tímidos e aquém do necessário, conforme cita o mesmo entrevistado. O contexto da economia circular, por exemplo, ainda é pouco explorado no meio acadêmico e na formulação de políticas públicas. Iniciativas dessa natureza merecem avançar, dialogando com as perspectivas de desenvolvimento sustentável, agenda ESG e cidades sustentáveis.

Tratando agora da **participação e controle social**, como referenciado anteriormente neste trabalho e, também, nos depoimentos colhidos dos entrevistados I1, I2, I3 e I4, Belo Horizonte marca-se, em sua trajetória das últimas décadas, por prestigiar e consagrar instrumentos diversos de participação social, contribuindo em um primeiro momento para haver uma real e importante discussão acerca do planejamento na PBH no âmbito do Observatório.

O entrevistado I4 chega a mencionar que à época da implantação do Observatório do Milênio houve uma grande “articulação com os setores da sociedade civil organizada, inclusive com diversas lideranças que participavam do Orçamento Participativo e que estiveram presentes nessa discussão”. Contudo, como mencionado pelo entrevistado I2, alguns parceiros da sociedade civil e de organizações não governamentais foram se afastando mais adiante das discussões, mantendo-se a parceria técnica e acadêmica com as instituições de ensino e pesquisa.

Nesse aspecto, tem-se a compreensão que a experiência de Belo Horizonte perdeu fôlego no componente de participação e consulta popular ao longo de sua trajetória, mantendo-se, todavia, o aspecto da transparência, sobretudo do ponto de vista da divulgação dos documentos elaborados.

A título de contribuição, poder-se-ia tentar angariar outros parceiros para a iniciativa (que não do meio acadêmico), como forma de dar maior pluralidade e riqueza nas discussões, muitas delas com informações robustas sobre o retrato e a trajetória de temáticas da cidade.

Outra categoria relevante da dimensão substantiva diz respeito à **redução das desigualdades**. Os dados coletados nos relatórios produzidos e aqui mencionados apresentam condições de revelar situações distintas, a depender do território analisado, gênero e raça, por exemplo.

Estas diferenças são visíveis a partir do momento em que se consegue desagregar indicadores (algo que a equipe técnica realiza sempre que possível), conforme assinalados pelos entrevistados I1 e I5. A partir desses dados, notadamente mais completos e complexos com os relatórios de acompanhamento dos ODS (seção 4.3.3 deste trabalho), as políticas públicas mereceriam ser pautadas com tal finalidade (redução de desigualdades).

Nessa perspectiva, entende-se que a experiência de Belo Horizonte também pode ser aperfeiçoada, de modo a que as informações produzidas sejam tomadas como principal referencial balizador da concepção de novas políticas públicas, ou mesmo de correção de rota para aquelas já em andamento.

Sobre esta possibilidade, o entrevistado I2 comenta que as informações produzidas geram subsídios à tomada de decisão. Todavia, nenhum dos entrevistados reconhece um fluxo institucionalizado de apropriação dessas informações produzidas para pautar efetivamente as políticas públicas do município. Tais iniciativas quando ocorrem são pontuais e muitas vezes derivadas de planos setoriais como o saneamento, conforme relatado pelo entrevistado I1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações no clima se tornam cada vez mais evidentes, com uma frequência e intensidade crescentes, impactando os ecossistemas globais. Os efeitos do aquecimento global se fazem sentir por meio de eventos climáticos extremos, alterações nos padrões de precipitação, aumento de incêndios florestais, desertificação, ondas de calor, derretimento de geleiras e glaciares, entre outras manifestações ambientais preocupantes em todo o mundo. Esses fenômenos acabam por atingir de forma mais severa as comunidades de baixa renda, expondo-as às oscilações climáticas, muitas vezes agravando sua situação de vulnerabilidade social e econômica.

No campo das discussões ambientais internacionais, a emergência de organismos, institutos, ferramentas e arranjos diplomáticos, as chamadas *soft laws* propiciam a governança a partir de novos intervenientes, de modo a tentar de compreender e impulsionar o avanço e o sucesso de iniciativas ambiciosas como a Agenda 2030.

Inseridos nessa perspectiva, os organismos multilaterais, por terem em sua natureza uma composição plural e em tese procurar objetivos de convergência para uma melhoria global, nem sempre dispõem de instrumentos robustos para levar adiante temas mais polêmicos e que não são consensuais. Assim, não é de se surpreender que nos dias atuais a ONU (e suas diferentes agências) sofram com crises de confiança, acusações de parcialidade, incapacidade de solucionar problemas históricos e conflitos das nações.

A agenda 2030 e seus ODS trazem em seu conteúdo um desafio global, alinhando aspectos ambientais, econômicos e sociais. Cada nação, província, estado, município ou organização privada tem um longo caminho pela frente, levando em consideração o curto prazo de 7 anos para o encerramento da agenda. E por mais que não se tenha um conceito único e acabado sobre a noção de desenvolvimento sustentável ou aspectos que melhor assegurem a sustentabilidade, há que se reconhecer que a agenda global cumpre um importante papel de mobilizar instituições, estruturas e sociedade civil. Caso contrário, depender somente de iniciativas isoladas não ocasiona motivação suficiente para a consecução de projetos mais audaciosos.

Ressalte-se que agendas de médio e longo prazo, por sua vez, são sujeitas a dinâmicas do contexto político-institucional, não sendo incomum revisões, reorientações, perda de prioridade mudança de foco ou mesmo abandono puro e simples. São exemplos trazidos nesta pesquisa, o caso de Nova Iguaçu/RJ, cuja iniciativa de observatório local foi descontinuada, bem como o Governo Federal, que mesmo com histórico de ser protagonista em atividades diplomáticas, viveu um período de obscurantismo e descrédito em relação a iniciativas de cunho global.

O trajeto percorrido pela pesquisa, por meio do estudo de caso do Observatório do Milênio, do monitoramento das agendas ODM e ODS em Belo Horizonte, bem como a instituição de mecanismos perenes em seu planejamento local, vislumbram-se algumas considerações relevantes, capazes de gerar reflexões e debates.

Os achados da pesquisa apontam para a existência de uma experiência bastante singular, longa, reconhecida internamente, externamente e pelos parceiros como muito rica, especialmente do ponto de vista de produção e disponibilização de dados, informações e instituição de uma rede colaborativa, com parceiros voluntários, de cunho eminentemente técnico.

Percebe-se que a unidade de análise investigada empreendeu um compromisso formal com a UN-Habitat, do qual teve início a estruturação dos trabalhos, a constituição das equipes e o delineamento das ações empreendidas. Nessa linha, diversos aspectos considerados como basilares pela agência multilateral foram efetivamente observados pelo ente municipal, inicialmente agregando participação social, conjugada com instituições de ensino e pesquisa.

Do ponto de vista das 3 dimensões de análise elencadas para este trabalho (institucional, técnica e substantiva), algumas categorias se mostraram mais evidentes. Em apertada síntese, pode-se perceber que o envolvimento e apoio da alta administração, a articulação com parceiros e cooperação, a resiliência institucional, monitoramento e avaliação, alinhamento com os ODS, inovação e tecnologia são categorias bastante evidentes no estudo de caso, em grau consideravelmente elevado, o que contribuiu para sua continuidade e reivenção ao longo do tempo. Nem mesmo mudanças de governo e a transição da agendas foram suficientes para descontinuar a experiência, que agregou componentes, análises mais aprofundadas e instrumentos de transparência.

Outras categorias, sobretudo aquelas associadas à dimensão substantiva, na análise da experiência se mostraram menos vigorosas e sugerem oportunidades de melhoria e aprimoramento, consubstanciadas na sustentabilidade, redução das desigualdades, participação e controle social. Nesta categoria de análise em especial, percebem-se pelos relatos e documentos que houve um certo retrocesso. Contudo, como a transparência restou inabalada, há meios para que se exerça maior controle social e ampliação da participação.

Em linhas gerais, ainda que em momentos pontuais possam ter ocorrido avanços na experiência investigada, alguns pontos carecem de maior institucionalização e sistematização para gerar efeitos irradiadores para a administração municipal no cerne de suas políticas públicas. A partir das informações coletadas e das entrevistas realizadas, entende-se que a alocação de recursos financeiros específicos para a iniciativa, fomentando atividades outras de engajamento, capacitação e disseminação de práticas, notadamente para a sociedade civil, poderia desencadear novas dinâmicas de ampliação do trabalho, reconhecidamente de boa robustez técnica.

Destaque-se que a presente dissertação não se inclinou a avaliar aspectos relacionados à eficácia da agenda 2030, nem se ela efetivamente já desencadeou resultados concretos no município investigado. Todavia, espera-se que o trabalho tenha permitido reflexões e debates sobre como a agenda se inseriu no contexto das políticas públicas e do planejamento da administração.

Sobre esse aspecto, há que se reconhecer que o modelo de planejamento adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte, ao assumir o compromisso de se integrar à agenda 2030 e aos seus ODS, prestigia o protagonismo da capital na compreensão dos desafios que atingem a sua população. De igual modo, caminha para o alinhamento mais potente de suas políticas públicas aos marcos globais de desenvolvimento, a partir da institucionalização observada nos principais instrumentos de planejamento do município. Esse alinhamento entre os ODS e as ações de planejamento permite aprimorar aspectos de transparência e auxilia na compreensão de como efetivamente os recursos públicos locais se inserem em uma agenda global.

Como abordado em seções anteriores deste trabalho, o modelo de planejamento adotado valendo-se dos ODS e da agenda 2030 também

apresenta limitações. Mesmo com sua trajetória longa e de reinvigoração do monitoramento no percurso investigado, a dificuldade de participação popular maciça e a falta de formulação de cenários de risco afloram. Mesmo que a experiência esteja consumada do ponto de vista da institucionalização, o que em tese demanda menos patrocínio político-institucional, em um processo de maturação da experiência há que se pensar na ampliação das interseções do planejamento com outras instâncias colegiadas, a exemplo dos conselhos temáticos e de planos setoriais. Tais iniciativas convergem para que efetivamente se pautem a definição e realinhamento das políticas públicas do município, tomando-se por base a importância do apoio técnico e conceitual. Sinteticamente, encarar os desafios de se ampliar os canais de participação, negociar com *stakeholders*, mapear riscos e unir-se a temáticas específicas são ações desejáveis para se aprimorar no modelo vigente.

Ressalte-se que tendo em vista que a implementação eficaz dos ODS ocorre no nível local, e considerando que os países em desenvolvimento enfrentam pressões que limitam o debate, a barreira para a governança ambiental global é a inação. Os riscos aumentam especialmente em contextos de regulamentação pública ou avaliação por entidades externas. Adotar abordagens de governança multiníveis, que incluam diferentes partes interessadas, pode auxiliar na superação de lacunas deixadas pela legislação nacional ou abordar áreas onde as iniciativas públicas são insuficientes.

Impende salientar que não se constituiu objetivo da pesquisa a investigação pormenorizada de um ou outro ODS específico, apartado dos demais. O trabalho, ao contextualizar por meio de exemplos no capítulo 4, teve o condão de focar os aspectos da produção de informações pela equipe responsável, o aprofundamento do nível técnico das análises, a própria utilidade para a formulação e reordenamento das políticas públicas. O estudo específico e o efeito desencadeador para um ODS específico dos dezessete, analisando comportamento e repercussões mereceriam estudos particulares.

A pesquisa não se dignou a fazer generalizações nem a comparar experiências distintas de utilização dos ODS e da agenda 2030 em instrumentos de planejamento. Quando trouxe à baila outras iniciativas de entes federativos, a ideia residiu na contextualização da experiência do estudo de caso único propositalmente selecionado, a partir da metodologia adotada neste trabalho.

Nesse aspecto, vale acentuar que a eventual eficácia de tais agendas multilaterais podem se constituir objetos de outras pesquisas específicas.

Convém salientar que o processo de institucionalização da experiência, positivado nos instrumentos normativos citados ao longo desta pesquisa, bem como os depoimentos colhidos e o levantamento documental empreendido, podem contribuir para debates e reflexões no caso de se replicar determinadas práticas da experiência de Belo Horizonte, adaptando-se à realidade local.

A investigação realizada encontrou desafios em virtude da característica de o tema ser recente e em expansão, assumindo diferentes interpretações e experiências consignadas em outras realidades. Dentre as limitações do trabalho, ressalte-se a ausência de análise de levantamento de dados e percepções junto a instituições da sociedade civil, entidades classistas, além dos órgãos de controle externo. De igual modo, a pesquisa não incluiu depoimentos de agentes públicos que não laboram diretamente com o tema.

Espera-se que o trabalho realizado colabore com a discussão no campo de estudos em que se insere, permitindo diferentes atores e observadores a compreender a trajetória do caso investigado. De forma prática, muitos governos locais padecem de ausência de capacidade institucional e técnica para implantar programas e políticas públicas robustas e de validade acadêmica, de modo a que a experiência de Belo Horizonte e o seu legado permitem que sejam compreendidos aspectos basilares para seu sucesso e continuidade.

Diante do contexto apresentado, sugerem-se investigações complementares ao longo da execução da agenda 2030 e de seus ODS, a fim de verificar diferentes modelagens, uso de instrumentos e institucionalização de experiências, algo necessário ao entendimento de temáticas e abordagens de médio e longo prazos.

Moldada a partir da *expertise* acumulada com a implantação e monitoramento dos ODM, agenda 2030 e seus ODS, consignado nos instrumentos de planejamento e valendo-se do Observatório do Milênio como farol de produção de informações e conhecimento, a experiência municipal representa uma boa iniciativa de se pautar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações governamentais, movendo-se na direção de ser um indutor local rumo ao ansiado desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, W. M. D.; GUIMARÃES, D. R. **Gestão do orçamento público**. Brasília. 2014.

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: **Cadernos ENAP**; n. 10, p.52, 1997.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam – as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Elsevier / Campos, 2012.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara dos Deputados**, 2019. Bolsonaro sanciona PPA com veto a metas de desenvolvimento sustentável da ONU. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/629391-bolsonaro-sanciona-ppa-com-veto-a-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> . Acesso em: 11 abr.2023

AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. **Senado Federal**, 2019. Bolsonaro sanciona Plano Plurianual para o período 2020-2023. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/30/bolsonaro-sanciona-plano-plurianual-para-o-periodo-2020-2023> . Acesso em: 11 abr.2023.

ALABÉS, Guillermo. El sentido y el interés del Observatorio de Políticas Públicas del Cuerpo de Administradores Gubernamentales/**Anais do Cuarto Congreso Argentino de Administración Pública**. Sociedad, Gobierno y Administración, Buenos Aires. 2007.

ALAHNA G., Leopoldo; LAWTON, Jorge. **Observatorio Mesoamericano de Transporte de carga y Logística**. Georgia Tech Panamá. 2015. Disponível em: www.gatech.pa/docs/publications/es/GTP-NP/GTP-NP-15-03-Observatorio-Mesoamericano-es.pdf . Acesso em 14 nov. 2023.

ALBORNOZ, L. A.; HERSCHMANN, M. (2006). Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** (E-Compós), 7, 1-20.

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p. Disponível em Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2411> . Acesso em: 21 out.2023

ALLEGRETTI, Giovanni; HERZBERG, Carsten. **El retorno de las carabelas: los presupuestos participativos de América Latina en el contexto europeo**. Amsterdam: TNI Working Paper, 2004.

ALMEIDA, Debora Rezende. Representação política: a virada construtivista e o paradoxo entre criação e autonomia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n.97, 2018. Disponível em: www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6zw8tpctvpqGpSmNMV8F66Q/?lang=pt&format=pdf . Acesso em 20 dez.2022

ÁLVAREZ-LOBATO, J., CHÁVEZ-SOTO, T., GARROCHO-RANGEL, C. “El observatorio metropolitano de Toluca: lecciones, propuestas y desafíos”. **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. 7, no. 25, 2007, pp.157- 214.

AMARAL, V. G. **Política e Resolução de Conflitos Urbanos: o caso do Aterro Sanitário de Belo Horizonte/MG**. 2006. 140 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ANDION, M.C.M. Social innovation, experimentalism and public governance: an ethnographical approach to study public arenas in the city IX. **Encontro de Administração Pública da ANPAD VI**, EnAPG, 2022 (Online). Disponível em <http://anpad.com.br/uploads/articles/119/approved/e02a35b1563d0db53486ec068ebab80f.pdf> . Acesso em 10 abr. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva: história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BATISTA, A. D.; SCHNEIDER, V.; SELL, D.; PACHECO, R. C. S. Processo de engenharia do conhecimento para observatórios. VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação (CiKi). 2017.

BELO HORIZONTE. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Belo Horizonte**. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Belo Horizonte: SMPOG, 2022. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

_____. Plano Local de Ação Climática de Belo Horizonte (PLAC). 2022a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/meio-ambiente/plano-local-de-acao-climatica-de-belo-horizonte> . Acesso em: 11 abr. 2023

_____. **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão**, 2019. Observatório do milênio. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . 2019. Acesso em: 11 abr. 2023.

_____. **Metodologia do Orçamento temático dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável - ODS**. Nota Técnica GEIND/DIPL. Belo Horizonte: outubro, 2019a. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/orcamento-tematico>. Acesso em 14 dez. 2023.

_____. **Decreto municipal nº 17.135, de 11 de julho de 2019**. Estabelece a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas como referência para o planejamento de médio e longo prazo das políticas públicas municipais. 2019b. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11065/2017> . 2017. Acesso em 27 dez. 2023.

_____. **Lei n. 11.181, de 8 de agosto de 2019**. Aprova o Plano Diretor do município de Belo Horizonte e dá outras providências. 2019c.

Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019> . Acesso em: 11 dez 2023.

_____. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Belo Horizonte.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Belo Horizonte: SMPOG, 2018. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

_____. **Lei nº 11.065, de 1º de agosto de 2017.** Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e detalha o funcionamento do Contrato de Metas e Desempenho. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11065/2017> . 2017. Acesso em 21 dez. 2021.

_____. **Lei nº 11.098, de 29 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2018-2021. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11098/2017> . 2017a. Acesso em 21 dez. 2021.

_____. **Decreto 16.682, de 31 de agosto de 2017.** Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/16682/2017> . 2017b. Acesso em 21 dez. 2021.

_____. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Belo Horizonte.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. Belo Horizonte: SMPL, 2014. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

_____. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Belo Horizonte.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. Belo Horizonte: SMPL, 2010. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

_____. **Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte – v. 1, n.º 1. Belo Horizonte: SMPL, 2008. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

_____. **Relatório de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Belo Horizonte.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. Belo Horizonte: SMPL, 2008a. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

_____. **Protocolo de intenções para a criação do observatório urbano de Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 2006.

_____. **Relatório do Perfil ODM de Belo Horizonte.** Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação. Belo Horizonte: SMPL, 2006a. Disponível em

<https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

BENJAMIN, Antonio *et al.* **Oslo Principles on global climate change obligations.** 2015. em: <https://globaljustice.yale.edu/sites/default/files/files/OsloPrinciples.pdf> . Acesso em 7 jan. 2024.

BERKES, F.; FOLKE, C. (1998) Linking Social and Ecological Systems for Resilience and Sustainability. In: **Berkes, F., Folke, C. and Colding, J., Eds., Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience.** Cambridge University Press, New York. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/298463007_Berkes_F_and_C_Folke_editors_1998_Linked_Social_and_Ecological_Systems_Management_Practices_and_Social_Mechanisms_for_Building_Resilience_Cambridge_University_Press_New_York . Acesso em: 14 jul. 2023.

BEUTTENMULLER, G. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações.** Dissertação de mestrado,. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007. Disponível em <https://repositorio.fgv.br/items/c85b0b11-5059-4d00-a98d-e87fb33c1e42> . Acesso em 02 dez. 2023.

BORGES, Ana Cláudia Castro Silva. **Governança orçamentária e gasto público no Brasil:** uma abordagem institucional do processo de definição da despesa em âmbito federal. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Administração: Universidade de Brasília. 2015. Disponível em https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_833ea3c9103eea696a236db6c091b89d . Acesso em 11 nov.2023

BOTERO, S., QUIROZ, J. Los observatorios como herramientas de gobierno en las políticas públicas: descripción de sus orígenes, dinámicas y problemáticas, em Eslava, Adolfo (Ed.) La investigación de las políticas públicas: contribuciones desde la academia, Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias humanas y económicas, **Red Antioqueña de Políticas Públicas (RAPP)**, Colômbia, 181-207.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm . Acesso em: 21 dez 2021.

BRASIL. **Guia de Apoio para o Alcance das Metas - Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2013. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://encontrocomprefeitos.portalfederativo.gov.br/arquivos/Agenda_completa.pdf . Acesso em 11 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto presidencial, de 31 de outubro de 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm . Acesso em: 21 dez 2021.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm . Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. **Orçamento Público: conceitos básicos. Módulo 2 – enfoques do orçamento**. Brasília, DF: ENAP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2287/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%BAblico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%282%29.pdf> . Acesso em: 21 dez 2021.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Histórico ODM**. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em: http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/copy_of_historico-odm. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. A participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas: alcances e limites. In: FAHEL, Murilo e NEVES, Jorge (Org.). **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora PUC-MG, 2007.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. Democracia participativa e política urbana na experiência de Belo Horizonte a partir dos anos 1990. **Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte**. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte – v. 2, n.º 1, pp.25-42. Belo Horizonte: SMPL, 2009. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

BRAZ, Paula. Observatórios: modo de conhecer. Observatório de Governança Municipal de Fortaleza. **Repositório Unisinos**, V Seminário Observatórios, pp. 1-18, 2015.

CAMARDELO, A.M.P, FERRI, C. A importância da categoria participação nas políticas de conservação do meio ambiente a partir do disposto na ECO-92 e Rio+20. 39-58 *in* **Poder de polícia, desenvolvimento sustentável e socioambientalismo**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Magno-Gomes/publication/334093303_Poder_de_Policia_Developmento_Sustentavel_e_Socioambientalismo/links/5d160d44a6fdcc2462ac6bc4/Poder-de-Policia-Desenvolvimento-Sustentavel-e-Socioambientalismo.pdf#page=39 Acesso em: 21 nov. 2022.

CAFFARO, Alice Junqueira Terra, CÂNDIDO, Ricardo Batista; HUGHES, Pedro Javier Aguerre, YAMANAKA, Thaisa Bechelli. Agenda 2030: uma agenda global para o desenvolvimento sustentável. p.10-22 *in* **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Práticas para o alcance da agenda 2030**: primeira parte/ Organizadores: Marcia Aparecida Sartori, Sérgio Marcus Nogueira Tavares, Tassiane Boreli Pinato. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2020. 142p. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/344754153_Agenda_2030_uma_agenda_global_para_o_desenvolvimento_sustentavel . Acesso em 19 dez. 2023.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado**. Brasília: Ipea, mar. 2011. (Texto para Discussão, n. 1.584).

CARNEIRO, R. O planejamento na esfera pública revisitado: lições, avanços e retrocessos desde a Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Campo de Públicas: Conexões e Experiências, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 30-50, 2022. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/v-1-n-1-2021-edicao-especial-sobre-planejamento> . Acesso em: 14 mar. 2023.

CARNEIRO, R. Planejamento na esfera pública: fundamentos teóricos, possibilidades e limites operacionais. In: CARNEIRO, C. B. L.; COSTA, B. L. (org.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, v. 2, 2004, p. 47-68.

CARNEIRO, R.; BRASIL, F. P. D. O papel do Estado e as reformas na Administração Pública: da Constituição Federal de 1988 ao contexto Pós Pandemia. **Textos para Discussão nº 49**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

CARNEIRO, R.; MENICUCCI, T. M. G. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. Texto para discussão 1686. Brasília: IPEA, 2011.

CAVALCANTE, P. Desmantelando o Estado Social Brasileiro: causas, estratégias e consequências. Política. Blog Gestão Política e Sociedade, Estadão, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-esociedade/desmantelando-o-estado-social-brasileiro-causas-estrategias-econsequencias/> . Acesso em: 11 mar. 2024.

CEARÁ. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Metodologia de Elaboração do PPA 2020-2023**. Fortaleza/CE, 2020. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/11/Metodologia-de-Elaboracao-do-PPA-2020-2023.pdf> Acesso em: 21 nov. 2022.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, 2012, vol.46, n.4, pp. 993-1016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n4/a05v46n4.pdf> . Acesso em: 21 dez. 2021.

CMMAD. Relatório de Brundtland. 2ª ed. **Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Noss_o%20Futuro%20Comum.pdf . Acesso em: 22.nov.2022

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros: o que os gestores municipais precisam saber**. Brasília, DF: CNM, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS->

[Objetivos de Desenvolvimento Sustentavel nos Municipios Brasileiros.pdf](#) . Acesso em: 20 dez de 2021.

COSTA, Heloísa S. de M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], n. 2, p. 55, 2000. DOI: 10.22296/2317-1529.2000n2p55.

CRUTZEN, P.J. and STOERMER, E.F. (2000) The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*, 41, 17. Disponível em [https://www.scirp.org/\(S\(351jmbntvnsjt1aadkozje\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1294525](https://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkozje))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=1294525) Acesso em 11 jul. 2023

CUNHA, C. **O Plano Plurianual como instrumento de Planejamento e Gestão**. Conclusão de Especialização em Administração Pública. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70067> . Acesso em 31 nov. 2023.

CUNILL GRAU, N. Responsabilización por el control social. *In*: CLAD. **La Responsabilización en la Nueva Gestión Pública Latinoamericana**. Buenos Aires: CLAD. BID. Eudeba. 2000.

DAGNINO, E.. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In A. Grimson (Ed.), **La cultura en las crisis latinoamericanas** (pp. 195-216). Buenos Aires, 2004.

DE GROOT, R. (coordenador). *Integrating the ecological and economic dimensions in biodiversity and ecosystem service valuation* (Chapter 1) *in The Economics of Ecosystems & Biodiversity* (TEEB). 2010

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. **Histórico e desafios na pecuária bovina na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2020. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/213633/1/Doc454.pdf> . Acesso em 21 dez. 2023.

FARIAS, Valéria Cristina; REI, Fernando Cardozo Fernandes. Reflexos jurídicos da governança global subnacional, a paradiplomacia e o direito internacional: desafio ou acomodação. **Revista de Direito Internacional (Brazilian Journal of International Law)**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306300315_Reflexos_juridicos_da_governanca_global_subnacional_a_paradiplomacia_e_o_direito_internacional_de_safio_ou_acomodacao . Acesso em 11 nov. 2023

FEIL, A. A. (2022). Níveis de sustentabilidade: Revisão sistemática da literatura. **REUNIR Revista De Administração Contabilidade E Sustentabilidade**, 12(4), 81-93. Disponível em: <https://doi.org/10.18696/reunir.v12i4.1146> . Acesso em 14 jul. 2023.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 65-94. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3Z88sCrZZbTrnKy5SW6j6MK/abstract/?lang=pt#MoDalDownloads> . Acesso em 19 dez. 2021.

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS. Tratado das ONGs. Rio de Janeiro: Instituto de Ecologia e Desenvolvimento, 1992.

FRANCHINI, M.; VIOLA, E.; BARROS-PLATIAU, A. F. Los desafíos del Antropoceno: de la política ambiental internacional hacia la gobernanza global. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, XX, n. 3, jul.-set. 2017. 179-206.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 4ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. **Estratégia ODS**, 2020. Planejamento Municipal e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2020/02/livreto-fnp.pdf> . Acesso em: 11 abr.2023

GAJEVIC, Sayegh, A. Justice in a non-ideal world: The case of climate change. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, 1-26, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13698230.2016.1144367> .

GASKELL, George. (2002). **Entrevistas Individuais e Grupais**. in M. W. Bauer; G. Gaskell (org.), Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático. Petrópolis, Editora Vozes.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16ª. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> . Acesso em: 23 dez. 2021.

HARTMANN, Olivier (2013). **Corridor Transport Observatory Guidelines Africa Transport Policy Program (SSATP)**, The World Bank Group: Washington DC, 2013.

HARVEY, DAVID. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEIDEMAN, F. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. in: HEIDMANN, F.; SALM, J.F. (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora da UnB, 2006.

HOGAN, D. J. População e Meio Ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. In: HOGAN D. J. (Org.) **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo, 2007.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: Embrapa-SPI; Belém: Embrapa CPATU, 1998. Disponível em <file:///C:/Users/pr128836/Downloads/Amazonia-Meio-ambiente-e-desenvolvimento.pdf> . Acesso em 21 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Atlas Nacional Digital do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional. Acesso em: 26 dez. 2023.

_____. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Policy Brief em questão. Evidências para políticas públicas, nº 21. Desmonte de políticas federais no Brasil. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11636/1/EmQuestao_n21_Desmonte.pdf . Acesso em: 14 mar. 2024.

_____. Texto para discussão 2549. **A função dos planos plurianuais no direcionamento dos orçamentos anuais: avaliação da trajetória dos PPAs no cumprimento da sua missão constitucional e o lugar do PPA 2020-2023.** Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9801/1/td_2549.pdf . Acesso em: 14 nov. 2022.

_____. **ODS - Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Proposta de adequação.** Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8636/1/Agenda%202030%20ODS%20Metas%20Nac%20dos%20Obj%20de%20Desenv%20Susten%202018.pdf> . Acesso em: 21 dez. 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Relatório síntese AR6.** 2023. Disponível em https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf . Acesso em 14 jan. 2024

IRACHETA CENECORTA, A. Observar la ciudad científicamente para entender más y actuar mejor. **Revista Ciudades.** Agenda Habitat, n. 68, p. 12-20, 2005.

JULIÃO, Letícia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). **BH: Horizontes históricos.** Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

KATES, R.W., PARRIS, T.M. and LEISEROWITZ, A.A. (2005) **What Is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values, and Practice.** *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 47, 8-21. Disponível em <https://doi.org/10.1080/00139157.2005.10524444> . Acesso em 22 nov. 2022.

KENNY, C. e SUMNER, A. More Money or More Development: What have the MDG Achieved? Working Paper 278, **Center for Global Development.** 2011. Disponível em https://www.cgdev.org/files/1425806_file_Kenny_Sumner_MDGs_FINAL.pdf . Acesso em 14 dez 2023.

LANCET AND LONDON INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTRE COMMISSION. **The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015.** 2010. Disponível em <https://www.thelancet.com/> . Acesso em 14 dez 2023.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed. 1999.

LEIS, H. R.. Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 31, p. 79–98, dez. 1993.

LYRA. Rubens Pinto. Os conselhos de direitos do homem e do cidadão e a democracia participativa. **Revista de informação legislativa do Senado Federal.** Brasília, ano 33, nº. 130, abr./jun. 1996.

LOPES, Carlos Thomaz G. **Planejamento, Estado e Crescimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1990.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

LUKOSEVICIUS, A. P.; GUIMARÃES, J. C. Uso do Método Estudo de Caso em Pesquisas de Gerenciamento de Projetos. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 9, n. 2, p. 20-35, 2018. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50862/uso-do-metodo-estudo-de-caso-em-pesquisas-de-gerenciamento-de-projetos> . Acesso em 14 dez. 2023 .

MACHADO, Daniel Baldin. Sete elementos do processo de seleção de casos: contribuições para um maior rigor e transparência nas Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

MAGALHÃES, T.; ANDION, C.; ALPERSTEDT, G. D. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE.BR**, 18(Especial), 2020. 680–696. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cebape/a/xX7FZ3gCTF6dQmngJyBzKPv/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 18 nov. 2023.

MARTINS, J. (2007). **Algumas questões em torno da problemática dos observatórios**. Disponível em http://www.fpce.up.pt/ciie/OCE/docs/Problematica_Observatorios.pdf . Acesso em 18 nov. 2023

MAZZOTI, J. A. Usos e abusos dos estudos de caso. **Revista cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651. set./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742006000300007&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 16 jul. 2021.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **The limits to growth & a report for The Club of Rome's project on the predicament of mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A Análise de Conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 47, nº 165, jul-set., 2017.

MINAS GERAIS. Agência Minas de Notícias. **Prêmios Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são lançados em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 4 de julho de 2013. Disponível em <https://www.2005-2015.agenciaminas.mg.gov.br/multimedia/galerias/premios-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio-sao-lancados-em-belo-horizonte-2/> . Acesso em 7 dez. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 17, no. 3: 621-626.

MITCHAM, C. The concept of sustainable development: its origins and ambivalence. *Technology in Society*, v. 17, n. 3, p. 311-326, 1995.

MORAIS, N. (2018). **Observatórios de políticas públicas: um estudo sobre a mobilização de conhecimentos para a democratização da elaboração e**

controle das políticas (Tese de Doutorado). Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

MOTA, José Aroudo et al. Trajetória da Governança Ambiental. **Regional e Urbano**. Brasília: Ipea, 2008, p.11-20.

MOTTA, P. R. M.. O estado da arte da gestão pública. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **São Paulo**, 2020. Agenda Municipal 2030. Disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/arquivos/Agenda%202030/AgendaMunicipal2030_ComissaoMunicipalODS_08_07_2021_6MB.pdf . Acesso em: 11 abr.2023

NASCIMENTO, E. P. do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *In*. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NASSER, Salem Hikmat. **Fontes e Normas do Direito Internacional: um Estudo sobre a soft law**. Edição: 2a ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NOVECK, Beth Simone. **Smart Citizens, Smarter State: The Technologies of Expertise and the Future of Governing**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

OLIVEIRA, D.P.R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 22ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [s. l.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel> . Acesso em: 22 jul. 2022

ONU. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. **Declaração de Estocolmo**. Estocolmo, Suécia: 1972. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>. Acesso em 19 dez. 2021.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992, Rio de Janeiro. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, 1996.

ORTEGA, C.; DEL VALLE, R. Nuevos retos de los observatorios culturales. **Boletín Gestión Cultural**, nº.19, pp.1-15, 2010.

PAGNUSSAT, J. L. Introdução. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org.). **Planejamento e orçamento governamental; coletânea, vol. 1**. Brasília: ENAP, 2006, p. 9-66. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/655/1/Colet%C3%A2nea%20Planejamento%20e%20Or%C3%A7amento%20-%20Introdu%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 14 mar. 2024

PARANHOS, Alberto. A importância dos observatórios urbanos locais como instrumentos de apoio ao monitoramento do desenvolvimento. **Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte**. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte – v. 1, n.º 1, pp.12-19. Belo Horizonte: SMPL, 2008. Disponível em

<https://prefeitura.pbh.gov.br/planejamento/planejamento-e-orcamento/observatorio-milenio> . Acesso em: 11 dez. 2023.

PEDROSA, Flavio Mascarenhas Roriz. **Planejamento estratégico como ferramenta de planejamento governamental: experiências do Governo Federal, Minas Gerais e Distrito Federal**. Brasília: IDP/EDB, 2017. Dissertação (Mestrado). Instituto Brasiliense de Direito Público. Disponível em <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2401> . Acesso em 30 nov. 2023.

PINHO, Mariângela Mendes Lomba. Paradiplomacia ambiental e econômica no regime internacional de mudanças climáticas: a iniciativa *regions adapt*. Tese de doutorado. 2017. Disponível em: <http://biblioteca.unisantos.br:8181/handle/tede/3821> . Acesso em: 5 out. 2023.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v.42, n.3, p. 471-493. Rio de Janeiro. Mai/jun 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/j8dGWgrkM8KVBwm5gzXhSJr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 20 dez 2021.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Membros da Comissão Nacional para os ODS tomam posse em Brasília**. PNUD. 2023 Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/membros-da-comissao-nacional-para-os-ods-tomam-posse-em-brasilia> . Acesso em 19 jan. 2024.

_____. **Cartilha de perguntas e respostas do ODS**. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/cartilha-de-perguntas-e-respostas-dos-ods.html> . Acesso em 23 dez. 2021

_____. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html> . Acesso em 22 dez. 2021.

_____. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: https://pnud.org.br/Docs/Agenda2030completo_PtBR.pdf . Acesso em 22 dez 2021.

_____. **Experiências comparativas PNUD Honduras: Observatórios de Desarrollo Humano**. 2004. Disponível em http://www.undp.org/surf-panama/docs/observatorios_dh.doc . Acesso em 23 set. 2023.

PRONK, J. Sustainable Development: from concept to action. **The Hague Report**. New York: United Nations Development Programme. 1992.

PUPPIM DE OLIVEIRA, Jose A. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública – RAP**, v. 40, n. 1, p. 273-88, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/nJqFsXyTfDk8W8SVRRVFfgw/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 mar. 2024

RATTNER, Henrique. **Sustentabilidade: uma visão humanista**. 2004. Disponível em: <http://www.lead.org.br/article/articleview/134/1/97> . Acesso em: 20 jul. 2023.

REZENDE, F. O Estado partido: comportamento das despesas públicas e da dinâmica socioeconômica na Nova República. In: REZENDE, F.; CUNHA, A. **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In: CARDOSO JR., J. C. (Org.) A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. **Diálogos para o Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Ibeu**: índice de bem-estar urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemática Ambiental = Agenda Política Espaço, território, classes sociais. **Perspectiva Crítica**, n.83 , dezembro de 2005, p.91 a 110.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 71, n.º1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 25 nov. 2023.

ROMEIRO, A. R. (2012). Desenvolvimento Sustentável: Uma perspectiva econômico-ecológica (vol. 26, nº. 74). **Dossiê Sustentabilidade**. São Paulo: Estudos Avançados, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/F9XDcdCSWRS9Xr7SpknNJPv/#> . Acesso em 19 nov. 2023.

ROMEIRO, A. R. Sustainable development and institutional change: the role of altruistic behavior. **Texto para Discussão**, IE/Unicamp, n.97, 2000.

SACHS, Jeffrey. From millennium development goals to sustainable development goals. **The Lancet** 379, [s. l.], v. 9832, n. 2012, p. 2206–2211, 2012. Disponível em <https://www.thelancet.com/open-access> . Acesso em 18 out. 2023

SACHS, Jeffrey. O fim da pobreza. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, D. F.; FARIAS, R. M.; ANDION, Carolina. Os Novos Movimentos Sociais: o caso do Movimento ODS Santa Catarina. **Revista Grifos**, v. 30, p. 1-20, 2021.

SANTOS, B. S; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39-83. Disponível em <https://www.eurozine.com/towards-widening-the-democratic-canon/> . Acesso em 11 abr 2023.

SANTOS, Maria Elisabeth Pereira dos. Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade, suas dimensões política, teórica e ontológica. In RODRIGUES, Arlete Moysés. (org) **O desenvolvimento sustentável: teorias, debates, aplicabilidades**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SÃO PAULO. Decreto nº 64.124, de 08 de março 2019. Fixa normas para a elaboração do Plano Plurianual 2020/2023 e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64124-08.03.2019.html> Acesso em 11 abr. 2023.

SCHICK, A. **Reflections on Two Decades of Public Financial Management Reforms**. In: CANGIANO, M.; CURRISTINE, T.; LAZARE, M. Public financial management and its emerging architecture. International Monetary Fund, 2013.

SCHOMMER, Paula; MORAES, Rubens (2010). Observatórios Sociais como Promotores Controle Social e Accountability: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí // Revista Eletrônica de Gestão Organizacional 8: 3 (2010) 298-326. Disponível em

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/gestaoorg/article/view/21657> .

Acesso em 11 out. 2023.

SILVA, Antonio; NETTO, Marinilse; FILHO, Esperidião; SELIG, Paulo Maurício (2013). Observatórios de Informação e Conhecimento: discutindo bases conceituais e perspectivas de efetividade // **IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão**, Rio de Janeiro, RJ.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplos de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, vol. 17, nº 1, 2015.

SOARES, L. C.; FERNEDA E.; PRADO, H. A do Prado. "Observatórios: um levantamento do estado do conhecimento". **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 12, nº 3, outubro de 2018, p. 86-110. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7958> . Acesso em 4 nov. 2023.

SOUZA, R. G. Democracia participativa: Resgate histórico e uma aproximação da visão dos atores da sociedade civil. In A. L. S. Souto, R. D. O. Paz & J. A. Moroni (Eds.), **Arquitetura da participação no Brasil – Governança Democrática no Brasil Contemporâneo: Estado e sociedade na construção das políticas públicas**. 2011. Disponível em <http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/relatorio-arquitetura-daparticipacao-social-no-brasil> . Acesso em 6 out. 2023.

SOUZA, Celina; CARVALHO, Inaiá M.M. Reforma do estado, descentralização e desigualdades. **Lua Nova**: revista de cultura e política. n. 48. p.188-212. 1999.

STIGLITZ, J. **On liberty, the right to know, and public discourse: the role of transparency in public life**. Oxford: Amnesty Lectures, 1999. Disponível em: <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/On-Liberty-the-Right-to-Know-and-Public-Discourse-The-Role-of-Transparency-in-Public-Life.pdf> .

Acesso em: 19 dez. 2021.

STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya. FITOUSSI, Jean-Paul. **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social**

Progress. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr. Acesso em: 13 out. 2022.

TONI, Jackson de. Reflexões sobre o Planejamento Estratégico no Setor Público. **Cadernos Enap**, 84. Brasília: Enap, 2021. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6334/1/Jackson%20de%20Toni.pdf> . Acesso em 8 dez. 2023.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. **Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases**. Science, New Series, v. 185, n.º 4157, 1974.

UN, United Nations. **Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development**. 2015. Disponível em: https://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf . Acesso em 14 dez. 2023.

_____. **Agenda 2030**. 2015a. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E . Acesso em 14 dez. 2023.

_____. La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.cejamericas.org/bitstream/handle/2015/1725/informe-demo-lat-america.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. United Nations Millennium Declaration ONU. Declaração do Milênio. 2000. Disponível em: <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf> Acesso em 22 jul. 2023.

UNEP-PDC, United Nations Environment Programme. Annual Progress Report 2016. The Portfolio Decarbonization Coalition. Annual Progress Report. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.unepfi.org/wordpress/wpcontent/uploads/2016/11/PDCreport2016.pdf> . Acesso em 11 nov. 2023

UNFCCC, United Nations Framework Convention on Climate Change. UNFCCC eHandbook. 2019. Disponível em: <http://bigpicture.unfccc.int/>

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: SENAC, 2010. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=v-IDDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&ots=FA_Iz40PjY&sig=TYIb6ilWkyC2-FQIshSI0ceCs3E#v=onepage&q&f=false . Acesso em: 11 jul. 2023.

VIEIRA, James Batista. Os microfundamentos da corrupção: por que e como as medidas antioportunistas devem gerenciar os riscos da corrupção? *in*: **Presidência da República - Controladoria-Geral da União** (Org.). Prevenção e combate à corrupção no Brasil. 3o Concurso de Monografias da CGU (Trabalhos Premiados). Brasília: CGU/PR, 2008.

VINUALES, Jorge E. **Foreign Investment and the Environment in International Law: The Current State of Play**. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2018. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/abstract=2661970> . Acesso em 3 out. 2023.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O sistema internacional no antropoceno. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 92, e319201, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000300501&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 11 jul. 2023.

VIOLA, E. e LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In. Viola et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez: Florianópolis: UFSC, 1995.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2005.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 E DE SEUS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE/MG”**, que está sendo desenvolvida por pesquisadores da **Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho/Fundação João Pinheiro**. O responsável pela pesquisa é o estudante **GUSTAVO DE ANDRADE**, do Programa de Mestrado em Administração Pública, em elaboração de Dissertação, sob a orientação da Professora Dr^a. **FLÁVIA DE PAULA DUQUE BRASIL**.

Pretendemos com este estudo analisar os alcances e limites do modelo de planejamento adotado pela Prefeitura de Belo Horizonte embasado pela Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O convite à sua participação se deve aos seus conhecimentos e experiência como gestor ou referência técnica, o que torna sua participação muito importante para entendermos melhor como está sendo compreendido e analisado o modelo implantado no Município de Belo Horizonte, estabelecido no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG (2018-2021), que criou o vínculo dos programas e respectivas ações com os ODS no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Região Sudeste.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. A sua identificação se dará apenas pelo município de atuação ou instituição em que trabalha, acrescida da respectiva formação e experiência profissional, mas de forma geral, a compor a descrição do perfil do conjunto de entrevistados.

Qualquer informação que possa identificá-lo não será utilizada na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro, sob acesso e guarda da pesquisadora responsável. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato

apresentados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas em uma entrevista ao pesquisador do projeto, visando a contribuir com informações sobre a área em que trabalha, sendo as informações registradas manualmente e também gravadas pela(s) pesquisadora(s). O tempo de duração da entrevista é aproximadamente 40 minutos. As informações coletadas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador responsável e a orientadora do projeto.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12, Resolução 510/16 e orientações do CEP/CPqRR, sob guarda da pesquisadora responsável.

Os benefícios relacionados com a colaboração na pesquisa para gestores e referências técnicas são: o favorecimento dos processos de trabalho, considerando a aplicação dos resultados da pesquisa no âmbito da gestão, organização dos serviços e modelo de atenção em saúde; para os usuários, os benefícios relacionados à sua colaboração na pesquisa são: promoção de espaços de discussão e construção de conhecimentos acerca das temáticas do planejamento das políticas públicas e desenvolvimento sustentável.

Os riscos de vazamento de dados serão mitigados pelo pesquisador, que manipulará arquivos somente em dispositivo pessoal (e não compartilhado em rede), preservando seu sigilo.

O risco de constrangimento pessoal na sua participação em entrevista será evitado pelo pesquisador, dado o caráter objetivo das questões, visando somente ao conhecimento das realidades de organização dos serviços, processos de trabalho, ofertas das ações e meios de acesso do usuário, de forma geral. Não serão abordados assuntos de cunho pessoal nem informações sensíveis do participante.

A participação na pesquisa não prevê nenhum tipo de pagamento e o participante não terá nenhum custo relativo aos procedimentos envolvidos. Fica assegurado ao participante o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Todas as informações coletadas serão única e exclusivamente usadas para fins técnico-científicos e os resultados serão divulgados somente em eventos e artigos de caráter técnico-científicos.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido deve apresentar, em cada uma de suas páginas, as rubricas do participante e do pesquisador. O Termo foi redigido em duas vias, ficando uma com o pesquisador e outra com o participante, devidamente rubricadas, assinadas e entregues anteriormente ao início da realização da entrevista.

Concordo com a gravação da minha fala.

Não concordo com a gravação da entrevista

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante:

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG**. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Comitê de Ética em Pesquisa: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - 13º andar do Edifício Gerais - Cidade Administrativa – Bairro Serra Verde – CEP 31.630-901

Município: Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3915-9343

Email: cep@fhemig.mg.gov.br

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Contato com o pesquisador:

Pesquisador responsável: Tel: (XX) XXXXXXXX e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pesquisadora docente: Tel: (XX) XXXXXXXX; e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Local: Belo Horizonte. Data: XX/XX/XXXX.

XXXXXXXX

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

TÍTULO DO PROJETO: A ADOÇÃO DA AGENDA 2030 E DE SEUS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) NO PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM BELO HORIZONTE/MG

- 1- Como iniciou sua participação com o emprego da Agenda 2030 e de seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS?
- 2- Qual o seu papel na implementação da Agenda 2030 vinculada aos instrumentos de planejamento municipais?
- 3- Você tem conhecimento de como se deu a implantação dos Objetivos do Milênio – ODM e dos ODS na Prefeitura? O que motivou a adoção dessa sistemática? Houve inspiração em alguma referência ou experiência brasileira ou internacional?
- 4- Em sua visão, quais são os atores centrais que contribuíram para essa implantação? É possível avaliar o envolvimento das lideranças e técnicos no processo de implantação?
- 5- Acontecem reuniões ou encontros de monitoramento da Agenda 2030? Se sim, com qual frequência? Existe um fluxo institucionalizado de retorno desse monitoramento? Já houve alguma mudança de procedimento após monitoramento? Como se dão as deliberações relativas ao monitoramento?
- 6- Quais os avanços, conquistas e inovações ocorreram em relação à situação anterior? Você considera que os objetivos almejados foram alcançados?
- 7- Quais os aprendizados e as repercussões percebidas a partir da implantação dos ODS?
- 8- Quais as limitações e fragilidades do modelo adotado? Onde não se avançou como se esperava? Existem obstáculos ou entraves? Quais seriam?
- 9- Em sua visão a sistemática adotada por Belo Horizonte está convergente e alinhada com as premissas da Agenda 2030? Em quais pontos?
- 10- Você conhece outro ente federativo (nações, estados, municípios, órgãos e entidades) que adotam a sistemática dos ODS e Agenda 2030 nos instrumentos de planejamento? O que qualifica (ou não) a experiência de Belo Horizonte em relação a outros modelos que você por ventura conheça de outros entes federativos?
- 11- Qual a sua visão em relação à situação atual da Agenda 2030? Na sua opinião, há algo a ser melhorado? Como você enxerga o futuro próximo?